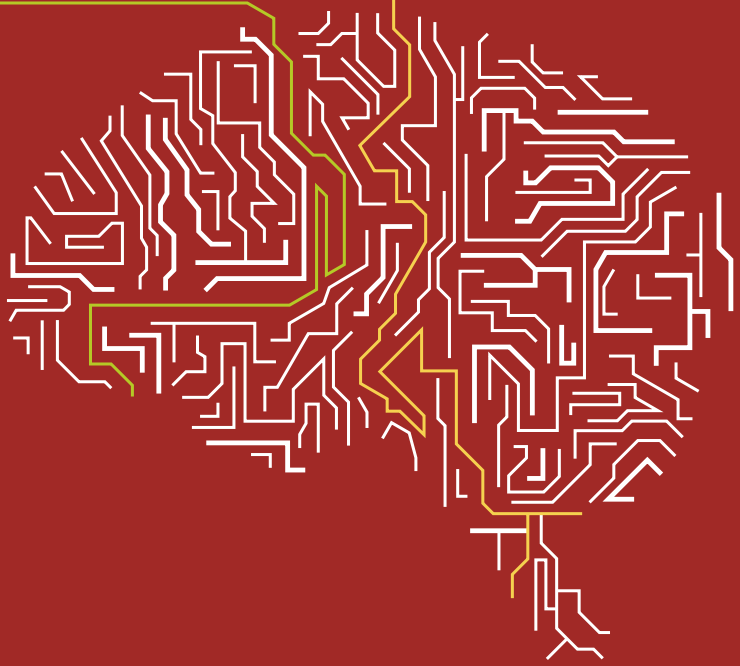
ANÁLISE ASSOCIATIVA



TEMA EM DESTAQUE

OS JOGOS TRADICIONAIS

N.º 4 · OUT 2017

CPCCRD

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ANÁLISE ASSOCIATIVA

TEMA EM DESTAQUE

OS JOGOS TRADICIONAIS

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

FICHA**TÉCNICA**

ANÁLISE ASSOCIATIVA
2017 (N.º 4)
"OS JOGOS TRADICIONAIS"

DIRETOR:
SÉRGIO PRATAS

CONSELHO CIENTÍFICO:
AMÉRICO MENDES
Universidade Católica – Porto

ARTUR CRISTÓVÃO
UTAD

ARTUR MARTINS
GEMAP

CRISTINA PRATAS CRUZEIRO
Faculdade de Belas Artes/UL

JOANA PEREIRA
Investigadora

JOSÉ ORNELAS
ISPA

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS
ISCTE/IUL

JOSÉ ZALUAR BASÍLIO
Universidade Lusófona

LUÍS MORENO
Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território/UL

Edição e propriedade:
Confederação Portuguesa das Colectividades
de Cultura, Recreio e Desporto

Concepção gráfica e paginação: 4iD

Impressão: Jorge Fernandes, Lda.
Tiragem: 500 exemplares

ISSN – 2183-413X – Análise Associativa

Depósito legal: 384231/14

Impressa em outubro de 2017

O acordo ortográfico usado corresponde à vontade de cada autor

Todos os direitos reservados. Este livro não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, electrónico, ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado - além do uso legal como breve citação em artigos e estudos - sem prévia autorização dos autores.

ÍNDICE

4 NOTA DE ABERTURA, *Augusto Flor*

10 EDITORIAL, *Sérgio Pratas*

18 **TEMA EM DESTAQUE – *OS JOGOS TRADICIONAIS***

20 JOGOS TRADICIONAIS - Uma herança cultural do movimento humano
Maria da Graça Sousa Guedes

36 JOGOS TRADICIONAIS E IDENTIDADE CULTURAL, *Artur Martins*

50 OS BRINQUEDOS TRADICIONAIS POPULARES DE MOVIMENTO NUMA ALDEIA DA ESTREMADURA NOS ANOS 50/60, *Carlos Neto e Mário Neto*

70 OS JOGOS TRADICIONAIS EM PORTUGAL - Situação atual e perspetivas de sobrevivência e desenvolvimento, *Mário Cameira Serra e Nuno Serra*

84 JOGOS TRADICIONAIS - Os desafios do presente, *João Alexandre*

88 **GRANDE REPORTAGEM – CONGRESSO DA MADEIRA**

90 BREVE SÍNTESE DA INICIATIVA

94 Intervenção do Vice-Presidente da Direção da CPCCRD Sérgio Pratas (lida por Maria João Santos)

102 **ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS**

104 O ASSOCIATIVISMO SOCIOPROFISSIONAL DOS MILITARES NUMA PERSPECTIVA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL, *Guilherme Da Fonseca*

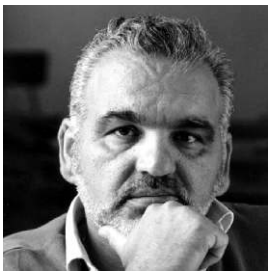
110 O PODER LOCAL E O DESPORTO - Uma Visão para o Futuro, *Lúcio Miguel Correia*

118 SOLIDARIEDADE COMUNITÁRIA E DINÂMICA ASSOCIATIVA NUM CONTEXTO TERMAL: A CURIA REVISITADA, *José da Cunha Barros*

144 **LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA**

REVISÃO DA LEGISLAÇÃO ASSOCIATIVA - Relatório Final,
Sérgio Pratas e Maria João Paiva dos Santos

160 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO



AUGUSTO FLOR

PRESIDENTE
DA DIRECÇÃO
DA CPCCRD

NOTADE**ABERTURA**

JOGOS TRADICIONAIS
Uma questão de soberania nacional

Quando em Junho de 2002 a então Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio* dedicou o Dia Nacional das Colectividades ao Jogos Tradicionais e juntou mais de 10.000 pessoas no Parque das Nações, em Lisboa, estávamos longe de pensar o que seria o futuro dos Jogos Tradicionais em Portugal.

Ao fazermos o balanço do evento, logo nos apercebemos da importância e do interesse que os Jogos Tradicionais tinham para as pessoas das várias idades e condições sociais. Percebemos como era um "fenómeno" transversal e que tinha um enorme potencial de desenvolvimento.

Ao longo do tempo, o projecto "*Jogos Tradicionais – a nós o que é nosso*" foi, a par de um outro projecto que mobilizou pela primeira vez em Portugal milhares de pessoas - "*Agita Portugal, pela sua saúde, mexa-se!*" a visão integrada e operacional do que veio a ser o conceito associativo da nossa Confederação de "Desporto para Todos!".

O Congresso da Actividade Física, realizado em Palmela em 2005, veio reforçar a ideia de integração das duas componentes. A partir daí estavam criadas as bases estratégicas do projecto nacional de Jogos Tradicionais.

Foram então definidas as principais linhas de acção para o futuro: recenseamento de todos os Jogos Tradicionais existentes em Portugal; recenseamento dos jogos extintos ou em risco de extinção; recenseamento de toda a bibliografia existente em Portugal; recenseamento de trabalhos académicos; recenseamento dos calendários competitivos existentes; constituição de uma entidade própria para enquadrar técnica e organicamente os Jogos Tradicionais, ou seja, uma Federação.

Cada uma das áreas atrás mencionada, foi devidamente decomposta em sucessivos planos de actividade de forma a ser concretizada ao longo do tempo. Não havia um calendário pré definido mas sim um conjunto de objectivos que, complementarmente, constituía uma estratégia nacional.

A regularidade e sistematização deram frutos. Realizaram-se Convenções anuais onde eram debatidos os avanços e aferidas as novas realidades do terreno. Todas as iniciativas, designadas por Convenções anuais, foram promovidas pela Confederação em colaboração com as Associações Concelhias. Foram os casos de Vila Nova de Gaia (2008); Gondomar (2009); Matosinhos (2010); Porto (2011). É incontornável o contributo dado pelos colegas da região Norte, particularmente do distrito do Porto, para o arranque deste projecto. Há ainda a destacar o facto de, em 2008, na Iª Convenção realizada em Vila Nova de Gaia, ter sido apresentada uma edição da Confederação dedicada a essa grande figura que foi António Cabral, a quem os Jogos Tradicionais muito devem.

Havia contudo que descentralizar e, no ano 2012, a Convenção realizou-se em Santarém. Nos anos seguintes realizaram-se Convenções em Setúbal (2013) e Rio Maior (2014 e 2015).

A cooperação da Confederação com Autarquias e principalmente com Associação Concelhias e Federações Distritais promoveu dezenas de

eventos para além das Convenções dos quais se destacam Encontros, Fóruns, Acções de Formação e, sobretudo, as demonstrações públicas, ocupando o espaço público onde pessoas de todas as idades experimentavam – algumas pela primeira vez – mas outros recordavam a sua meninice ou juventude.

O Estado central, leia-se o IDP, agora IPDJ, veio associar-se bem mais tarde. O apoio financeiro que prestou foi importante para impulsionar um projecto que já estava no terreno e que era imparável. O cumprimento rigoroso dos objectivos físicos do projecto, bem como a prestação de contas ao cêntimo por parte da Confederação geraram a confiança do Estado neste projecto.

Foi nesse sentido que a Confederação desafiou o IPDJ e o Museu do Desporto a que ali se pudesse realizar uma Exposição Nacional de Jogos Tradicionais o que foi aceite. A referida Exposição foi inaugurada a 30 de Janeiro de 2015 e encerrada a 27 de Junho de 2015.

Para além da exposição física de 100 Jogos Tradicionais portugueses e imensa bibliografia entretanto recolhida, realizaram-se várias Conferências que juntaram centenas de participantes e permitiram a reflexão e debate com os melhores especialistas da matéria a nível nacional. Confirmou-se a importância dos Jogos Tradicionais para a atividade física e cognitiva, para o recreio e a cultura, para a (re)construção da identidade e, por essa via, para a afirmação da soberania nacional. Para a posteridade, importa deixar aqui os temas que estiveram a debate:

- 28 de Fevereiro de 2015 - Conferência: Os Jogos Tradicionais no processo de socialização das crianças e jovens;
- 22 de Março de 2015 – Fórum Internacional TAFISA sobre Jogos Tradicionais na Europa;

- 18 de Abril de 2015 – Conferência: Ocupação dos Tempos Livres dos Adultos – interação e socialização;
- 27 de Junho de 2015 –Conferência: Envelhecimento Ativo e intergeracionalidade nos Jogos Tradicionais. Nesta Conferência de encerramento da Exposição, foi apresentado o Livro *"100 Jogos Tradicionais – 100% Futuro!* passando a ser este o lema do projecto que havia de continuar.

Para além destas importantes iniciativas, no Dia Nacional das Colectividades - 31 de Maio de 2015 -, na Sede do Comité Olímpico de Portugal, em cooperação com o Comité Paralímpico de Portugal, realizámos a Conferência: *Jogos Tradicionais, Desporto para TODOS adaptado*, dando assim início a um novo eixo do projecto.

Os objectivos estratégicos inicialmente previstos estavam praticamente atingidos. Contudo, faltava um aspecto da maior importância para a continuidade do projecto: a constituição da Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais, que pudesse ser a entidade técnica e organizativa de todas as acções e eventos de Jogos Tradicionais em Portugal. Foi isso que veio a acontecer a 22 de Março de 2014, onde a Confederação com um conjunto de Estruturas Descentralizadas decidiu a sua constituição e a composição de uma Comissão Instaladora.

A escritura pública dos Estatutos foi feita em 26 de Fevereiro de 2015. As primeiras eleições dos Órgãos Sociais para o mandato 2016/2019 realizaram-se a 5 de Junho de 2016 numa Convenção realizada no âmbito de "Setúbal – Cidade Europeia do Desporto". Estavam assim atingidos todos os objectivos a que nos tínhamos proposto em 2002.

Em Outubro de 2016, uma Delegação da Confederação e de membros do IPDJ, deslocaram-se a Jacarta onde participaram nos Jogos Mundiais e

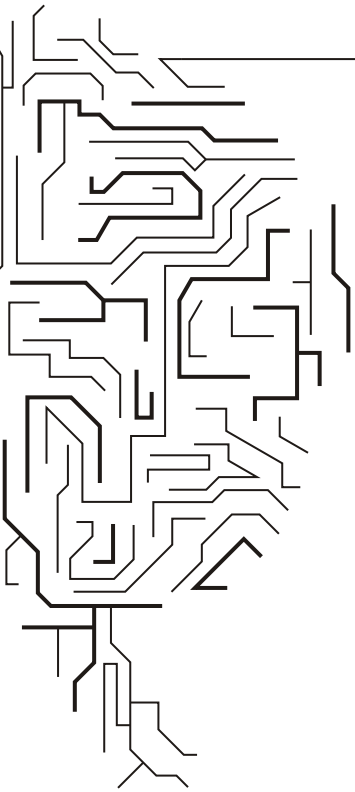
receberam o testemunho para que os próximos Jogos Mundiais 2020 se realizem em Portugal. Temos pela frente este enorme desafio que é organizar e representar Portugal num evento mundial de Jogos Tradicionais.

No final de 2016 a Confederação em cooperação com a APCAS (Associação Paralisia Cerebral Almada – Seixal) publicou uma brochura com Jogos Tradicionais Adaptados que está a ser distribuída por todo o país.

Passados 15 anos, o Projecto Jogos Tradicionais, passou pela fase em que era a Confederação a fazer tudo, para a fase em que as Estruturas Descentralizadas assumiram o projecto como seu. Foi um passo muito importante porque disseminou e reproduziu uma estratégia que agora deverá ser consolidada com o assumir por parte das colectividades e clubes. Teremos assim o ciclo fechado e a garantia que os Jogos Tradicionais têm futuro.

Podemos considerar que estão criadas as condições para prosseguir com um projecto que vale pela sua riqueza e diversidade recreativa e cultural, mas também porque sendo resultado da cultura, imaginação e acção do nosso Povo, é uma das traves mestras da nossa soberania nacional. Por todas estas razões, a presente edição da Análise Associativa dedicada aos Jogos Tradicionais faz sentido e constitui um contributo para a sua história, para a compreensão das suas múltiplas dimensões e reflexão sistemática do futuro dos Jogos Tradicionais em Portugal.

**A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, transformou-se em Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto por escritura pública a 29 de Maio de 2003.*



SÉRGIO PRATAS

DIRETOR

EDITORIAL

1 A Análise Associativa, esta caminhada e projeto, já levam três anos de percurso e quatro números – o primeiro número foi publicado em novembro de 2014. Três anos – e quatro números – de grande entusiasmo, de muito trabalho, de fortalecimento de um coletivo muito empenhado, de fidelização de um público fiel e atento, de consolidação de um projeto. É grande a satisfação pelos resultados alcançados, por termos atingido quase todos os objetivos, por estar a correr tão bem.

E é precisamente por isso que é tempo de reflexão, de mudança, de viragem, de fortalecimento. É preferível iniciar um novo ciclo quando o projeto está a correr bem, em vez de aguardar pelo seu declínio. É essa a filosofia que aqui assumimos. Este quarto número da Revista encerra um ciclo, o primeiro ciclo de vida da Análise Associativa. Pretendemos iniciar um novo ciclo já com o n.º 5 – a publicar em janeiro de 2018. E a ideia é apresentar, desde já, e de forma totalmente transparente, quais as mudanças e os pressupostos que ficarão associados a este novo ciclo.

Para esse efeito, vamos aqui partilhar, de forma naturalmente breve, os principais resultados de uma análise SWOT ao percurso já percorrido. Análise proposta pelo signatário e que foi, entretanto, objeto de discussão pelo grupo de trabalho da Análise Associativa e de apreciação pela Direção da CPCCRD. E vamos também apresentar as principais linhas de mudança, já validadas pela Direção da CPCCRD.

Vejamos, pois, quais os pontos fortes e os pontos mais fracos deste percurso de três anos. Bem como as principais oportunidades e

ameaças que se colocam hoje a este projeto da CPCCRD. Como pontos fortes, e para não ser demasiado extenso, propomo-nos destacar apenas quatro aspetos:

a) A Análise Associativa implicou produção e divulgação de conhecimento sobre o associativismo popular, contribuindo dessa forma para travar o preconceito, para uma maior consciência da importância social e económica deste movimento social e, ainda, para um maior reconhecimento externo;
b) Outro ponto forte foi a regularidade e a qualidade dos trabalhos publicados. Conseguiu-se cumprir o estabelecido, publicando uma Revista por ano (criando-se assim uma relação próxima com os leitores); e foi possível reunir, nestes quatro números, textos de grande qualidade e profundidade, referentes a diferentes temas;
c) Outro ponto forte surge relacionado com a divulgação de trabalhos académicos – de licenciatura, mestrado e doutoramento. Trabalhos perdidos na academia e totalmente desconhecidos, que passaram a ser acessíveis, publicados, discutidos, valorizados;
d) Um quarto ponto a destacar prende-se com a dessacralização do conhecimento, da produção e acesso ao conhecimento. A Análise Associativa não é uma Revista só de académicos e para académicos. É também uma Revista de dirigentes associativos e outros especialistas. E é uma Revista lida por especialistas, por estudantes, por dirigentes, por interessados nas temáticas – visa o conhecimento, a prática e a transformação social.

Apesar do balanço positivo destes quatro anos de trabalho, houve também aspetos menos positivos, que importa referir e merecem reflexão:

a) Apesar do esforço de diversificação, houve uma forte preponderância do discurso académico;
b) Apesar disso, não se conseguiu a devida (e suficiente) penetração na Universidade e na vida académica;

c) A distribuição também ficou limitada fundamentalmente ao meio associativo;
d) Graficamente, a Revista assumiu um percurso mais conservador, com muito texto e poucas imagens.

Vejamos também as principais oportunidades e ameaças. Oportunidades: é possível chegar cada vez mais longe, através da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação; existem oportunidades para financiamento deste tipo de projetos; existem muitos trabalhos académicos sobre esta temática; há uma boa recetividade e interesse por parte dos dirigentes associativos. Ameaças: o projeto está demasiado dependente da sensibilidade e empenho de um grupo muito reduzido de pessoas; há ainda o risco de a Revista se tornar inacessível (ou quase) aos dirigentes, com um discurso denso, académico e difícil.

2 É neste quadro que se avança com um conjunto de alterações, que visam dar corpo a um novo ciclo. Que alterações? Alterações de quatro tipos fundamentais:

a) Alterações ao nível da estrutura da Revista. Em vez das atuais quatro secções (tema em destaque, grande entrevista/reportagem, estudos universitários e legislação e jurisprudência), a Análise associativa passará a ter as seguintes secções:
   - Tema em destaque
   - Grande entrevista/reportagem
   - Estudos (esta secção passará a incluir estudos universitários e outros)
   - Publicações (esta secção dará a conhecer as monografias publicadas, em cada ano, sobre a temática do associativismo popular);
b) Reforço da participação dos dirigentes associativos, a dois níveis:

- A secção "tema em destaque" passará a ter duas subsecções: "opinião" e "investigação", a primeira da exclusiva responsabilidade de dirigentes associativos;
- A secção "estudos" passará a integrar estudos universitários e estudos de dirigentes;

c) Aposta em artigos mais curtos e numa reformulação gráfica, capaz de tornar a Análise Associativa mais leve e mais acessível;

d) Aposta na divulgação, sobretudo através da *Internet* e junto das Universidades. Implicará:
   - Publicação simultânea da Análise Associativa em livro e através da *Internet*;
   - Envio de dois exemplares da publicação em livro para cada biblioteca universitária, logo após a apresentação pública.

É esse o percurso que agora vamos iniciar, com os olhos postos no futuro, no conhecimento, na inovação. Queremos fazer melhor, continuar sensíveis ao que nos rodeia, à realidade que está em constante mudança. Aumentar o interesse na Revista e o número de leitores. Contamos com o trabalho empenhado da equipa que tem esta responsabilidade na CPCCRD e a dedicação do Conselho Científico. E contamos com um reforço da participação quer dos dirigentes associativos, quer da academia.

3 O n.º 4 da Análise Associativa tem como tema em destaque os Jogos Tradicionais. Prática social em declínio, mas com um enorme interesse e potencial na atualidade. Interessava-nos não apenas a história e antropologia dos Jogos Tradicionais, mas também a reflexão sobre a sua manutenção e desenvolvimento neste início de século.

Objetivo que foi alcançado, graças aos excelentes artigos de sete importantes especialistas:

a) Maria da Graça Sousa Guedes, reconhecida académica, procura responder à seguinte questão: Será que hoje, em pleno século XXI, os Jogos Tradicionais constituem ferramentas atuais para propiciarem práticas corporais que a Ciência considera adequadas ao desenvolvimento humano?

   A resposta tem por base o paradigma bioecológico de Bronfenbrenner.

b) Artur Martins, membro do Conselho Científico da Análise Associativa, apresenta-nos uma completa revisão de literatura sobre o tema, acompanhada de um conjunto de recomendações destinadas à "preservação dos Jogos Tradicionais";

c) Carlos Neto e Mário Neto, numa parceria virtuosa, descrevem, num artigo de grande profundidade, as brincadeiras e brinquedos de movimento utilizados por crianças na região da Serra D´Aire, nas décadas dos anos 50 e 60, refletindo sobre as "culturas lúdicas da infância" no meio rural;

d) Mário Cameira Serra e Nuno Serra, também em parceria, apresentam-nos uma reflexão e uma visão muito bem fundamentada sobre o desenvolvimento dos Jogos Tradicionais na atualidade, com base em três abordagens complementares – abordagem socio-antropológica; abordagem pedagógico-didática; e perspetiva recreativa;

e) João Alexandre, Presidente da Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais, refere e explica quais os principais desafios que se colocam hoje quer ao incremento da prática dos Jogos Tradicionais, quer à própria Federação.

O presente número da Análise Associativa dá nota, também, na secção Grande Reportagem, do Congresso da Madeira, realizado no início de junho de 2017, com o lema: O associativismo popular na Região Autónoma da Madeira. Uma força social com futuro! Este Congresso constituiu mais um momento marcante, muito significativo, na história do movimento associativo de raiz

popular e a Análise Associativa não poderia deixar de estar presente e de fazer reportagem.

A secção Estudos Universitários integra, por seu lado, três artigos que merecem toda a atenção, pela originalidade e pertinência das abordagens:

a) Guilherme da Fonseca, juiz conselheiro jubilado e constitucionalista de grande rigor e experiência, trata o tema do associativismo socioprofissional dos militares numa perspetiva jurídico-constitucional;
b) Lúcio Correia, docente universitário e advogado, defende e fundamenta, num artigo sobre o poder local e o desporto, que "só uma visão global do fenómeno desportivo no seu todo, alicerçado num reforço legislativo do Poder Local, em sintonia com as escolas, federações desportivas e clubes, permitirá o desenvolvimento do mesmo a nível nacional";
c) José Barros, docente universitário e investigador, apresenta-nos um estudo de caso, rigoroso, sistemático, muito bem fundamentado, que tem por base a atividade e vida das associações da Freguesia de Tamengos (Anadia).

Este n.º 4 da Revista dá também a conhecer o relatório final do processo de revisão da legislação associativa, conduzido pela CPCCRD – secção Legislação e Jurisprudência. Trata-se de um trabalho de grande fôlego, que envolveu várias centenas de dirigentes e que surge já suficientemente consolidado. Um bom exemplo, que justifica plenamente ser partilhado e conhecido por todos.

4 No final deste ciclo, o primeiro ciclo de vida da Análise Associativa, impõe-se também o reconhecimento público do trabalho de todos quantos contribuíram para que este projeto fosse uma realidade e uma realidade com sentido e resultados visíveis.

Agradecer em primeiro lugar o contributo dos 30 autores, que com os seus artigos vieram iluminar diversas problemáticas – 14 professores universitários, 3 membros do Conselho Científico da Análise Associativa, 7 especialistas e 6 dirigentes associativos. Sem o vosso trabalho e competência não teria sido possível.

Agradecer em segundo lugar ao Conselho Científico, garante da produção de conhecimento e qualidade científica dos trabalhos publicados.

Reconhecer, também, o papel crucial da Fundação Montepio, que desde a primeira hora decidiu patrocinar e acarinhar este projeto e esta caminhada. O vosso apoio deu-nos alento, confiança e vontade de ir mais longe.

Agradecer, ainda, o trabalho empenhado de todos aqueles que, ano após ano, ajudam a organizar, conceber, rever e divulgar a Análise Associativa. Ao Artur Martins e Deolinda Nunes, que integram o "núcleo duro". Ao Carlos Galvão, o nosso gráfico. À Amélia Freitas e Tânia Mateus, pelo precioso trabalho de revisão de textos. À Elvira Magusto, Helena Isabel e Aldina Nunes, que asseguram o secretariado e a divulgação.

Uma última palavra, para reconhecer a importância do apoio e confiança que sempre temos recebido das Direções e restantes órgãos da CPCCRD. A Análise Associativa é uma revista da CPCCRD, criada, organizada e publicada pela CPCCRD. As opiniões e o acompanhamento da CPCCRD, e dos seus dirigentes, continuarão a ser para nós um referencial da maior importância.

TEMa EM DeStaQuE

MARIA DA GRAÇA SOUSA GUEDES
PROFESSORA CATEDRÁTICA APOSENTADA
DA FACULDADE DE DESPORTO
(UNIVERSIDADE DO PORTO)

ARTUR MARTINS
MEMBRO DO CONSELHO CIENTÍFICO
DA ANÁLISE ASSOCIATIVA

CARLOS NETO
PROFESSOR CATEDRÁTICO
DA FACULDADE DE MOTRICIDADE
HUMANA - UNIVERSIDADE DE LISBOA

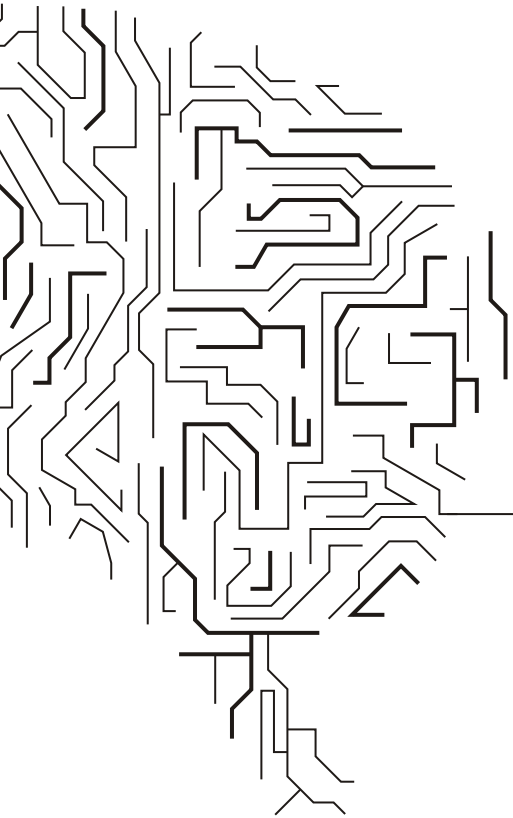
MÁRIO NETO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
(APOSENTADO)

MÁRIO CAMEIRA SERRA
PROFESSOR DO ENSINO
SUPERIOR APOSENTADO
E INVESTIGADOR NA ÁREA
DOS JOGOS TRADICIONAIS

NUNO SERRA
DOUTORADO EM CIÊNCIAS
DO DESPORTO/HISTÓRIA
DAS ATIVIDADES FÍSICAS
E PROFESSOR NO INSTITUTO
POLITÉCNICO DA GUARDA

JOÃO ALEXANDRE
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO
PORTUGUESA DOS JOGOS
TRADICIONAIS

OS JOGOS TRADICIONAIS



MARIA DA GRAÇA SOUSA GUEDES

PROFESSORA CATEDRÁTICA
APOSENTADA DA FACULDADE DE DESPORTO
(UNIVERSIDADE DO PORTO)

JOGOS TRADICIONAIS
Uma herança cultural do movimento humano

Sumário:

Introdução

1 ¬ Jogos Tradicionais: Conceito e Significado

2 ¬ Jogos Tradicionais e Corporalidade

3 ¬ Os Jogos Tradicionais e o Paradigma Bioecológico de Bronfenbrenner

Conclusão

Bibliografia

Introdução

O comportamento social da HUMANIDADE e o desenvolvimento dos mecanismos responsáveis pelo seu ajustamento, ocorre em função da cultura, que parece funcionar como elemento determinante do seu bem – estar.

Praticados em todo o mundo desde há séculos, os JOGOS TRADICIONAIS evocam, por si mesmos, as suas características e regras principais. Respeitam a tradição, procurando ser autênticos. Com uma estabilidade notável, que permaneceu insensível à evolução da sociedade, são jogos cujas regras foram transmitidas de geração em geração, fazendo parte de todos os tempos.

Na prática dos Jogos Tradicionais, o corpo não é só instrumento de ação, que produz e consome energia, como também instrumento de comunicação e de expressão.

Apoiados por toda a carga lúdica que lhes é sistematicamente inerente, eles contribuem para o desenvolvimento motor, psicomotor e sóciomotor do indivíduo.

Conhecer este nosso património nacional e defendê-lo como instrumento pedagógico para o ensino da Educação Física, foi o tema que em 1963 o Prof. Teotónio Lima me sugeriu para ser o objeto de estudo da minha dissertação final no INEF, que defendi em Novembro de 1965.

Um salto no escuro, pois só existia um trabalho de Cristóvão Silva e Meneses de Moraes (1958), com descrição de alguns jogos, mas que seriam manifestamente poucos para mapear de todo o nosso património lúdico, sobretudo depois de ler Teófilo Braga (1885), Leite de Vasconcelos (1903), Adolfo Coelho (1919), Jaime Dias (1942), Augusto Pires de Lima (1943).

Orientada pelo Prof. Noronha Feio, percorri um caminho longo e exaustivo, para encontrar na literatura referências aos jogos dos portugueses e conhecer como são jogados e aonde; para entrevistar os mais velhos e também os mais novos, nas Escolas, com a ajuda dos pais e familiares. Esta recolha durou mais de um ano e foi feita em todo o país.

E, porque o sub-tema era *O seu interesse pedagógico em Educação Física*, cada um deles foi analisado, tendo em consideração as Habilidades e as Capacidades Motoras envolvidas, para atribuir uma classificação e, consequentemente, enquadrá-los em contextos de aprendizagem - jogos de interior, jogos de pátio e jogos de rua. Para além desta sistematização, foi também relacionada toda a dinâmica destas práticas corporais com modalidades desportivas, de forma a considerá-los elementos básicos par uma iniciação a diferentes desportos.

A partir de então, muitos trabalhos científicos conducentes a dissertações de Licenciatura, de Mestrado, de Doutoramento e até de provas de Agregação (minhas e do Prof. Cameira Serra), têm enriquecido o estudo sério e aprofundado deste nosso património. Seria exaustivo citá-los e talvez omitir involuntariamente alguns, atrevendo-me a destacar os doutoramentos de Jorge Crespo, de Cameira Serra e Constança Brás (que arguí), de Cândido Azevedo (que orientei), que merecidamente estão incluídos no painel de investigadores integrado na Exposição *Jogos Tradicionais Portugueses/Jogos Tradicionais: 100% Futuro*, comissariada pela Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), patente no Museu do Desporto em 2015.

Museu do Desporto (Lisboa). Painel de investigadores patente na exposição Jogos Tradicionais Portugueses/Jogos Tradicionais: 100% Futuro, comissariada pela CPCCRD, 2015

Ao longo de toda a minha carreira académica, procurei transmitir a importância deste nosso património lúdico, que é imenso, aos meus alunos no ex-ISEF do Porto, ex-FCDEF-UP e agora Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, tendo também divulgado nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, com especial destaque nos que envolvem linguagem, como forma de aprendizagem da língua portuguesa.

É, no entanto indispensável falar de Noronha Feio, com tantas participações e, sobretudo, na RTP, com aquele programa semanal magnífico *Os Jogos dos Homens*, para nos falar dos Jogos Tradicionais Portugueses. Aliando

imagens belas em cenários fabulosos, apresentava-nos os jogos, com a poesia e inteligência que envolvia em tudo quanto fazia. Tive a honra de ter partilhado com ele muitos destes momentos e até à sua partida.

1 ¬ Jogos Tradicionais: Conceito e Significado

O Homem sempre jogou.

A compreensão do Homem como ser cultural, levou Mauss (1936) a criar o conceito técnicas do corpo para definir o modo como determinada sociedade tem sabido utilizar o seu corpo. São práticas corporais que estão em conformidade com os seus valores e necessidades, expressas em forma de JOGO.

A história do jogo e dos jogos foi descrita ao longo dos séculos, ora oralmente, ora na escultura, na pintura, na azulejaria, revelando claramente o lugar que tiveram em cada época. Pertence à história das ideias e mentalidades, mas também à das práticas sociais.

Em todo o mundo e desde há séculos os povos jogam. Jogam jogos, cujos nomes evocam, por si mesmos, as suas características e regras principais. Respeitando a tradição, procuram ser fiéis à sua autenticidade, aos seus rituais e à sua dinâmica, são designados em todo o mundo de Tradicionais.

Os impérios ou as instituições desapareceram, mas eles continuam, com as mesmas regras e os mesmos materiais.

Com uma estabilidade notável, que permaneceu insensível à evolução da sociedade, são jogos cujas regras foram transmitidas de geração em geração, fazendo parte de todos os tempos e passando a pertencer à cultura dos povos.

Constituindo uma parte importante do capital cultural de cada grupo étnico, trata-se de um PATRIMÓNIO LÚDICO, que em conjunto com as danças e as lengalengas, expressam uma cultura oral, que se foi adaptando aos condicionalismos geográficos, aos princípios religiosos, à maneira de ser dos seus praticantes.

Os Jogos Tradicionais são portanto determinados pela herança cultural de um passado até remoto. Efetivamente, se as regras são rígidas, se as lengalengas e as fórmulas usadas são consideradas uma verdadeira liturgia, se as técnicas corporais utilizadas tomam a forma de um ritual, é porque para além de tudo, transparece um cunho hereditário.

Lisboa, Museu do Desporto

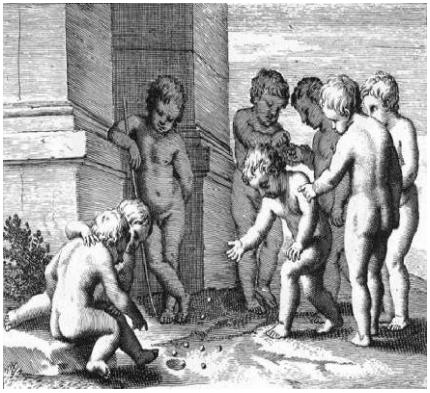
A partir do reportório dos mais velhos, estes jogos foram por vezes adaptados aos condicionalismos da região, aos princípios religiosos, à maneira de ser dos habitantes, apresentando variantes para serem adequados á cultura dos povos.

São universais, embora com outros rituais, com outros ritmos, com outras formas de jogar ou utilizando outros materiais, variando em conformidade com as caraterísticas étnicas dos grupos populacionais, com a sua língua, a sua religião e os seus costumes. Variantes que dependem de cada povo, com as suas diferentes formas de estar, de viver e de sentir.

Estabilidade e universalidade são pois duas constantes que se completam e que se observam na prática dos Jogos Tradicionais e na sua dependência cultural. Acusam as preferências, perpetuam os usos e costumes, refletem a crença religiosa dos povos.

Fornecem enfim uma prova de identidade da natureza humana, qualquer que seja a idade e o género.

Como tão bem afirmava Roger Caillois (1958) em *Les Jeux et les Homme*s, *...eles assemelham-se às folhas das árvores que, apesar de morrerem de uma estação para a outra, perpetuam-se idênticos a si próprios. Eles reúnem a durabilidade do pelo dos animais, o desenho das asas das borboletas, a curva espiral das conchas, transmitindo-se imperturbáveis de geração em geração. Eles revestem mil formas inegavelmente variadas, tantas quantas as espécies vegetais. Variando com o clima, eles emigram e adaptam-se com uma rapidez e uma facilidade desconcertantes*.



Stella, J. 1981. *Les Jeux et Plaisirs de l´Enfance*

2 ¬ Jogos Tradicionais e Corporalidade

O CORPO é o local onde se inscrevem todas as realidades humanas: biológicas, psicológicas e sociológicas, mas ainda económicas, políticas e linguísticas. Tal como Barthes salienta (1980), o corpo é plural!

Já em 1945, Merleau-Ponty falava na necessidade de se descrever o corpo, como o lugar de aproximação existencial; o espaço onde realizamos no mundo um conjunto de significações, eleitas para conferir sentido à nossa existência.

Ora, se consideramos a corporalidade como forma dos nossos reflexos, temos de questionar acerca do lugar que ocupa na nossa vida; investigar acerca da apropriação significativa realizada pelo Homem no horizonte das suas experiências.

Na prática dos JOGOS TRADICIONAIS, o CORPO não é só instrumento de ação, que produz e consome energia, como também instrumento de comunicação e de expressão.

Apoiados por toda a carga lúdica que lhes é sistematicamente inerente e com uma variedade imensa de práticas corporais, de formas de agir do corpo, também designadas de Atividade Física, contribuem para o desenvolvimento motor, psicomotor e sócio motor do indivíduo.

Variedade de práticas corporais que propiciam o desenvolvimento de capacidades motoras (coordenativas e condicionais) adequadas a cada um, que se associam a objetivos estéticos, de amplitude e de correção do gesto; de expressão corporal e de relacionamentos interpessoais, mesmo entre gerações, quaisquer

que sejam os objetos que utilizam, a música que cantam, as lengalengas que pronunciam, o ritmo que utilizam. Nos jogos com lengalengas, com rituais e nos jogos de ritmo, mais praticados pelas crianças, há uma componente semiótica que é acrescentada às práticas corporais utilizadas, num processo interativo, com o encadear de sons e palavras, até bizarras, que repetem inúmeras vezes e que podem originar pequenas melopeias que compõem, mesmo sem sentido, mas cuja sonoridade lhes é agradável.

Impregnados dos traços culturais que os unem e do sistema de valores que os norteiam, estas práticas corporais têm todo o direito de estarem incluídos em programas de exercício no âmbito da saúde e do bem-estar de todos. Adequam-se às afluências e/ou discrepâncias entre distintos ambientes sócio culturais (ambiente rural e ambiente urbano), numa relação cultural do movimento humano e que é, necessariamente, também intergeracional.

Na infância, os jogos têm uma componente de grande vigor físico, constituindo uma das estratégias de adaptação ao meio físico e que pode ser estruturada desde muito cedo pelas crianças, pois possuem duas dimensões paradoxais que favorecem o seu desenvolvimento: a exercitação de funções e a intencionalidade (Guedes, 2007)

A criança brinca e joga para descobrir o mundo, as pessoas e as coisas que a rodeiam: para se descobrir e para ser reconhecida pelos outros. Brinca e joga para aprender a observar o seu ambiente: conhecer e dominar o mundo.

Os JOGOS e as BRINCADEIRAS, sobretudo as tradicionais, têm um poder acrescido: podem realizar-se em qualquer lugar, em qualquer momento e de qualquer maneira; a sua diversidade, permite uma multiplicidade de escolha, oferecendo a cada criança a possibilidade de novas formas de jogar.

Nos mais velhos, é um elemento potenciador da sua qualidade de vida, na medida em que, para além da sua influência na preservação da saúde, os níveis de independência funcional e a autonomia quotidiana dependem de um bom desempenho motor realizado regularmente, mas que implica fatores motivacionais suscetíveis de provocar alterações no estilo de vida. Os Jogos Tradicionais, coligados à sabedoria motora e à proficiência de cada praticante, propiciarão uma exercitação regular e passarão a fazer parte integrante dos seus hábitos de vida.

A redescoberta do significado dos Jogos Tradicionais, dos seus objetivos, dos seus conteúdos, do enorme potencial que lhes é inerente e que constituem formas de Atividade Física, alerta-nos para a importância da sua exercitação, no

JOGOS TRADICIONAIS

OBJECTIVOS RESULTADOS

INTELECTUAIS

- solicitação da atenção
  da memória
  da imaginação
  da antecipação
- apreensão lógica dos múltiplos dados físicos e matemáticos

AFECTIVOS

- motivação — manipulação dos engenhos
- alegria de jogar e conseguir
- gosto pelo gesto bem feito
- sentido musical

SOCIAIS

- cooperação
- adaptação ao outro, aos outros
- entreajuda
- solidariedade

FISIOLÓGICOS

- dinamismo generalizado
- diversidade de acções

SENSORIAIS

- solicitação do sentido táctil
- coordenação das sensações visuais, tácteis e auditivas

MOTRIZES

- desenvolvimento da direcção
  da coordenação
  da precisão
  da independência-segmentar
- coordenação global
- afirmação da lateralização
- facilitação da auto-correcção
- adaptação contínua — reacção ao imprevisto

Fonte: Sousa Guedes, G. 1985

sentido do desenvolvimento das funções básicas da corporalidade, do desenvolvimento sadio do indivíduo, numa perspetiva de bem-estar, fonte de alegria e de lazer, pelo que se propõe a sua integração também numa política de saúde para todos.

Em 1987, Enerstvedt publicou em Oslo um trabalho intitulado *Traditional Play. Has it any value for the clildren of tomorrow?* onde destacou diferentes portencialidades que a seguir se apresentam:

- São acessíveis a todos;
- Cada participante pode ser co-produtor do jogo e, no caso das crianças, elas criam novas palavras e acrescentam pequenos pormenores às regras;
- O conhecimento do jogo é frequentemente inconsciente, dado que cada participante aprende olhando o outro, numa espécie de impregnação da tradição, que está longe das regras escritas;
- O Jogo Tradicional é um lugar privilegiado de socialização, de criação de contactos e de um intenso intercâmbio sócio-motor, que favorecerá ao jogador desempenhar papeis variados e até opostos;
- Cada jogador pode valorizar a sua aptidão física e que será complementar da dos outros elementos do grupo, sendo reconhecida por todos e originará uma melhor integração no grupo e nele poder desempenhar diferentes papéis.

Será que hoje, em pleno século XXI, os Jogos Tradicionais constituem ferramentas atuais para propiciarem práticas corporais que a Ciência considera adequadas ao desenvolvimento humano?

3 ¬ Jogos Tradicionais e o Paradigma Bioecológico de Bronfenbrenner

Na sociedade contemporânea e sobretudo nos últimos anos, tem-se verificado uma dinâmica muito positiva nas atividades ligadas à Saúde, ao Lazer e ao Bem-Estar, onde a ACTIVIDADE FÍSICA tem um papel fulcral na promoção da saúde e do bem-estar, físico e psicológico, conducentes à aquisição de estilos de vida saudáveis e confirmado pela sociedade científica.

Nas Ciências do Desporto e, sobretudo, nas questões que envolvem a Aprendizagem e o Controlo Motor, as teorias do desenvolvimento humano têm norteado a investigação internacional já desde os anos 80 do século passado e efetuados numa visão mais alargada do Homem, cujas abordagens têm enfoque em duas perspectivas distintas, que procurei analisar ao longo do meu ano sabático (1999) com a colaboração de grandes especialista da língua portuguesa e traduzido numa publicação intitulada *Aprendizagem Motora: problemas e contextos*, editada em 2001 pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa. Trata-se da perspectiva dos sistemas motores *(Motor Systems)*, ou representacional, ou do processamento da informação, que dá ênfase ao papel do SNC no controlo dos movimentos e a perspectiva dos sistemas dinâmicos *(Action Systems)*, ou ecológica, que privilegia as informações do meio ambiente, através da interação dinâmica desta informação com o próprio corpo, membros e sistema nervoso.

Pessoalmente identificada com a abordagem ecológica, venho tentando utilizá-la para alicerçar conceptualmente a valorização dos Jogos Tradicionais, considerando que a pessoa em desenvolvimento é uma entidade dinâmica que interage progressivamente com o seu meio, reestruturando-o ao mesmo tempo que por ele é influenciada, com recurso a Bronfenbrenner, que desde 1979 vem defendendo que o desenvolvimento humano deverá ser entendido, não só como função do capital inato, mas também como resultado da intensidade e continuidade das estimulações ambientais, bem como das aquisições sucessivas que vai vivenciando nesse ambiente.

Para este autor, o contexto em que o indivíduo realiza as experiências tem importantes e diversificados efeitos: da sua satisfação, da sua aprendizagem e do seu desenvolvimento – o contexto ecológico - que constitui os ambientes reais onde vive, impregnados de particularidades físicas, sociais e simbólicas, que favorecem o envolvimento em padrões de interacção e em actividades progressivamente mais complexas (Bronfenbrenner, 1987).

A interpretação das características do indivíduo implicará portanto o estabelecimento da relação dessas características com os respectivos contextos e entendidos como ambientes dinâmicos em constante interacção.

Para Bronfenbrenner (1979), o processo de interacção/ambiente é estruturado em termos de sistemas, com uma disposição seriada, hierárquica e concêntrica, com quatro níveis interdependentes - micro, meso, exo e macrossistema – cada um dos quais apresenta elementos, forças e operações transacionais, que de uma forma dinâmica e sem dissociar as propriedades do indivíduo ou do contexto, contribuem para o processo do seu desenvolvimento:

MICROSSISTEMA – padrões de actividades, papeis e relações interpessoais vivenciadas numa determinada situação e no espaço mais próximo: casa, escola, etc.;

MESOSSISTEMA – quando há contacto com novos ambientes e com eles estabelece ligações;

EXOSSISTEMA – envolve vários ambientes mas onde não participa activamente;

MACROSSITEMA – o mais abrangente, envolvendo um padrão externo de micro, meso e exossitemas característicos de uma determinada cultura, sub-cultura ou outro contexto social mais extenso.

O nível de desenvolvimento do indivíduo reflectirá a variedade substantiva e complexa das actividades molares que inicia e mantém, sem que para tal seja necessário ser provocado ou orientado (Bronfenbrenner, 1987), acrescentando que as percepções que a criança tem dos outros, do ambiente mais imediato ao mais remoto, tão fundamentais para o seu desenvolvimento. Para este autor, as ACTIVIDADES MOLARES são as formas progressivas de comportamento que o ser humano manifesta numa dada situação e num determinado contexto, sendo inerentes a um processo contínuo, persistente no tempo e resistentes a toda e qualquer interrupção, para assim poderem ser progressivamente mais complexas.

E o JOGO, constituindo a melhor categoria que define os horizontes subjectivos e aleatórios do controlo das energias físicas e mentais, bem como a compatibilidade com o meio ambiente, poderá ser considerado uma atividade molar, sem duração pré-determinada.

A capacidade de adaptação, a versatilidade, as interacções e a persistência que é demonstrada ao movimentar-se quando JOGA, evidencia o nível das suas capacidades e que pode explorar até à exaustão.

CAPACIDADES, que advêm da interacção dos aspectos biológicos do crescimento com os culturais do meio onde estão inseridas, razão pela qual importa conhecer que tipo de habilidades se devem propiciar em função do seu estádio de desenvolvimento, como também entender o significado dessas habilidades na sua cultura, com as normas, padrões, crenças e valores que só existem nos JOGOS TRADICIONAIS.

Conclusão

Apoiados por toda a carga lúdica que lhes é sistematicamente inerente e com uma variedade imensa de práticas corporais, de formas de agir do corpo, também designadas de Atividade Física e que caraterizam os JOGOS TRADICIONAIS, têm todo o direito de estarem incluídos em programas de exercício no âmbito da saúde e do bem-estar de todos. E também, pelo fato de estarem impregnados dos traços culturais que os unem e do sistema de valores que os norteiam, adequam-se às influências e/ou discrepâncias entre distintos ambientes sócio culturais (ambiente rural e ambiente urbano), numa relação cultural do movimento humano e que é, necessariamente, também intergeracional.

O nível de desenvolvimento do indivíduo reflectirá a variedade substantiva e complexa das *actividades molares* que inicia e mantém, sem que para tal seja necessário ser provocado ou orientado (Bronfenbrenner, 1987), acrescentando que as percepções que a criança tem dos outros, do ambiente mais imediato ao mais remoto, tão fundamentais para o seu desenvolvimento. E o JOGO, constituindo a melhor categoria que define os horizontes subjectivos e aleatórios do controlo das energias físicas e mentais, bem como a compatibilidade com o meio ambiente, poderá ser considerado uma atividade molar.

Bibliografia

BARTHES, R. (1930). *L´Obvie et L´Obtus*. Paris: Seuil.

CAILLOIS, R. (1985). *Les Jeux et les Hommes.*Paris: Gallimard.

ENERSTVEDT, A. (1987). *Traditional Play. Has it any value for the cildren of tomorrow?* Oslo: Play and Culture.

LAUWE, C. (1979). *Un Monde Autre: l´enfant.* Paris: Payot.

MAUSS, M. (1936). *Sociologie et Anthropologie.*Paris: PUF.

MERLEAU-PONTY, M. (1945). *Phénomenologie de la Perrcecion.* Paris: PUF.

GUEDES, M.G. (1964). Jogos Tradicionais Portugueses. In J.M. Noronha Feio (Cood): *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física.* Cruz Quebrada: INEF, p.p. 153-190.

SOUSA GUEDES, M.G. (1965). *Jogos Tradicionais Portugueses – o seu interesse pedagógico em Educação Física*. Dissertação final no INEF.

SOUSA GUEDES, M.G. (1966). Jogos Tradicionais Portugueses. In G. Guedes J. Esteves, N. Mendes, P. Brito, R. Pinto & T. Lima (Cood)*: Educação Física no Ensino Primário.* Lisboa: Edição de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, p.p. 157-196.

SOUSA GUEDES, M.G. (1985). Jogos Tradicionais Portugueses. In M. Boa de Jesus (Cood.)*: Estudos e Investigação do Instituto Nacional dos Desportos.* Lisboa: Edição do IND.

SOUSA GUEDES, M.G. (1990). A Revalorização dos Jogos Tradicionais e a melhoria da Condição Física das populações. In J. Bento & A. Marques (Eds.). *Actas das Jornadas Científicas Desporto, Saúde e Bem-Estar.* Porto: FCDEF, p.p. 119128.

SOUSA GUEDES, M.G. (1991). As Crianças e os Jogos Tradicionais. *Horizonte*, vol. 7 nº 43, p.p.9-14.

SOUSA GUEDES, M.G. (1991). As Crianças e os Jogos Tradicionais no Espaço da Língua Portuguesa. In *Actas do II Congresso de Educação Física dos Países de Língua Portuguesa*. Porto: FCDEF, p.p. 447-456.

SOUSA GUEDES, M.G. (1995). O Jogo e a Aprendizagem Motora. Lição

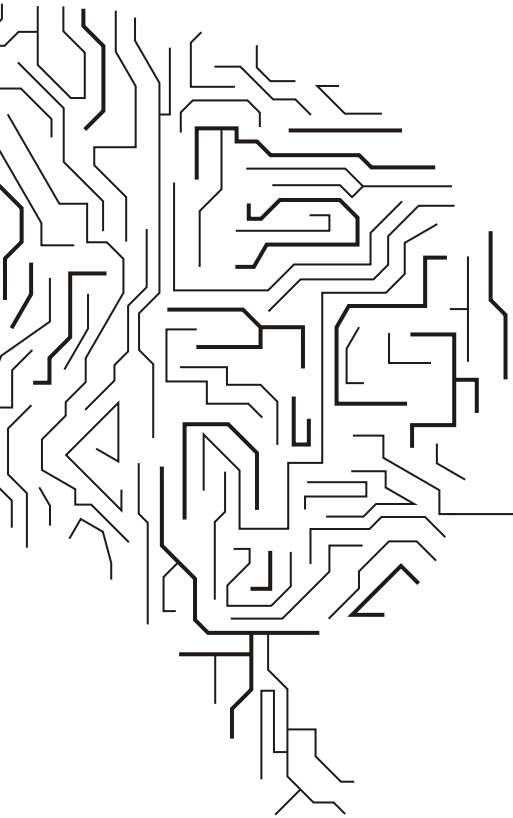
integrada nas Provas de Agregação em Comportamento Motor na FCDEF da Universidade do Porto.

SOUSA GUDES, M.G. (1997). O Jogo, o Brinquedo e o Desenvolvimento da Criança. In *Actas do IV Encontro de Cultura Tradicional da Beira.* Viseu: Edição AVIS, p.p. 157-178.

SOUSA GUEDES, M.G (2001). A Educação Infantil em Portugal: percurso e actualidade. In Krebs, R.J.; Copetti, F.; Roso, M.R.; Kroeff, M.S. & Souza, P.H. (Eds.). *Desenvolvimento Infantil em Contexto - Livro Anual da Sociedade Internacional para Estudos da Criança.* pp. 161-183. Florianopolis: Editora da UDESC.

SOUSA GUEDES, M.G. (2001). Aprendizagem Motora: problemas e contextos. In G. Sousa Guedes (Ed.). *Aprendizagem Motora: problemas e contextos.* Cruz Quebrada: FMH-UTL, p.p. 221-265.

SOUSA GUEDES, M.G (2007). O Jogo e a Criança. In Krebs, R.J. & C. A. Ferreira Neto (Eds.). *Tópicos em Desenvolvimento Motor na Infância e Adolescência - Livro Anual da Sociedade Internacional para Estudos da Criança.* Rio de Janeiro: Nova Letra Gráfica & Editora, p.p. 71-90.



ARTUR MARTINS

MEMBRO DO CONSELHO CIENTÍFICO
DA ANÁLISE ASSOCIATIVA

JOGOS TRADICIONAIS E IDENTIDADE CULTURAL

Sumário:

1 ¬ Introdução

2 ¬ Jogos Tradicionais (J. T.)

3 ¬ Cultura / Identidade Cultural

4 ¬ Preservação dos Jogos Tradicionais

5 ¬ Conclusões

1 ¬ Introdução

Os Jogos Tradicionais são uma das vertentes mais genuínas da cultura popular, sendo a sua defesa, salvaguarda e difusão um imperativo. As colectividades de cultura e recreio e associações afins, implantadas no território, são as fiéis depositárias desta faceta da identidade cultural de muitos locais.

Por essa razão, a Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto tem desenvolvido variadas acções neste particular, tendo como lema "a nós o que é nosso", o que nos leva a trazer à estampa este artigo, sob o título: Jogos Tradicionais e Identidade Cultural. Tem como objectivo geral realçar a importância dos Jogos Tradicionais e como objectivo específico dar nota de alguns estudos e trabalhos sobre a matéria em presença.

Nestes termos, o método utilizado passa pela revisão de literatura produzida, ao longo dos anos, por eminentes estudiosos e investigadores deste assunto.

2 ¬ Jogos Tradicionais (J. T.)

a) Jogo, conceito

No entender de Vaz (2013), definir jogo, longe de ser uma tarefa simples, é uma empresa difícil, senão impossível. A extrema diversidade de práticas e a variabilidade das atitudes do fenómeno lúdico, nas situações, objectos, causas e consequências que a ele respeitam, a carga simbólica que o jogo comporta, as suas estreitíssimas conexões com a cultura e a sociedade, tornam irrealizável uma definição concreta e rigorosa (1).

Jogo é um termo do latim "*jocus*" que significa gracejo, brincadeira, divertimento. O jogo é uma actividade física ou intelectual que integra um sistema de regras e define um indivíduo (ou um grupo) vencedor e outro perdedor.

São actividades em que os participantes possuem uma maneira formal de proceder e estão sujeitos a regras. Se direccionados e conduzidos de maneira adequada, favorecem momentos de confraternização, participação e integração, aliviando o cansaço físico e mental. Proporciona aos participantes entendimento das expressões como jogar, busca pela vitória, cooperação, aceitação da derrota e equilíbrio durante a realização das actividades, com os adversários de jogo ou companheiros.

b) Estudo / valorização dos jogos tradicionais

- Séc. XIX
  - Teófilo Braga
  - Adolfo Coelho
- Décadas 40/50 do Séc. XX
  - Augusto César Pires de Lima - jogos usados nas escolas primárias (Norte)
- Década 50 e 70
  - Ernesto Veiga Oliveira
- Década 60
  - Carlos Valle
  - Maria da Graça Guedes -1965. Jogos Tradicionais Portugueses – o seu interesse pedagógico em Educação Física. Dissertação final no INEF
- Década 70 (1979)
  - Jorge Crespo
- Década 80
  - Mário Cameira Serra
  - Mário Cameira Serra + José Pires Veiga
  - José M. Noronha Feio
  - António Cabral
  - Olga Vasconcelos
- Em 1986, Martins, Manuel Alfredo de Morais (1986). Malpica do Tejo: terra pobre, povo nobre. Tese de doutoramento em Ciências Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.
- Em 1988, Cordeiro, Graça Índias (1988). Laranjinha, lazer e solidariedade: um ensaio de Antropologia Urbana. Tese de mestrado em Antropologia Social e Cultural e Sociologia da Cultura apresentada à Universidade Nova de Lisboa
- Década 90
  - Carlos Neto
  - Beatriz Oliveira Pereira
  - Ana Felisberta Piedade Lavado
- Séc. XXI
  - Ana Rosa Jaqueira
  - José Augusto Bragada
  - Alberto Nídio Silva

c) Jogos tradicionais, designação

Maçarico (2002) seguindo um dos principais estudiosos da temática, António Cabral, que designa os jogos como populares e fazendo um paralelismo *"com aquilo que já sucede com os criadores de quadras e décimas geniais, os quais, não obstante a escassez de habilitações literárias, são designados por «poetas populares de raiz tradicional»* (2), defende a designação de jogos populares de raiz tradicional.

Quanto à designação, António Cabral (1986) estabelece a distinção nos seguintes termos: "Há jogos tradicionais que são populares, como por exemplo o xadrez, e jogos populares que não são tradicionais, como a corrida de pneus e o jogo das caricas" (3).

Uma mesma prática lúdica pode ser tradicional em muitas localidades e não noutras, não devendo fazer-se, abusivamente, a extrapolação do rótulo 'tradicional' para qualquer outra localidade, a nível concelhio, distrital, regional ou nacional" (4).

Os jogos populares tornam-se tradicionais quando o povo se relaciona com eles no seu trabalho ou apenas em tempos de lazer, não os deixando morrer pois eles significam parte da sua alma (5).

d) Jogos tradicionais, definição

Ao longo do tempo, alguns investigadores (Cabral, 1985; Vasconcelos, 1989; Guedes, 1991; Bragada, 2002) dão-nos conta que os Jogos Tradicionais são uma forma de passatempo, descanso e divertimento, mas sobretudo um veículo privilegiado para o desenvolvimento da motricidade infantil.

Guedes (1998) faz uma abordagem que vai nos três sentido que se expressam em seguida:

"Os Jogos Tradicionais são jogos praticados por todo o mundo, desde há séculos. Os seus nomes evocam, por si mesmo, as suas características e regras principais. Respeitam a tradição, procurando ser fiéis à sua autenticidade e à sua ritualidade".

"A actividade lúdica tradicional favorece a unidade Acção / Cognição / Emoção / Motivação, para além de ser uma manifestação viva da maneira de ser e de viver das gentes".

Os Jogos Tradicionais, herança do passado, transmitidos de geração em geração, são, hoje e sempre, práticas recreativas potencialmente capazes de dar resposta às necessidades actuais de todos (da criança e também do adulto) (6).

Silva & Morais (1967) escreveram "os jogos tradicionais contribuem de modo saudável para a utilização das horas livres dos trabalhadores (...). A dificuldade no jogo surge como um estímulo para o aperfeiçoamento (...). As regras fixas, livremente consentidas, definem uma igualdade de condições entre os jogadores. Todos partem com as mesmas possibilidades de vencer o jogo" (7).

Por jogos tradicionais entendemos todas as actividades lúdicas, recreativas e culturais praticadas por crianças, jovens e adultos, transmitidas ao longo de gerações fundamentalmente pela oralidade, observação e imitação (8).

e) Jogos tradicionais, sua importância

Na óptica de Cameira Serra (1999) podemos verificar cinco níveis de importância:

- Ao nível educacional – o jogo contribui para o desenvolvimento da criança; através dele é possível conhecê-la melhor, assim como a sua maneira de se relacionar com os outros;
- Ao nível sociológico – o jogo é influenciado pelo contexto social no qual a criança brinca;
- Ao nível psicológico – o jogo é utilizado como meio para compreender melhor a psique das emoções e a personalidade dos indivíduos;
- Ao nível antropológico – traduz-se na maneira como o jogo é capaz de reflectir as diferenças de cada sociedade e suas culturas;
- Ao nível folclórico – o jogo, como reflexo da cultura infantil, perpassa diversas gerações, reflectindo o costume de cada época (9).

Para Cabral: "o jogo é um dos meios mais importantes de aquisição das diferentes situações vitais, de aprendizagem e tipos de comportamentos" (10).

f) Jogos tradicionais, características

De acordo com Serra (1999), quando se fala de Jogos Tradicionais, enquanto práticas culturais, reconhecem-se algumas das suas características mais evidentes:

1) A transmissão oral e anónima em cada comunidade: das formas de organização, procedimentos, técnicas de corpo, sistemas de pontuação e contagem, fórmulas e gíria utilizadas (...);
2) A constância ao nível das regras e procedimentos durante décadas ou séculos;
3) A variabilidade local e regional do mesmo jogo é fruto de aculturações e influências diversas, bem como de processos de transformação local. As alterações nos jogos não contrariaram nem impediram a permanência da maioria dos elementos lúdicos através do tempo. Embora tradicionais, os jogos não são imutáveis, variando no tempo (...);
4) A estreita relação da maioria dos jogos com o trabalho e a festa é uma das características que melhor identifica os Jogos Tradicionais (...) acontecem (ou aconteciam) durante os intervalos ou no término das lides agro-pastoris;
5) A originalidade é uma das características mais discutíveis, como salientam Camerino e Castañer (cit. por Serra, 1999), uma vez que é difícil, se não impossível, provar que uma determinada prática lúdica teve como "berço" esta ou aquela sociedade;
6) Os Jogos Tradicionais advêm do que é puro e simples em articulação perfeita com a natureza, daí a autenticidade ser uma das suas características, pois as práticas lúdicas tradicionais surgem-nos ainda pouco contaminadas pelas estratégicas mercantilistas da sociedade actual;
7) O sentimento de identidade com a comunidade é a característica deste tipo de jogos que conduz ao fortalecimento dos laços de solidariedade entre os conterrâneos;
8) Uma das características da maioria dos Jogos Tradicionais de adultos era estes serem considerados como actividade exclusivamente masculina, sendo apenas praticada por rapazes e homens;

9) Uma característica inerente aos Jogos Tradicionais é a mediação natural do tempo, o jogo termina quando os intervenientes são eliminados ou quando a maioria deles o entender, sem existir a submissão ao tempo cronometrado;
10) A falta de controlo e tutela das práticas lúdicas tradicionais, por parte de pessoas ou instituições extrínsecas aos próprios jogadores, é uma característica que deve ser enfatizada (...). Os árbitros e juízes não são necessários nos jogos de tradição, bastando a honestidade dos intervenientes;
11) As situações paradoxais, que frequentemente comportam os jogos de tradição, constituem um dos aspectos mais interessantes da sua prática e uma das suas principais características, que derivam da própria estrutura dos jogos e são originados pela rusticidade dos materiais e espaços utilizados (11).

g) Jogos tradicionais, finalidades

Para além do aspecto higiénico e cultural, Guedes (1984) afirma que o dinamismo lúdico e a carga afectiva dos Jogos Tradicionais contribuem para várias finalidades:

1) A integração em grupo, em que os intervenientes não estão isolados, geralmente participam numa acção comum, onde desempenham papéis quer individuais, na presença de todos, quer em grupo;

2) A aquisição de uma certa disponibilidade corporal, que promove a coordenação motora;
3) O desenvolvimento do sentido rítmico e compreensão do tempo, pois tem de haver uma aprendizagem que permita uma inter-relação ajustada entre a ritmicidade e a cronometria;
4) A estruturação do espaço, uma vez que a maioria dos jogos decorre num espaço efémero, mas próprio;
5) O enriquecimento oral da linguagem – muitos jogos usam o canto, as lengalengas e os diálogos, que para além de enriquecerem a linguagem, exigem um esforço de memorização;
6) A formação da personalidade, quando os praticantes dos jogos desempenham papéis específicos, tais como o de líder, de vencedor e de vencido ou quando têm de inventar ou dar uma resposta de imediato (12).

3 ¬ Cultura / Identidade Cultural

A cultura, pela definição clássica de Edward B. Tylor, que é considerado o pai do conceito moderno de cultura, "inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade" (1871).

a) Cultura Popular

Alguns elementos-chave, como manifestação cultural e produção do povo, que participa de forma activa; resultado da interacção cultural de pessoas de determinadas regiões:

- Cultura criada pelas próprias populações;
- Cultura que reflecte as práticas do quotidiano do povo;
- Cultura que expressa uma sensibilidade e uma mentalidade do meio social;
- Cultura vivida e experimentada;
- Cultura que não gosta muito de inovar.

b) Identidade Cultural

A identidade de um povo está na sua cultura. Podemos entender como tudo aquilo que é construído pelo ser humano. Inclui os mitos, símbolos, ritos, todas as crenças, todo o conjunto de conhecimentos e todo o comportamento.

Portanto, conhecer e valorizar a nossa cultura são auto-afirmações do que somos. De contrário, poderemos ser conduzidos por qualquer maré que chega.

Segundo Stuart Hall (1999) a identidade cultural enfatiza aspectos relacionados com a nossa pertença a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais. Ao analisar a questão, este autor focaliza particularmente as identidades culturais referenciadas às culturas nacionais. Para ele, a nação é, além de uma entidade política – o Estado –, um sistema de representação cultural (13).

Pedroso (1999) afirma: "Um povo que não tem raízes acaba por se perder no meio da multidão. São exactamente as nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos distinguem dos demais e nos dão uma identidade de povo, de nação". Percebe-se a importância de se conhecerem as raízes da própria cultura para que haja a formação de identidade.

Segundo Lustosa (2009), a identidade cultural é vista como uma forma de identidade colectiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes. Está apoiada num passado com um ideal colectivo projectado e fixa-se como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos sentirem-se mais próximos e semelhantes (14).

Também Guedes (1993) enfatiza esta vertente: Os Jogos Tradicionais mantêm estabilidade apesar da evolução da sociedade, cujas regras foram transmitidas de geração em geração, fazendo parte de todos os tempos e passando a pertencer à cultura dos povos (15).

Cameira Serra evidencia que mesmo o "riquíssimo acervo cultural da tradição oral (contos, lendas, adivinhas, adágios e lengalengas) está a perder-se,

dado que, pelo menos em parte, não foi passado a escrito. E, se algum deste património foi guardado e perpetuado em livros, creio não se ter cuidado o valiosíssimo espólio das variações locais" (16).

O jogo, um factor cultural: "As particularidades específicas dos jogos locais reflectem os traços característicos da cultura e organização social das comunidades no seu todo: as relações sociais, as estratégias e opções de vida". Assim, os jogos devem ser observados não como um elemento separado do todo cultural, mas antes como "factos sociais totais" (Durkheim, 1973) (17).

Cabral (1985) diz-nos que "é necessário preservar quanto possível as tradições do nosso povo. Preservação que não signifique o desejo de manter formas ultrapassadas de viver, que o tempo tornou caducas e incapazes de dar resposta aos anseios e impulsos do nosso tempo, mas que, encarando o movimento progressivo da história, saiba conjugar o presente com o passado, descobrindo neste as artérias ainda vivas [...]. Ora o jogo popular é uma das mais espontâneas e belas formas de expressão da alma popular" (18).

Os jogos e brincadeiras populares e tradicionais cumprem, durante o seu tempo de vigência, um papel muito importante no desenvolvimento da criança, através da promoção de um conjunto de capacidades, dificilmente encontradas noutras actividades (Mattoso, 2011) (19).

Crespo (1989) afirma que o jogo tem uma importância fundamental, porque acentua identidades culturais das regiões portuguesas e, fundamentalmente, acentua o diálogo entre as culturas (20).

Os Jogos Tradicionais têm acompanhado várias épocas e culturas, funcionando como um espelho que reflecte o perfil colectivo de um povo e a maneira de ser e de viver das gentes (Cabral, 1985 e Guedes, 1991) (21).

Serra (2001): Os Jogos Tradicionais são um património lúdico e cultural com marcada relevância social (22).

4 ¬ Preservação dos Jogos Tradicionais

a) Recomendações

A importância dos antigos jogos não pode ser posta em causa, dado constituírem genuínas afirmações da cultura local, instrumentos de reforço de

elos comunitários e espelho da vida social, apesar de alguns permanecerem apenas na memória colectiva.

Nestas circunstâncias, torna-se imperioso que tomemos nas nossas mãos a sua preservação e divulgação.

b) Processo em três etapas

1.ª - Pesquisa inicial e recolha de histórias orais, fontes escritas, iconografias e dos próprios materiais. Acompanhar de reuniões mais participadas possível;
2.ª - Conservação e preservação desses levantamentos através de registos escritos, arquivos, museus e outras formas de gestão do conhecimento e acesso visual em simultâneo com a criação e gestão adequada de um centro de recursos;
3.ª - Capacidade multimédia de intervenção em canais de comunicação, desenvolvimento de museus virtuais, páginas na Internet e exposições móveis.

Fonte: Declaração sobre os Jogos Tradicionais (2001),
Cidade do Cabo – África do Sul (tradução de Luís Neto).

5 ¬ Conclusões

À guisa de conclusão podemos considerar que os objectivos a que nos propusemos foram conseguidos, tendo em conta os trabalhos de que nos socorremos e que constam nas notas bibliográficas.

Por outro lado, deixamos algumas linhas de actuação futura quanto à imprescindível preservação dos jogos tradicionais.

Bibliografia

(1) Vaz, Ilda Conceição Alves (2013). Desenvolver competências a brincar - As competências promovidas pelas brincadeiras e jogos de criança. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Supervisão Pedagógica. Covilhã: Universidade da Beira Interior - Ciências Sociais e Humanas.

(2) Maçarico, Luís Filipe (2002). Patrimónios e identidades nos jogos populares tradicionais – Subsídios para uma reflexão antropológica. Elo associativo n.º 25, Maio-Junho 2002.

(3) Cabral, António (1986). Jogos Populares Portugueses. Porto: Editorial Domingos Barreira.

(4) Serra, M. Cameira (1999). Os Jogos Tradicionais em Portugal. Relações entre as práticas lúdicas e as ocupações agrícolas e pastoris colectivas. Vila Real: UTAD.

(5) Rêgo, M. da Conceição (1990). Jogos Tradicionais Infantis – São Miguel – Açores.

(6) Guedes, M. da Graça S. (1998). O Património lúdico e o desenvolvimento da criança – os jogos de ontem no terceiro milénio. In N. Pais e L. Santos (Org.). Cultura Lúdica, Tradição e Modernidade – Cadernos da Actividade Lúdica, N.º 1. Lisboa: Instituto de Apoio à Criança.

(7) Silva, Cristóvão e Morais, Manuel Mendes de (1967). Jogos Tradicionais Portugueses. Colecção Educativa – Série J, Número 6, 2.ª edição. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.

(8) Bragada, José A. (2001). Os Jogos Tradicionais no Distrito de Bragança. In Revista Brigantia, Vol. XXI, nº 3 e 4, Edição da Assembleia Distrital de Bragança.

(9) Serra, M. Cameira (1999). Os Jogos Tradicionais em Portugal. Relações entre as práticas lúdicas e as ocupações agrícolas e pastoris colectivas. Vila Real: UTAD.

(10) Cabral, António (1998). Os jogos Populares e o Ensino. Função Pedagógica. Jogos Populares Infantis (2a ed.). Lisboa: Editorial Notícias.

(11) In Coimbra, António Pedro Monteiro Paiva (2007). O papel dos jogos tradicionais como actividade lúdica e educacional. Monografia realizada no âmbito da disciplina de Seminário do 5.º ano da licenciatura em Desporto e Educação Física, na área de

Recreação e Tempos Livres, da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

(12) Guedes, M. da Graça S. (1984). Jogos Tradicionais Portugueses. Lisboa: D.G.D.

(13) Suart Hall (1998). A questão da identidade cultural. Textos didáticos. São Paulo, SP:IFHC/Unicamp.

(14) Lustosa, Rogério (2009). Identidade Cultural: perda ou acréscimo de valores? http://jornalsociologico.blogspot.pt/2009/06/identidade-cultural-perda-ou-acrescimo.html

(15) Guedes, Maria da Graça S. (1993). Os jogos tradicionais da corporalidade. In Graça Guedes e Manuel Augusto (Org.): Actas do 1.º Encontro Nacional dos Jogos da Malha e Mostra de Jogos Tradicionais Portugueses. Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e Jornal Correio de Azeméis, pp. 29-34

(16) Tema investigado por professor do IPG - O jogo e o trabalho em livro. In urbi et orbi – jornal online da Covilhã, da Região e do Resto. Edição n.º 107/19 a 25Fev2002. Consultado em 5 de Dezembro de 2014 através de http://www.urbi.ubi.pt/020219/edicao/107reg_livro.html

(17) Durkheim, Emile (1973). Educación y Sociología. Buenos Aires: Editorial Shapire.

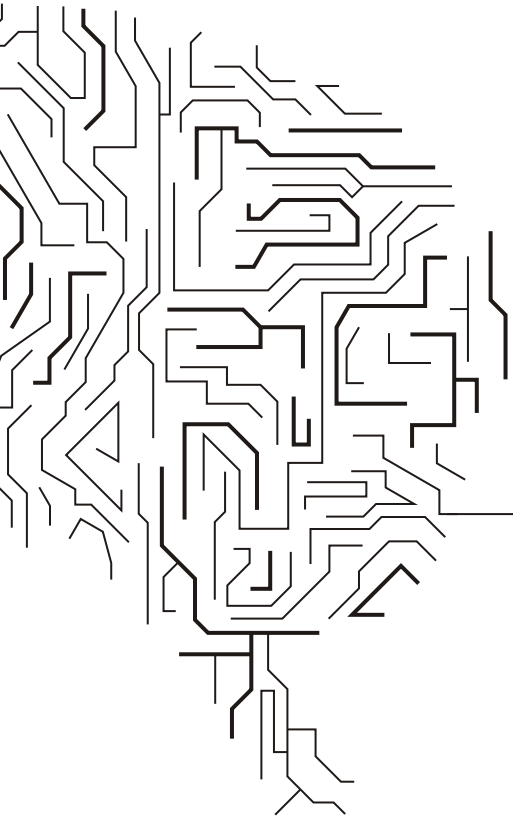
(18) Cabral, António (1985). Jogos Populares Portugueses. Porto: Editorial Domingos Barreira.

(19) Mattoso, J. (2011). História da vida Privada em Portugal - Época Contemporânea. Maia: Temas e Debates - Círculo de Leitores.

(20) Crespo, Jorge (1989). A História do Corpo. Lisboa: Edições Difel.

(21) Cabral, António (1985). Jogos populares portugueses. Porto: Editorial Domingos Barreira e Guedes, Maria da Graça S. (1991). As crianças e os jogos tradicionais. Horizonte VI. 3, pp.9-14.

(22) Serra, M. Cameira (2001). O jogo e o trabalho – Episódios lúdico-festivos das antigas ocupações agrícolas e pastoris colectivas. Lisboa: Colibri, INATEL e Serra, M. Cameira (2004). Jogos tradicionais ao serão e na taberna. Guarda: Escola Superior de Educação da Guarda.



CARLOS NETO

PROFESSOR CATEDRÁTICO
DA FACULDADE DE MOTRICIDADE
HUMANA - UNIVERSIDADE DE LISBOA

MÁRIO NETO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
(APOSENTADO)

OS BRINQUEDOS TRADICIONAIS POPULARES DE MOVIMENTO NUMA ALDEIA DA ESTREMADURA NOS ANOS 50/60

Sumário:

1 ¬ A Importância do jogo no desenvolvimento da criança

2 ¬ Objetivo do estudo

3 ¬ Metodologia

4 ¬ Caracterização social da época

5 ¬ Crescer na aldeia

6 ¬ A mudança - A modernidade

7 ¬ As brincadeiras-brinquedos

8 ¬ Conclusão

1 ¬ A Importância do jogo no desenvolvimento da criança

As crianças sempre brincaram ao longo da história da humanidade. O comportamento de brincar ou o jogo na infância é uma linguagem universal que pode ser observado em todas as culturas e situações geográficas. É um comportamento fácil de observar mas difícil de interpretar. Brincar na infância permite a exercitação do corpo em situações inesperadas, tornando-se uma forma de conquistar uma capacidade de adaptação a situações de natureza motora, percetiva, cognitiva e social. Brincar é uma forma de conquistar ferramentas úteis para a vida adulta e uma forma de conquistar segurança e autonomia. Jogar/brincar é uma das formas mais comuns de comportamento durante a infância, tornando-se uma área de grande atração e interesse para os investigadores, professores terapeutas no domínio do desenvolvimento humano, educação, saúde e intervenção social. Por isso, o brincar oferece muitas vantagens durante o processo de desenvolvimento humano:

1 - O jogo promove o desenvolvimento cognitivo em muitos aspectos: descoberta, capacidade verbal, produção divergente, habilidades manipulativas, resolução de problemas, processos mentais, capacidade de processar informação;
2 - Em sequência, o empenhamento no jogo e os níveis de complexidade envolvidos, alteram e provocam mudanças na complexidade das operações mentais;
3 - A criança aprende a estruturar a linguagem através do jogo, isto é, brinca com verbalizações e, ao fazê-lo, generaliza e adquire novas formas linguísticas;
4 - A cultura é passada através do jogo. Esquemas lúdicos e formas de jogo passam de geração em geração, adulto para a criança, e de criança para criança;
5 - Habilidades motoras são formadas e desenvolvidas através de situações pedagógicas que utilizam o jogo como meio educativo.

As nossas memórias sobre as experiências lúdicas (brincadeiras, uso de brinquedos ou jogos) vividas na infância, apresentam sempre sentimentos positivos relacionados com recordações de lugar, objetos, amigos e aventuras. As recordações relacionadas a essas atividades estão normalmente associadas a características sociais e culturais predominantes na época e localizadas em certos locais e regiões particulares em que vivemos.

A transmissão da cultura lúdica entre adultos e crianças é uma característica também importante na construção do texto. Este contributo pode ser de grande utilidade pedagógica para quem se interessar em ensinar as crianças do nosso tempo a construir esses brinquedos e experimentá-los no meio escolar ou familiar. Esta tarefa apresenta algumas vantagens em relação ao momento de grande transformação dos interesses e condições de brincar das crianças dos nossos dias. As crianças de hoje também brincam, mas brincam de forma diferente. O aparecimento de novas tecnologias, a institucionalização dos tempos livres, a falta de contacto com a natureza, a inexistência de espaço livre para brincar, a diminuição de autonomia de mobilidade, a densidade de tráfego, são alguns dos constrangimentos atuais que impedem as crianças de terem acesso ao jogo livre. De facto, as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos alteraram significativamente a estrutura da família, da escola e da comunidade. Os hábitos quotidianos de vida transformaram-se radicalmente, os ritmos e as rotinas de crianças e jovens também. Brincar na rua é, em muitas cidades do mundo, uma espécie em vias de extinção. O tempo espontâneo do imprevisível, da aventura, do risco, do confronto com o espaço físico natural, deu lugar ao tempo organizado, planeado, uniformizado. Do estímulo ocasional passou--se a uma hegemonia do estímulo organizado, tendo como consequência a diminuição do nível de autonomia das crianças, com implicações graves na esfera do desenvolvimento motor, emocional e social. Sem a imunidade que lhe é conferida pelo jogo espontâneo, pelo encontro com outras crianças num espaço livre, onde se brinca com a terra, se inventam jogos, se vivem aventuras, a criança vai revelando menos capacidade de defesa e adaptabilidade a novas circunstâncias. É um facto que as possibilidades de ação (independência de mobilidade) da criança e do jovem, tem vindo a diminuir drasticamente com todas as consequências na saúde pública, devido ao sedentarismo e ao analfabetismo motor. Não se trata de defender o mito do passado mas de destacar a mudança significativa das estruturas lúdicas na infância nos seus quotidianos nas últimas décadas.

2 ¬ Objetivo do estudo

O objetivo do presente documento centra-se num trabalho essencialmente descritivo de objetos e artefactos lúdicos infantis, baseados na vivência pessoal da época, não tendo a ambição de um estudo de natureza académico no âmbito da

antropologia do jogo da criança do meio rural, apesar de considerarmos interessante a realização futura de um estudo exaustivo sobre a atividade lúdica das crianças rurais da época aqui retratada. Procura-se descrever as brincadeiras e brinquedos de movimento utilizados em crianças do meio rural, na região da Serra D´Aire, nas décadas dos anos 50 e 60 e contextualizar essas atividades em função dos preceitos técnicos, linguísticos e culturais. Deste modo, os brinquedos rurais tradicionais populares, que aqui se descrevem são o resultado de uma inventariação trazida na memória desde o tempo em que nos revemos a brincar, nas décadas de 50 e 60, na aldeia de Torrinhas, Freguesia do Reguengo de Fetal, do concelho de Batalha. Assim se caracterizavam as brincadeiras das crianças dos meios rurais, um pouco por todo o território Português. Neste sentido, este artigo com caraterísticas etnográficas e biográficas constituem um contributo para perceber as "culturas lúdicas da infância" no meio rural, num tempo difícil de vida da Sociedade Portuguesa nos pontos de vista político, social e económico. A vivência pessoal dos autores nos seus tempos de infância é aqui descrita, principalmente, na forma como se apresenta os pormenores da construção dos brinquedos e a sua participação nas brincadeiras.

3 ¬ Metodologia

Diz a sabedoria popular que tudo tem a sua época. Na verdade, somos falíveis em rebuscar nas nossas memórias acontecimentos do nosso passado que jamais podemos esquecer quando vividas de uma forma feliz, positiva e agradável. A infância, a época da brincadeira, é possivelmente aquela de que mais facilmente nos recordamos, principalmente a felicidade que sentimos do que era o prazer de brincar.

Na descrição das brincadeiras contidas neste trabalho, sobre o tema que lhe dá o nome, serão utilizadas as designações empregues na época e a caracterização do respetivo contexto. Por outro lado, na descrição de cada brinquedo são referenciadas algumas situações verdadeiras, reais, e outras que o não sendo, retratam as imagens generalistas da nossa memória. Para facilitar a compreensão de tais descrições, cada brinquedo é ilustrado com um ou mais desenhos para melhor visualizar as palavras e identificar de uma forma mais evidente a construção e a vivência dessas brincadeiras. Tendo em consideração o intervalo temporal a que este trabalho se refere, sabemos que os brinquedos rurais aqui descritos são em grande parte comuns a outras regiões do país, conforme nos refere, também, a bibliografia disponível. Para um conhecimento mais profundo da

nossa região e dos seus antepassados é importante sabermos, tão exato quanto possível, qual o legado patrimonial das comunidades rurais.

Para cada um de nós, conhecer o passado é conhecer o presente, ajudando a situarmo-nos na evolução dos tempos. Atualmente, os jovens demonstram uma ávida procura sobre a sabedoria da vida dos seus antepassados. Quando lhes transmitimos estas experiências quotidianas da vida rural dos anos a que nos reportamos e quando lhes mostramos os instrumentos musicais, os brinquedos e os artefactos utilizados nos tempos dos seus avós, ouvem-nos atentamente, procurando compreender a cultura tradicional. A procura das raízes mais puras das suas origens ajuda-os a compreender o mundo em que vivem e a razão dos seus comportamentos.

4 ¬ Caracterização social da época

Nas cidades, o progresso resultante das novas tecnologias era uma realidade, fruto da revolução industrial que chegara tardiamente ao nosso país. Para melhor se entender a descrição e a função dos brinquedos rurais tradicionais populares é essencial situarmo-nos na época correspondente, fazendo alguma e breve analogia social e cultural entre a cidade e o mundo rural e tecer algumas considerações sobre o eclodir das novas tecnologias dos anos cinquenta e sessenta em Portugal.

Nestas décadas, na sua grande maioria, as aldeias ainda se encontravam isoladas socialmente dos grandes centros populacionais. Ao contrário, as cidades efervesciam com novos empreendimentos onde as novas tecnologias de então provocavam o emprego, o escoamento da produção agrícola e o comércio. A modernidade trazia a mudança de hábitos, usos e costumes. A sociedade estava em mutação.

Com o culminar da II guerra mundial o mundo ficou mais tranquilo. Os países começavam a reconstrução e a aplicação dos novos meios iniciados com a revolução industrial e as tecnologias resultantes da guerra. As tecnologias tinham evoluído significativamente.

Nas cidades surgiam os primeiros automóveis particulares, a eletricidade, os tratores, máquinas que iriam ajudar na melhoria substancial da produção industrial. Os transportes públicos começavam a generalizar-se. Apareciam as primeiras grafonolas, as telefonias, o telefone e os jornais.

Nas aldeias, o isolamento social persistia. As condições de riqueza do povo, os seus hábitos, usos e costumes tradicionais estavam profundamente enraizados nos padrões bio-culturais bem alicerçados pela necessidade de viver em comum – a sobrevivência. Na maior parte das aldeias não havia eletricidade nem meios de comunicação a par de um analfabetismo generalizado dos adultos e uma grande parte das crianças ajudavam os pais em tarefas agrícolas depois do tempo escolar.

Hábitos usos e costumes, valores e a religião, regulavam os padrões sociais da vida destas comunidades sendo sempre respeitados e rigorosamente cumpridos. Eram pobres cidadãos vivendo do trabalho simples, vivendo em regime de sobrevivência no limite, mas bem identificada culturalmente com uma região, um povo e uma aldeia. O respeito por tudo e por todos era grande. Por um lado a família e por outro lado a natureza que obrigatoriamente tinha de ser muito estimada por ser era essencial á sua sobrevivência. A convivência entre os adultos era feita sempre com enorme respeito e cautelas. No meio familiar a educação relacional era sagrada. Tudo o que o cabeça de casal dizia era lei «por mor ao pai». Mesmo que se não concordasse com as decisões do chefe de família.

As crianças eram por todos estimados e ajudados na sua formação. Todos pediam a bênção respeitosamente aos seus familiares ascendentes ou a seus padrinhos. Ao passarem por estes paravam na sua frente em sinal de muito respeito e obediência, "pantavam-se"[1] em "gadelho"[2] e pediam a bênção - «absabençoa meu (ou nha)...»

Os adultos eram assim muito respeitados, especialmente os homens por serem também chefes de família porque eram "homes" de palavra. "Homes"[3] "aprumados"[4], de uma só palavra, que ao fazerem negócio com "fazendas" fechavam-no entregando, depois de arrancado ali mesmo, um pelo das suas suíças colocado dentro de um papel que servia como testemunha. Os valores éticos e morais bem como a participação no trabalho, impostos pelos adultos na sociedade rural, definiam em grande parte a modelação dos comportamentos das crianças através de processos de imitação. As brincadeiras na infância eram também efetuadas de acordo com as características desta cultura local e regional,

---

[1] "pantavam-se" – punham-se, colocavam-se.
[2] "gadelho" – sem qualquer cobertura na cabeça.
[3] "homes" – Homens. Já considerados adultos.
[4] "aprumados" – homens respeitados, honestos, trabalhadores.

transmitidas pelos adultos e adaptadas à idade de desenvolvimento em função dos modelos de vida quotidiana.

5 ¬ Crescer na aldeia

As meninas eram poupadas, enquanto muito novas e tinham as tarefas próprias da casa ou dos trabalhos domésticos. Quando na família existiam irmãos mais novos, as meninas ficavam em casa a cuidar deles, enquanto as suas mães iam para a lavoura. Os "garotos" eram merecedores de mais liberdade por serem "homes" e por se entender que se podiam defender melhor. Na casa da aldeia, dos mais pobres ou remediados, as casas para além da cozinha da casa de fora, do quarto dos pais, tinha mais um quarto sem janelas para as filhas. Os "garotos" iam dormir, até casarem, para o palheiro. Sempre iam vigiando o gado que dormia por baixo e que nas noites geladas sempre os aqueciam com o calor dos seus corpos que passava pelas frestas do soalho.

«Brincar faz bem. É preparar para a vida». O carinho que os mais velhos colocavam na construção dos brinquedos ou qualquer outro engenho que contribuísse para o crescimento e desenvolvimento individual, nos seus múltiplos aspetos, era um fator essencial no incentivo para a brincadeira. O acompanhamento que se fazia aos filhos por qualquer parente, explicando as coisas da vida e do mundo, a compreensão e o respeito pela natureza e pelos outros, são particularidades que caracterizam uma época de grande pobreza. Pessoas que integravam o meio rural sabiam que as suas crianças tinham que brincar. Ajudavam-nos proporcionando ajuda na construção de brincadeiras que os ajudassem a crescer de forma a um dia serem gente de grande valia, "gente grande"[5].

Nestes rituais próprios de uma comunidade, os "garotos" andavam pela aldeia e pelas terras, fazendo recados bem como pequenos trabalhos da vida do campo. Aproveitavam para ao mesmo tempo brincarem pelo caminho, com uma grande riqueza de contacto com a natureza, situação que os pais conheciam. Estas crianças do meio rural tinham uma grande independência de mobilidade. Quando começavam a tardar é que os pais começavam a preocupar-se. Por vezes as mães

---

[5] "gente grande" – Pessoa reconhecida socialmente pelos seus valores.

gritavam pelo nome dos filhos em altos berros, clamando a vinda, entoando por aqueles "sarrados"[6] e vales. Como naquela altura não havia ruído ambiental, as vozes entoavam por todo o lado o que já não acontece nos dias de hoje. Quando enfim o "garoto" chegava lá tinha de ouvir a bem aplicada "desanda"[7] ou quando o caso era mais grave lá levava a respetiva "comedia"[8]. A obrigatoriedade, a dificuldade e a complexidade, daquelas crianças executarem tarefas diárias ia aumentando na medida em que iam crescendo. Estes fatores aliados à carga física necessária ao bom desempenho das tarefas rurais eram normalmente decididos pelos pais na noite anterior, depois da ceia e de rezarem o terço.

Assim, as brincadeiras e os necessários brinquedos iam evoluindo na mesma medida em que a idade da criança avançava. A maturidade para o trabalho era também para as brincadeiras. Mais tarde quando "rapazotes", estes já não queriam brincar da mesma forma, mas em vez disso, faziam "partidas"[9], paródias, patuscadas e nos palheiros verdadeiras lutas corpo a corpo «para lado é que queres cair ?»

Os adultos possuíam uma sabedoria sobre o estádio de desenvolvimento de cada filho da aldeia e, frequentemente, intervinham com crítica social quando estes adolescentes persistiam em continuar as brincadeiras de infância: - «és um pavããão. Já não tens idade para isso».

Chegava o dia de deixar as brincadeiras e as paródias. Embora já andassem a ganhar alguma jorna, no tempo em que as mulheres para o mesmo trabalho ganhavam diferente dos homens e os "garotos" recebiam o que valiam, o dia da prova de passar a ganhar como os homens era ansiosamente esperado. Era o dia do alqueva . Nesta tarefa agrícola árdua, extenuante, a terra tinha de ser cavada bem funda para "pantar"[10] o bacelo. Comandados pelo mandador, pelo capataz, que não dava tréguas pelo ritmo imposto no trabalho, o rapaz tinha de "auguentar"[11] o dia todo a cavar tal como os restantes homens. Não se podia negar desde o "ferrar"[12] até ao "desferrar"[13]. As mães durante o dia lá iam levar a bucha para merendar, o

---

[6] "sarrados" – pequenas propriedades livre de pedras.
[7] "desanda" – reprimenda, ralhete.
[8] "comedia" - sova, castigo corporais dolorosos.
[9] "partidas" – criar situações para se divertirem fazendo chacota.
[10] "pantar" - plantar, colocar.
[11] "auguentar" - aguentar, resistir chegar ao fim.
[12] "ferrar" – entrar ao serviço, começar o dia de trabalho.
[13] "desferrar" – contrário de ferrar. Acabar o dia de trabalho.

jantar e umas duas camisas para trocar, tal não era o suor, pedindo muitas vezes a Deus que desse forças a seus filhos para que não passassem pela vergonha de não acabar aquela jorna neste dia tão importante para o rapaz e para a família. Este rito de passagem marcava decisivamente os jovens nesse tempo.O percurso de crescimento estava completo. Feita a prova deste dia tão importante, o rapaz passava a ser considerado como adulto, como homem e como tal começava a fazer-se respeitar. Para trás ficava a formação do jovem seguindo os rituais da aldeia que lhe havia proporcionado a sua "criação"[14]. Era o tempo de espera. De ir dar o nome e esperar pela inspecção militar. De "ir às sortes"[15]. O dia da inspeção militar chegava. Os rapazes da aldeia, aprovados, promoviam a festa por serem considerados aptos e como tal sem qualquer problema físico e psíquico. Eram rapazes "galhardos"[16], "escorreitos"[17]. Antes de irem assentar praça, para magala, já "catrapiscavam"[18] alguma cachopa para casar depois do serviço militar.

Chegava o dia do casamento e com ele mais tarde os filhos. Dava-se assim continuidade ao mundo. Os brinquedos da nova geração já eram um pouco diferentes dos do seu tempo. Já eram outros materiais, outras maneiras de viver, outros tempos que se esperavam melhores.

6 ¬ A mudança. A modernidade.

Com o aparecimento e o acesso fácil à telefonia, à imprensa, à melhoria das vias rodoviárias e dos transportes públicos, o mundo rural passou a absorver as influências exteriores com as naturais reservas e resistências. Estas resultantes das alterações dos valores patrimoniais de uma cultura própria, colocou em causa a validade dos conhecimentos transmitidos pelas gerações antecedentes, pela enculturação, pelo conhecimento transmitido e adquirido.

Estas alterações inevitáveis, foram modificando, embora lentamente, os hábitos sociais tradicionais das comunidades rurais. A cultura tradicional que até ali tinha evoluído de uma forma socialmente intrínseca, própria e espontânea

---

[14] "criação" – crescimento, educação, formação.
[15] "ir às sortes" – Dia e resultado da inspecção militar.
[16] "galhardos" – rapazes puros, formosos, com saúde.
[17] "escorreitos" – sem qualquer deficiência física ou psiquica.
[18] "catrapiscavam" – falavam com muita amizade e frequência ou namoravam.

passava agora a ser ditada pelos conceitos da modernidade, divulgados pelos jornais, pela telefonia e pelo contacto dos seus habitantes com os grandes centros urbanos. Começava a industrialização, a procura de criar riqueza para poder ter melhores condições de vida. A identidade cultural rural começava assim a desvanecer-se nos seus aspetos mais genuínos. As gentes das aldeias lentamente, por força das influências externas, começavam a sua aculturação dentro dos seus próprios territórios.

Às aldeias chegavam as primeiras grafonolas. As "modas"[19] dos "bailhos"[20], que eram feitas pelas gentes da comunidade, passaram a ser compradas com o nome de músicas e podiam-se repetir vezes sem conta até que o disco ou o aparelho se estragasse. Contratavam-se acordeonistas. Os tocadores passaram a chamar-se músicos. Deixaram-se de "falar"[21] às juntas de bois para contratar o trator. A transmissão de conhecimentos feitos em grande parte ao serão, especialmente os da moralidade, começaram a não se realizar para ouvir o rádio ou para se ouvir a leitura, "de rijo"[22], do jornal por quem o soubesse ler. E tudo o que lá vinha escrito era considerado absolutamente certo. Os artífices locais foram perdendo o valor. O sapateiro já não ia para a casa do contratante para fazer as botas. Já se compravam sapatos. Os brinquedos rurais tradicionais populares tal como os instrumentos musicais e outros artefactos passaram ao desuso. A produção em série havia começado a chegar ao mundo rural. Os materiais, os processos, as capacidades, os desempenhos, as eficiências começaram a ser considerados fora dos tempos. Os valores culturais evoluídos por tempos ancestrais no contacto direto com a natureza davam lugar a outros modernos. Os artífices próprios de cada aldeia foram deixando os seus trabalhos especializados. A indústria tomava o inevitável lugar no progresso das novas civilizações.

7 ¬ As brincadeiras-brinquedos

Para além da descrição do brinquedo e do seu modo de elaboração, faremos referência aos materiais utilizados e a sua função no desenvolvimento da criança.

---

[19] "modas" – músicas.
[20] "bailhos" – bailes.
[21] "falar" – contratar.
[22] "de rijo" – em voz alta.

Estas descrições serão descritas em linguagem simples e utilizada na altura. O desenho de alguns brinquedos-brincadeiras, poderão contribuir para uma perceção mais pormenorizada do contexto cultural dessa época.

7.1 _ Andarilho

Pouco depois da criança começar a gatinhar, já o pai preparava algumas ripas para construir o andarilho para que o seu filho começasse a "pantar a prume"[23] e dar os primeiros passos pela casa fora. Normalmente o casal tinha muitos filhos e o andarilho passava de uns para os outros, tal como todos os restantes haveres entre os quais o vestuário.

O andarilho era elaborado com ferramentas rudimentares. A serra ou serrote, pregos endireitados vezes sem conta e ferrugentos, ripas e rodas feitas a partir de paus redondos.

7.2 _ Carreta

A carreta era o meio de transporte mais utilizado. Para fazer recados, para ir à fazenda levar qualquer coisa ou "dar umas carreiras"[24]. Era o brinquedo ideal. Para ir à loja do "oiteiro"[25]. Era frequente verem-se os "garotos" com a saca de pano ou o "borracho" às costas na ponta do pau da carreta.

A sua função simbólica era sem dúvida a da bicicleta. A sua principal estrutura era uma cana grossa ou pau fino de "clipe"[26]. Quando se cortavam as canas para as vinhas, habitualmente os homens selecionavam algumas que se apresentassem grossas direitas e robustas para guardar. Estas destinavam-se para determinados fins, como por exemplo para "encavar um cabaço". Era destas canas que geralmente eram construídas as carretas. Nalguns casos, os filhos sabiam onde estavam guardadas e quando seus pais não as davam, lá iam sem que ninguém soubesse desviar uma que estivesse dentro do molhe para que se não desse pelo desvio. Quando não havia, e sem que ninguém visse, entravam numa vinha e arrancavam uma já escolhida, espetada na terra, atada com junca a uma

---

[23] "pantar a prume" – em pé. Posição ereta.
[24] "dar umas carreiras" – fazer umas corridas.
[25] "oiteiro" – ermo onde normalmente se situava a loja.
[26] "clipe" – eucalipto.

cepa para a ajudar a manter a sua vegetação e uvas no ar para estas não se estragarem.

A carreta podia ter várias variantes: estalos, travões (mais recente), rodas em madeira ou em cortiça. Estas deviam ser feitas com um buraco de forma quadrada para que, quando em plena atividade, o eixo não deslizasse.

Para se construir, rachava-se numa das extremidades da cana principal até mais ou menos o terceiro nó, conforme o seu tamanho. Para que a cana não continuasse a abrir pela racha, colocava-se um "arambe"[27] a apertar o perímetro antes do último nó da racha. Em cada uma das partes rachadas abria-se um buraco onde se encaixava cada extremidade do eixo. Depois colocava-se a cana ao ombro e marcava-se a altura para furar a cana de um lado ao outro onde atravessava uma outra mais fina a que se chamava guiador.

Quando se pretendia construir uma carreta com estalos, fazia-se um eixo com estrias de um dos lados onde assentava a roda. A extremidade inferior da tira rachada de um dos lados da cana principal já aberta, assentava nas estrias do eixo. Para que esta tira estivesse a fazer força contra as estrias colocava-se na parte lateral superior da cana principal um pedaço de cana por baixo da tira que provocava o ruído.

A "garotada" nas suas deslocações davam quase sempre umas "carreiras", "a bater com os "calcanhares no cu"[28] com os pés desnudados (botas cardadas só para o exame da quarta), por entre as pedras, espinhos, água e fizesse frio ou calor. Era raro o pé que não tivesse entrapado, consequência de uma "topada" que normalmente terminava numa "jaqueira"[29] ou "esfolagato".

---

[27] "arambe" – arame.

[28] "a bater com os calcanhares no cu" – muito rápido. Correr rapidamente.

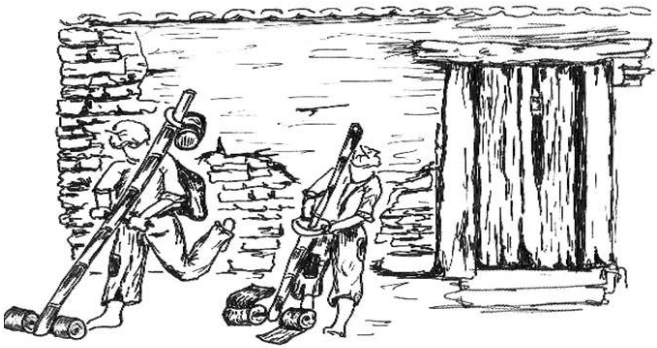
[29] "jaqueira" – queda repentina e desamparada.

A destreza e agilidade pelos carreiros eram enormes. A velocidade por vezes diabólica e o desvio dos obstáculos eram obrigatórios não fossem a carreta "imbicar"[30] e "esbandalhar-se"[31]. Era um instante enquanto se chagava ao destino. Nenhum "garoto" andava a pé.

Fazendo recados, participando também nos afazeres da labuta diária da casa ou simplesmente brincando, os "piquenos"[32] dispunham de condições essenciais para o desenvolvimento de capacidades próprias quer nos aspetos relacionados com a condição física, capacidades coordenativas e percetivo-motoras.

7.3 _Rodeiros

Tal como na carreta, os rodeiros representavam os automóveis do tempo. Já não era um monociclo como a carreta, embora com a mesma estrutura de suporte sendo elaborado com dois rodados. Guiar este veículo já exigia capacidades mais avançadas dado que se tinha de fazer passar as duas rodas, seguras e distanciadas por um eixo, pelos obstáculos que iam surgindo. Não era muito fácil. Já era uma atividade mais frequente para as crianças mais velhas e com muita experiência.



A sua construção era semelhante à carreta. Uma cana ou pau que se encostava ao ombro, as mãos a segurar o volante e na ponta inferior (no chão) os rodados. Os rodados eram quase sempre feitos a partir de um pau de pinheiro bem redondo. Cortavam-se duas fatias com cerca de dez centímetros e as rodas estavam feitas. Nestas era espetado um arame grosso ou um ferro delgado. Nalguns casos e para segurar bem as rodas, o ferro

---

[30] "imbicar" – parar subitamente por oposição de um obstáculo.
[31] "esbandalhar-se" – escangalhar-se, destruir-se.
[32] "piquenos" – os garotos. Os pequenos.

atravessava ao centro as rodas, dobrava-se a ponta em U e espetava-se a ponta na roda pelo lado de fora. A cana, na extremidade inferior era cortada em bisel dos dois lados de forma a fazer um encaixe para o eixo. Se o corpo dos rodeiros era em "clipe" então na extremidade inferior levava uma chapa ou um "arambe" para que o eixo ficasse por dentro para não estar sempre a "desencavar"[33].

Também se utilizavam rodas em cortiça. Estas, mais leves, eram difíceis de obter porque valiam dinheiro. Era frequente, alguns sobreiros, na parte inferior, em especial os que tinham a casca grossa e que "estavam mais à mão"[34],estarem com grandes buracos no seu tronco. Quem tinha sobreiros ficava habitualmente com uma prancha de cortiça quando a vendiam a corticeiros que anualmente passavam pelas aldeias para fazerem negócio com esta matéria-prima. A prancha de cortiça que ficava em casa era para os seus gastos. Para fazer rolhas, batoques e também a fazer conta com os gastos dos seus parentes mais pequenos.

Umas das variantes dos rodeiros eram os "bate-estradas"[35]. Para imitar o trabalhar do motor dos automóveis, era pregada em cada roda, uma tira de cabedal, de "câmbra d'ar"[36] ou qualquer outro material resistente. Este suplemento era pregado na roda apenas de um lado. Quando rodavam, a ponta destas tiras eram projectadas contra o solo, fazendo o barulho semelhante do motor de um carro. Eram os "bate-estradas". Quanto maior fosse a velocidade mais o motor trabalhava.

7.4 _Arco e a gancheta. O pneu e o aro.

Já na idade média havia referências ao uso do arco e gancheta. O arco era feito numa vara redonda de ferro. Em muitos casos os "garotos" aproveitavam os aros de barris ou pusseiros de pau que eram deitados fora. Com cerca de 45 cm de diâmetro, o aro, era controlado por um outro ferro que encostava, em forma de gancho e a que naturalmente se dava o nome de gancheta. Se com a carreta e os rodeiros teria de haver uma grande destreza na sua condução, reflexos muito apurados para as inesperadas situações de condução, no caso desta brincadeira com o arco e a gancheta, a habilidade teria de ser maior para que tudo não

---

[33] "desencavar" – separar o cabo do artefacto.

[34] "estavam mais à mão" – que estavam mais perto e susceptível de roubar.

[35] "bate-estradas" – membranas grossas que se colocavam nas rodas e que ao baterem no solo produziam um som parecido com o motor de um automóvel.

[36] "câmbra d'ar" – câmara de ar de um pneu.

"descarrilha-se"[37]. A dificuldade estava no manuseamento da gancheta que ao mesmo tempo que se imprimia a rotação controlava a sua direcção - guiar o arco.

Outro arco muito usado, numa fase mais recente era o pneu de bicicleta. Nem todos os "garotos" o tinham. Este era sempre conseguido com o azar da bicicleta de alguém e que ao estoirar o pneu ficava inutilizado. Este pela sua qualidade era o arco ideal que enchia qualquer "garoto" de peneiras. Com um pequeno pau impulsionava-se para a frente, batendo na parte superior. Quando se pretendia virar encostava-se o pau na parte lateral. Assim controlava-se o arco com uma destreza apuradissima. Habitualmente realizavam-se gincanas para ver quem ganhava.

Ainda com mais "peneiras" andavam os "garotos" que possuíam o arco metálico da bicicleta. Conduzido também com um pequeno pau, este, encaixava-se na reentrância do arco, no sítio onde assentava a "câmbra d'ar". A vantagem em relação aos arcos anteriores é que este, fazia-se rodar com o pau sempre encaixado e naquele contacto se faziam todas as manobras.

7.5 _Cavalo

Simples mas frequente era andar a cavalo. Apenas uma vara ou cana, entre as pernas faziam-se verdadeiras cavalgadas. Já se não corria velozmente mas andava-se a galope. Para andar a cavalo e com o pau entre as pernas, saltitava-se a três tempos a imitar o galope do gado cavalar. Na cidade, era frequente encontrar à venda este tipo de brinquedo munido de uma cabeça de cavalo pintada em madeira, no topo superior, e uma roda na extremidade inferior. Com este brinquedo, o cavalo, sob ponto de vista motor no desenvolvimento da criança, era de utilidade importantíssima na perceção e estrutura corporal. Assim, enquanto nos meios

[37] "descarrilha-se" – saí-se do alinhamento ou do controle.

de transporte anteriores tudo estava à frente, aqui, as deslocações teriam de ter em conta os obstáculos, pedras e buracos por onde a rabeira poderia passar.

7.6 _Mota

Neste tempo de infância uma outra referência era a mota que mais frequente era o "cociolo"[38]. Ter uma mota, significava ter alguém adulto que a fizesse, ou ajudasse a fazer e que normalmente era um irmão mais velho percebia melhor o sentido e a necessidade das brincadeiras. Com tábuas de solho velhas a mota tinha uma grande semelhança com a realidade. Para não partir o eixo do guiador tinha de ser em "clipe" ou outra madeira bem rija. O motor era normalmente um companheiro que empurrava e a quem se pagava o favor deixando dar uma volta. Outras vezes levava-se a mota "p'ra riba da ladeira"[39] para vir "pia baixo"[40]. Outras vezes, em terreno plano, eram as própria pernas que a impulsionavam para a frente ou para trás.

7.7 _Trotinete

A trotinete, tal como a mota, não era para todos, Feita com duas rodas uma atrás e uma à frente onde se encaixava na tábua principal, o guiador era alto de modo a que se pudesse andar em pé. A Trotinete requeria mais equilíbrio por apenas ter duas rodas. Esta era impulsionada colocando um pé de fora, no chão. Quanto mais rápido fosse este movimento mais balanço se obtinha e mais se andava.

7.8 _Andas

Brinquedo muito conhecido que servia para mostrar as habilidades, especialmente o equilíbrio. Eram precisas duas varas, em eucalipto, onde se pregavam a determinada altura dois calços para apoiar os pés. Por vezes, quando chegavam a casa as carradas de lenha proveniente do desbaste de algum eucaliptal, logo se selecionava duas varas que tivessem uma bifurcação de um ramo. Difícil era arranjar duas varas que emparelhassem bem. Estes, apoios para os

---

[38] "Cociolo" – marca das primeiras motorizadas no mescado.
[39] "p'ra riba da ladeira" – para a parte mais alta da ladeira.
[40] "pia baixo" – para baixo.

pés, quanto mais alto estivessem mais difícil se tornava andar por se afastar o ponto de gravidade horizontal do corpo em relação ao chão. As andas eram assim, o prolongamento das pernas.

Na parte superior segurava-se fortemente cada vara com cada mão. Mais fácil era apoiar as varas na parte posterior dos braços e dos ombros ao mesmo tempo que se seguravam as varas. Quando em grupo a habilidade era posta em prática pelo desempenho em determinadas tarefas estabelecidas e que cada um tinha de cumprir. Corridas, passagem de alguns obstáculos, empurrões para fazer desequilibrar os outros, eram as brincadeiras favoritas. Era uma forma de apurar a agilidade locomotora e a diversão lúdica. Não raramente vinham os mais velhos "ralhar" para que não andassem com as andas por ser uma brincadeira perigosa. «Levas uma comedia...», «ainda enxertas hoje...»[41].

7.9 _Moinhos

Com os "muinhos"[42] aprendia-se as características e propriedades do vento e dos materiais utilizados. Eram brinquedos que obrigavam a fazer umas corridas para provocar a deslocação do ar e assim fazer rodar o moinho. Também se podia fixar o moinho em qualquer lugar virado contra o vento para que este rodasse sozinho. Ou o vento vinha ter com os moinhos ou estes iam ter com o vento.

Deste modo, as crianças apercebiam-se de que lado vinha o vento, as suas mudanças e temperaturas, formando conceções para a sabedoria da adivinhação do tempo, que tão útil era para a vida agrária.

Na cidade, as velas dos moinhos eram feitas normalmente em papel de lustro presos a um caniço com um arame que fazia de eixo. Para serem vendidos, na cidade, eram espetados em palha, em forma de uma maçaroca, que se armava "ao cimo"[43] de uma cana ou pau. Era para os "garotos" um desafio descobrir e construir este tipo de moinho por diversos motivos, entre os quais a experimentação em diversos tipos de papel.

Na aldeia, como até o papel era escasso os "muinhos" eram construídos com

---

[41] Ainda enxertas hoje – ainda levas uma sova hoje.
[42] "muinhos" – moinhos.
[43] "ao cimo" em cima de.

diversos materiais, e de formas diversas. Todos eles tinham como função o conhecimento das qualidades organoléticas dos materiais que a natureza proporcionava. Ao mesmo tempo, com a construção, os "muinhos" serviam para dar "carreiras" a ver quem chegava primeiro, qual é que desandava mais e também para a perceção dos ventos tanto a sua força como a sua direção.

Faziam-se com canas, "canocos"[44] de milho e casca de "clipes". Estas cascas, com uma espessura cerca de um milímetro, eram arrancadas aos troncos da referida árvore que já as havia soltado, em parte por já estarem secas e por consequência leves. Depois, escolhia-se a parte mais maleável para se não "refiar"[45] ou quebrar. Com cerca de 20 centímetros em forma de meia-cana, fazia-se dois rasgos no sentido longitudinal, ao centro, de modo a que o outro pedaço, de meia-cana, ficasse entrelaçado. Ficavam assim em cruz. Cortavam-se as pontas em bico. Depois com o bico da navalha, de um "arambe" ou mesmo de um graveto aguçado, furava-se as duas partes mesmo ao centro. Neste colocava-se um graveto, um "arambe" ou até um prego. Neste eixo espetava-se na ponta um pedaço de miolo de "canoco" de milho e outro pedaço logo atrás das velas do "muinho" para não fazer "escaldar"[46] os dedos com que se segurava. Depois experimentava-se para ajustar o desempenho, correndo por aqueles carreiros "abaixo", em velocidade máxima, batendo com os "calcanhares no cu". Correr contra o vento fazia desandar ainda mais o "muinho" mas o cansaço era maior. Era mais difícil. Ao chegar a casa, logo se procurava o local ideal para fixar o moinho a desandar contra o vento.

8 ¬ Conclusão

A família era por excelência o centro de referências em todos os aspetos necessários à vida daquele tempo. O relacionamento entre pais e filhos transmitia-lhes o carinho da ajuda nas aquisições fundamentais para a vida futura. Esta transmissão, esta ajuda e acompanhamento em fazer dos filhos gente

---

[44] "canocos" – em forma de cana. Caules ocos.
[45] "refiar" – abrir em tiras.
[46] "Escaldar" – aqucer demasiado.

importante é própria do ser humano. Esta maneira de ser, de estar no mundo de ensinar e ajudar os filhos promovia o acompanhamento do seu crescimento fazendo os necessários e úteis brinquedos. Sabiam que brincar era preparar a vida adulta. No entender dos pais, brincar era um exercício e uma ferramenta útil para a adaptação na vida futura. No entanto também se observavam comportamentos parentais demasiadamente austeros em certas famílias.

Os mais novos tinham de ser bem-educados em todas as circunstâncias para não envergonharem os seus progenitores pois estes também estavam condicionados pelos parâmetros que a própria comunidade rural imponha. A vida não era fácil e havia que se ter mão de ferro na mocidade. Era também a consequência de um regime político que se vivia nesse tempo. As tarefas obrigatórias que cada "garoto" tinha na vida diária da sua casa rural, conferiam uma responsabilidade sempre de acordo com o estádio do seu desenvolvimento.

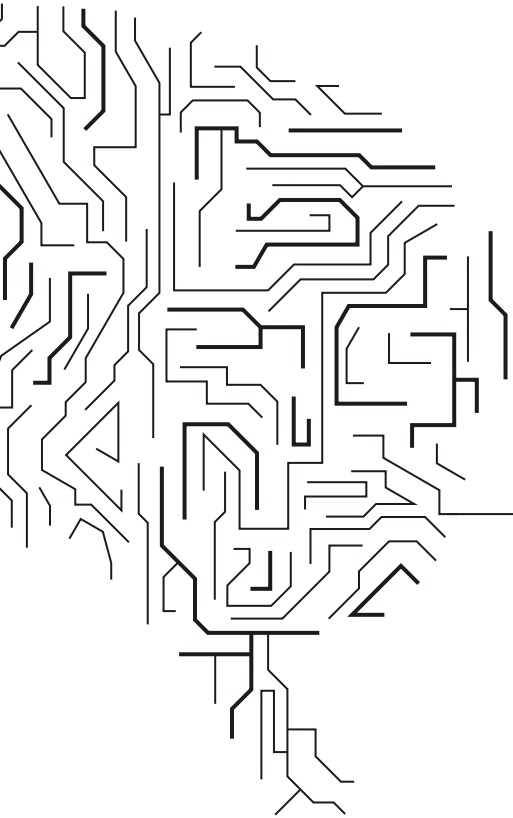
Todo o homem trazia sempre consigo uma navalha. Na altura própria, também os "rapazotes" já tinham uma navalhita. Esta era a ferramenta utilizada na elaboração dos brinquedos. Perigosa. Os pais sabiam dos riscos físicos que este objecto cortante podia provocar mas também sabiam que com os erros também se aprendia. Era "um abrolhos"[47] Tal como hoje, brincar tem como referência a vida adulta. Brincar é fazer de conta, mas é igualmente preparar para a vida.

Com a expansão da revolução industrial, os engenhos, as bicicletas, os automóveis eram sem dúvida as referências máximas a par de uma imitação da vida dos mais abastados. Possuir os brinquedos de topo, avançados tecnologicamente e simbolicamente idênticos ao mundo adulto real era a aspiração de qualquer criança.

Através dos brinquedos davam-se as interações próprias de uma sociedade em construção Os estratos sociais construíam-se também com a ajuda destas atividades desde muito cedo. Quem construía o brinquedo mais perfeito e funcional, quem tinha a melhor pontaria, quem era mais habilidoso, mais veloz ou qualquer outro atributo pessoal, era naquela atividade ou semelhante conhecido no seio de qualquer grupo. Por exemplo, na época dos ninhos, quem soubesse de mais ninhos eram o melhor na observação, no conhecimento dos hábitos das aves, o mais astuto.

---

[47] "um abrolhos" – queda, pancada, ou qualquer acontecimento desagradável do qual se aprendesse e não se devia repetir.



MÁRIO CAMEIRA SERRA

PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR
APOSENTADO E INVESTIGADOR
NA ÁREA DOS JOGOS TRADICIONAIS

NUNO SERRA

DOUTORADO EM CIÊNCIAS
DO DESPORTO/HISTÓRIA DAS ATIVIDADES
FÍSICAS E PROFESSOR NO INSTITUTO
POLITÉCNICO DA GUARDA

OS JOGOS TRADICIONAIS EM PORTUGAL

Situação atual e perspetivas de sobrevivência e desenvolvimento

Sumário:

1 ¬ **O declínio dos Jogos Tradicionais**

2 ¬ **Contribuições para a manutenção e desenvolvimento dos Jogos Tradicionais na atualidade**

3 ¬ **Conclusão**

1 ¬ O declínio dos Jogos Tradicionais

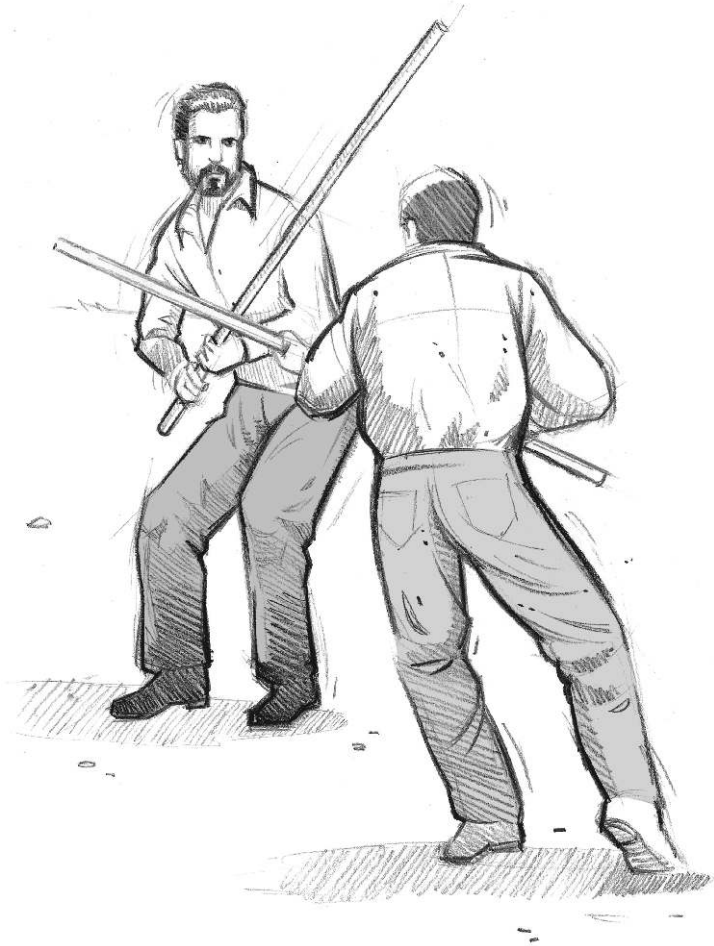
Os jogos tradicionais foram mantidos, ao longo dos tempos, pelo mecanismo da transmissão oral e da herança cultural. Reproduzindo e relevando os valores dominantes da sociedade a que respeitavam, estas práticas lúdicas entraram, há meio século, salvo raras exceções, em acentuadíssimo declínio. A decadência dos jogos atingiu, em primeiro lugar, os grandes centros urbanos e rapidamente se instalou nas cidades de média e pequena dimensão. Com efeito, a imprensa dos finais do século XIX e início do século XX noticia frequentemente a realização de práticas lúdicas tradicionais, nas vias públicas ou nas sedes de coletividades locais. Muitos desses jogos aconteciam sobretudo em dias festivos e integravam o programa das festividades de natureza profana.

Nos finais do século XIX, período correspondente ao nascimento do movimento desportivo em Portugal, os jogos tradicionais constituíam a atividade lúdica predominante em quase todas as localidades. Mesmo nas cidades, inclusivamente na capital, eles integravam os programas das primeiras manifestações de *sport*, que então era praticado por amadores, numa perspetiva eclética. Todavia, foi vertiginosa a mudança das condições de vida das populações, muito mais acentuada nas cidades, traduzida, nomeadamente, na generalização da rádio, da imprensa e da televisão, na mecanização dos meios de transporte, nas profundas alterações do tecido urbano e na aceitação crescente do modelo desportivo.

As populações mostravam-se ávidas de entrar num novo estilo de vida, respondendo assim aos ecos provenientes dos países mais desenvolvidos. A generalização do desporto instalou-se rapidamente, em Portugal e no mundo, alicerçada na especialização das práticas, na proliferação dos clubes, na divulgação dos emblemas e na crescente necessidade de afiliação. No entanto, na maior parte das vilas e aldeias, que durante séculos permaneceram como "ilhas" isoladas e imunes a toda a sorte de influências alienígenas, os jogos conservados pela tradição mantiveram a sua supremacia sobre os desportos até aos anos quarenta do século passado, e muitos deles ainda constituíam prática regular até à década de setenta.

Desapareceram, com o poder atrativo da televisão, os costumes lúdicos dos serões familiares e das seroadas de trabalho. Por outro lado, a mecanização crescente dos meios de produção agrícola comprometeu definitivamente os trabalhos agrícolas coletivos. Deste modo, morreram também os inúmeros jogos

que os "ranchos" de trabalhadores realizavam durante o ciclo anual de fainas agrícolas. Mas, a introdução cada vez maior das inovações mecânicas e tecnológicas na vida campestre alterou também, de modo notório, valores individuais e sociais dominantes nas sociedades rurais. A locomoção a pé para as explorações agrícolas e as lides mais penosas e com maior exigência de esforço muscular foram substituídas pela potência das máquinas. Esta mudança de hábitos tornou quase desnecessário o desenvolvimento e exibição do vigor corporal, que os inúmeros jogos de força proporcionavam, bem como os trabalhos realizados por troca, em regime de cooperação e reciprocidade. Assim se perderam por completo práticas lúdicas tão generalizadas nas aldeias como a *barra de pedra*, os lançamentos do ferro ou da relha, o salto aos pés juntos ou *pulo* bem como as competições estabelecidas no levantamento e transporte de pesos. Com efeito, os habitantes das aldeias, habituados a diversos trabalhos braçais de grande exigência energética e muscular, organizavam frequentes exibições de vigor corporal nos momentos de convívio, na sequência de apostas ou desafios. Assim, nos intervalos do trabalho, aos domingos e dias de festa, no adro da igreja, no largo, nalgumas ruas de terra batida, nos terreiros junto às tabernas, nas forjas dos ferreiros, nos moinhos e durante as feiras, os moços e os homens disputavam provas corporais que em diversas localidades eram conhecidas por *meças de força* ou *jogos de valentia*.



As antigas tabernas, espaços privilegiados para a realização de toda a sorte de divertimentos baseados em apostas e desafios, encerraram em catadupa e quase por completo. Deixaram assim de ter suporte espaciotemporal diversos

jogos aleatórios e demonstrações de precisão e pontaria concretizadas através do lançamento de moedas ou pequenas placas de ferro, como a *raiola* ou *fito*, o *burro* e a *rã* ou *sapo*. Os locais públicos, em terra batida, como ruas, largos e praças, adequados a práticas corporais tão interessantes como a *malha* e a *bola* ou *jogo dos paus*, foram revestidos a pedra, cimento ou material betuminoso, impossibilitando, doravante, a sua realização em segurança. Este panorama é ainda mais crítico nas vilas e cidades, onde os antigos espaços públicos adequados à prática lúdica de adultos e crianças já não existem, conquistados pela voragem da construção, ou sofreram modificações profundas no piso. Os próprios espaços desportivos estão hoje relvados ou capeados com betuminoso, impossibilitando a realização de grande parte dos jogos tradicionais ou motivando os potenciais utentes exclusivamente para práticas mais formais, tipificadas, regulamentadas e subordinadas a estruturas organizativas e tutelares.

A par da declinação dos antigos jogos tradicionais realizados por adultos, verificamos hoje o quase completo desaparecimento de práticas lúdicas das crianças, realizadas no logradouro da escola ou na rua, perto da sua residência. Essas práticas lúdicas mais antigas foram depreciadas, ao longo dos anos, por pais e professores, incapazes de lhes reconhecer os inúmeros méritos que contêm, nos domínios da formação pessoal e social e axiológica. Em relação às práticas lúdicas das crianças nos logradouros escolares, em tempo de recreio, que diferença abismal se nota entre este desinteresse ou alheamento atuais e a importância que lhes era reconhecida pelo padre Jesuíta Pedro Aloy, nos finais do século XIX.

Mas não se torna necessário recuar tanto no tempo. Efetivamente, qualquer pessoa de meia-idade que evoque o bulício e a alegria dos tempos de recreio da sua escola, ocupados até ao último segundo através de um sem número de jogos ativos, e estabeleça a comparação com o que agora se passa, com muitas crianças sentadas, presas ao fascínio dos brinquedos eletrónicos e informáticos, facilmente percebe a distância abismal que separa estas duas realidades. Neste quadro, serão exceções raríssimas as escolas em cujos logradouros se possam ainda observar práticas lúdicas tradicionais, como o *bom barqueiro*, o *lencinho*, a *sirumba*, o *berlinde*, o *pião*, as *pedrinhas*, o *salto à corda*, o *elástico*, as *andas*, os *polícias e ladrões*, a *carica*, o *mata* ou *queima*, e um número infindável de jogos dramáticos e danças de roda.

Um pouco à semelhança do que se passou com a modernização dos espaços públicos das aldeias, vilas e cidades, a maioria dos logradouros das escolas, vocacionados para a ocupação ativa dos tempos livres das crianças e jovens foi alvo de grandes modificações. Nalguns casos, os terrenos encontram-se agora

cimentados, noutros foram colocados canteiros ou plantadas árvores e implantados desníveis, demarcados com tijolos de esquinas vivas, que condicionam as práticas lúdicas das crianças em tempo de recreio e podem constituir fontes de acidentes graves. Conhecemos ainda outras situações em que a área do logradouro, apesar de insuficiente, foi restringida com a construção de cantinas ou instalação de ludotecas. Estes pretensos benefícios, de natureza estética, vêm colocar novos entraves à movimentação das crianças, nomeadamente na organização de jogos de grupos, atividades de locomoção ou de corrida e perseguição e, também, de práticas desportivas minimamente organizadas.

Tais aberrações vêm acentuar a tendência das crianças e jovens para o imobilismo absoluto ou para a prática exclusiva de divertimentos eletrónicos e informáticos, que, no domínio da motricidade, apelam apenas para pequenos movimentos dos dedos. Assim se lançam as bases para o surgimento de jovens e adultos obesos, problema que aflige sobremaneira o nosso país, com a concomitante tendência para diversas doenças que caraterizam os tempos que vivemos.

Nos últimos anos, o Ministério da Educação, em estreita colaboração com o Ministério da Saúde, tem lançado uma série de medidas que pretendem valorizar a atividade física, alimentação adequada e estilos de vida saudável, medidas que merecem todo o aplauso. Contudo, até ao momento, os esforços despendidos parecem insuficientes para obter melhoras generalizadas.

A série de considerações que fomos tecendo dá-nos um esboço pouco abonatório e mesmo pessimista da situação atual dos jogos tradicionais, de crianças

e adultos, no território nacional. Todavia, é nossa convicção que o quadro descrito é realista, não obstante admitirmos a existência de pequenas exceções, constituídas por exemplos louváveis de animadores, escolas, autarquias e coletividades.

Afinal, o que se passa hoje no vasto domínio das práticas lúdicas mantidas durante anos e séculos pela força da tradição verifica-se, de igual modo (e com proporções muitas vezes bem maiores), noutras áreas da cultura. Como e onde se encontra o teatro popular, constituído por folias e entremezes, alguns deles com caraterísticas burlescas e mordazes, autênticas críticas sociais, que aconteciam de modo generalizado, acompanhando o desenrolar cíclico do tempo agrícola e festivo? Onde param os dramas que animavam aldeias e vilas em determinados períodos do calendário religioso? O que foi feito das cantigas e danças tradicionais do mundo rural (que convém não confundir com as denominadas "populares"), tão caraterísticas dos trabalhos agrícolas coletivos, das seroadas e das romarias?
Tal como sucede com os jogos mantidos pelos mecanismos da transmissão oral e enculturação, e apesar dos esforços, louváveis, mas na maioria dos casos inglórios, de animadores e associações locais, a situação atual destes elementos da cultura não parece ser nada animadora. Da referida condição pouco reconfortante saem atualmente as práticas artesanais, o conhecimento e cultivo das plantas exóticas e medicinais bem como o fabrico de compotas e licores. Com efeito, estes saberes e sabores tradicionais, que há poucos anos pareciam declinar, encontraram novo alento, motivado pelo notório e inesperado incremento da área do turismo em Portugal.

2 ¬ Contribuições para a manutenção e desenvolvimento dos Jogos Tradicionais na atualidade

A realidade que atrás esboçámos, respeitante à quase extinção dos jogos tradicionais, constitui um desafio difícil, cujos resultados devem ser, na nossa ótica, almejados com realismo e contenção. As obstruções que se colocam a essa empresa não devem obstar, porém, a que se deem passos no sentido de surgirem as condições favorecedoras da manutenção e do desenvolvimento dos jogos tradicionais, nalguns contextos específicos. A exposição das estratégias que, a nosso ver, se justificam para viabilizar o surgimento de resultados positivos neste grande objetivo, está intimamente associada a três perspetivas segundo as quais, a nosso ver, os jogos podem ser analisados.

A primeira abordagem é a que poderemos designar por *socio-antropológica*. Nesta perspetiva, os jogos são tradições profundamente arraigadas no acervo cultural das populações, mormente nos idosos do mundo rural. Dado o seu carácter intangível e imaterial, estes saberes tendem a ser depreciados pela maioria dos detentores do poder local e, mesmo, por coletividades locais e respetivos animadores. As antigas práticas lúdicas e corporais, portadoras de pequenas singularidades locais e regionais, constituem traços de indelével genuinidade, caraterísticos dum determinado sistema cultural. Ora, são precisamente estas particularidades culturais, estas pequenas diferenças que encontramos nestes jogos, no modo de dizer, fazer, e gerir o espaço e o tempo, de utilizar o corpo e valorizar comportamentos que transmitem uma identidade própria a cada localidade e região, tornando-a singular e diferente das outras.

O inegável interesse cultural das práticas lúdicas que a herança cultural foi perpetuando torna-as objeto de estudos nos domínios da sociologia e da antropologia cultural, como defendeu Marcel Mauss. Deste modo, elas são dignas de figurarem no acervo dos museus, específicos ou generalistas, por permitirem compreender, conjuntamente com outros elementos da cultura, o modo de ser, pensar e agir de uma determinada sociedade. As coleções museológicas devem integrar, além de brinquedos tradicionais e materiais de jogos, fotografias de práticas e executantes, recortes de jornais, regulamentos e trechos alusivos, extraídos de monografias locais.

Para além do elevado interesse histórico, sociológico e etnográfico do património lúdico dos portugueses, muitos jogos, cujo desenvolvimento assenta na liberdade de agir e criar, aproximam-se da arte, como defendeu o professor Sílvio Lima. Efetivamente, no seu ato de criação, o jogador, como o artista, vive num mundo outro, onde reina a fantasia e a ilusão. E facilmente se reconhece a harmonia, a beleza, a perfeição, o ritmo e o mistério presentes nos movimentos dos jogos das *pedrinhas*, no *cordel* ou *cama do gato*, nos saltos da *macaca* ou *semana,* na *corda* e no *elástico.* O mesmo sucede em movimentos e postura corporais de diversos jogos dos adultos, como o lançamento da *malha*, da *raiola* ou da *bola aos paus*.

Ao invés do que sucede nos jogos tradicionais, nos desportos que visam prioritariamente o rendimento são muito reduzidas as possibilidades dar livre curso à imaginação. O praticante desportivo de alta competição maquiniza-se, torna-se prisioneiro de técnicas e táticas treinadas repetidamente, incluído num sistema que desvaloriza a imaginação e a livre criação.

Em contrapartida, em muitos dos seus jogos tradicionais, a criança dá asas à

sua fantasia e, deste modo, constrói e reconstrói, cria e (re)cria-se, como sucede ao artista.

A construção dos antigos brinquedos tradicionais feita pelas próprias crianças, atividade totalmente destronada pelo "pronto a usar", pode considerar-se uma das primeiras manifestações artísticas do ser humano. Com efeito, era nas oficinas dos artesãos locais (sapateiros, costureiros, oleiros, cadeireiros...) que as crianças obtinham muitos materiais e apreendiam, de modo informal, as técnicas de manufatura dos seus objetos de jogo. Podemos afirmar, então, que a montante do *jogo-ação* se situava o *jogo-construção*, bem mais enriquecedor do que a resposta imediata do "pronto a jogar".

É nossa convicção que o ressurgimento das práticas lúdicas tradicionais e da autoconstrução dos objetos de jogo, que antevemos de difícil concretização, só será possível com a colaboração e intervenção ativa das escolas, autarquias e coletividades de cultura e recreação.

A ótica histórica e socio-antropológica, que expusemos, requer uma metodologia rigorosa e adequada do levantamento das tradições lúdicas. Nesse processo devem ser também consideradas as monografias e estudos que mencionam e, sobretudo, descrevem os jogos tradicionais caraterísticos da localidade a que respeitam. Lamentavelmente, a maioria destas publicações limita-se a referenciar o nome dos jogos mais praticados. Assim, sem descreverem o contexto em que os mesmos aconteciam, nem enumerarem as regras a que se subordinavam e os transes fundamentais do seu desenvolvimento, não permitem aos leitores reconstituir fielmente essas práticas.

Intitulámos *pedagógico-didática* a segunda perspetiva de estudo e reanimação dos jogos tradicionais que, como facilmente se compreende, respeita à utilização destas práticas no ambiente escolar, com finalidades diversas, uma vez que elas podem constituir:

- elementos propiciadores do desenvolvimento integral dos alunos, dado que muitos jogos, pelo caráter inclusivo, permissivo, informal e prazenteiro da sua prática, proporcionam à criança a possibilidade de ousar, de tentar, de tomar decisões, de criar. Estas tentativas decorrem de um modo menos traumatizante do que o trabalho escolar, pelo que os inêxitos são entendidos de um modo menos traumatizante e desencorajador, aspeto que Jerome Bruner muito enaltece;
- recursos educativos motivadores ou facilitadores de outras aprendizagens, devendo, para o efeito, ser utilizados com as adaptações

e modificações que os educadores julgarem convenientes. Nestes termos, facilmente se destacam do vasto leque de jogos conhecidos pelo professor, pais e avós dos alunos, práticas lúdicas que podem facilitar o conhecimento e consolidação da tabuada, das operações aritméticas, do meio social ou da língua portuguesa;

– estratégias adequadas à apreensão dos valores éticos, de natureza pessoal e social, que acontecem de um modo essencialmente pragmático e não através de grandes discursos. Todos sabemos que os jogos desportivos transportam consigo antivalores presentes nas práticas homólogas dos adultos, como a competitividade exagerada e algum individualismo e vedetismo, entre outros, que o modelo conhecido e tipificado não permite expurgar o sublimar. Ao invés, nos jogos tradicionais é permitida a "negociação" prévia das regras e procedimentos, subordinando as práticas ao primado da cooperação e à vivência de situações em que a autoestima, a liberdade, a tolerância e a entreajuda estão sempre presentes;

– formas de intervenção pedagógica e didática na área da motricidade, permitindo o desenvolvimento de capacidades como a precisão, a coordenação dinâmica geral e visuomotora, a velocidade de reação, a velocidade de movimentos, a força, a agilidade e o equilíbrio, entre outras. Neste domínio, o professor deve adequar os jogos e o dispêndio energético que exigem à idade e capacidades dos alunos. É aconselhável também ter presentes os objetivos e resultados que se pretende atingir e bem assim os elementos caraterísticos das práticas lúdicas propostas, como a duração, o ritmo e a distância média a percorrer pelos intervenientes.

Os jogos tradicionais, para além da educação físico-motora e educação física, dado o seu caráter interdisciplinar, podem ter um papel importante como conteúdo adequado ao desenvolvimento de projetos e ações a integrar no plano educativo das escolas. Em todos os casos, o recurso aos jogos requer, naturalmente adaptações de objetivos, estratégias, atividades e procedimentos ao nível etário e de escolaridade dos alunos.

Investigações que realizámos em escolas do primeiro ciclo do Ensino Básico, em meio rural e urbano, confirmam que nos logradouros de muitas escolas, durante os curtos períodos de intervalo entre as aulas, ainda se conservam intactos alguns jogos tradicionais multisseculares. Embora com grande variabilidade, dependente das caraterísticas do logradouro escolar e do professor, também verificámos que grande parte dessas práticas lúdicas é bastante exigente sob o ponto de vista motor. Em contrapartida, fora da escola, em casa e na rua, nas proximidades desta, parece ter-se instalado entre as crianças o culto do imobilismo e da atividade isolada e "pronta a jogar", que, como já salientámos, afetará indubitavelmente a saúde das novas gerações.

A terceira abordagem do estudo e utilização dos jogos tradicionais é a *perspetiva recreativa*. Ela corresponde à ação que as autarquias, as coletividades de cultura e recreio, as instituições de solidariedade social e os animadores socioculturais realizam ou poderão vir a concretizar.

Trata-se de uma visão semelhante à perspetiva pedagógico-didática, uma vez que admite a adaptação dos jogos tradicionais às motivações dos potenciais praticantes, bem como às condições físicas e materiais onde podem realizar-se. Todavia, os contextos em que as práticas decorrem não estão diretamente relacionados com o meio escolar, mas sim com a comunidade em geral, as

coletividades locais, os lares de idosos, centros de dia, centros de férias e empreendimentos turísticos.

No seu âmbito intervirá sempre, não o investigador social e cultural ou o professor, mas o animador sociocultural, profissional ou amador, com ou sem formação académica específica. Em qualquer dos casos, os conhecimentos e competências inerentes às práticas lúdico-festivas e à atitude dos seus intervenientes constituem, sem dúvida, uma matéria muito importante, a adquirir por via académica ou de forma empírica e refletida.

O objetivo central da intervenção do animador, a recreação, é dar ânimo, motivar, ajudar a encontrar um caminho que dê sentido à vida, terminando com a sensação de isolamento e melhorando a autoestima dos participantes.

Mas, por que razão os jogos tradicionais, a par das atividades artísticas em geral e da prática desportiva informal, moderadamente competitiva ou predominantemente cooperativa, constituem um meio privilegiado na animação cultural e na recreação? Em primeiro lugar porque constituem práticas conhecidas, que os destinatários já realizaram ou observaram. São atividades inclusivas, realizadas de forma descontraída e quase informal, pouco seletivas no domínio técnico ou das capacidades físico-motoras. Práticas geradoras de alegria e propiciadoras de ações de natureza intergeracional, nas quais os mais idosos poderão ensinar os jogos antigos às crianças da localidade. Depois, porque se trata de atividades pouco exigentes quanto aos recursos materiais necessários à sua realização, que, em grande parte, podem ser confecionados pelos praticantes. Dado estarem alicerçadas nos valores da tolerância e da entreajuda, permitem o sucesso e o reforço da autoestima a todos os intervenientes, de diferente idades, género e condições sociais.

Os ciclos de atividades, bimestrais ou trimestrais deverão culminar sempre em jornadas festivas ou "pontos altos", cuidadosamente organizados. Essas jornadas deverão incluir, naturalmente, os elementos fundamentais da festa: a profusão de comida, a música, a cor e a animação.

No domínio concreto da animação sociocultural de pessoas idosas, entendemos que os animadores devem recorrer, em especial, às práticas lúdicas que, não obstante estarem fora do contexto próprio, dão origem a situações socializantes, apresentam no seu desenvolvimento características motoras e, expressivas e, além disso, fazem apelo à estratégia, ao engenho e à tomada de decisões. É fundamental que os jogos tradicionais a considerar nos programas destinados a pessoas da terceira idade se adaptem às capacidades físico-motoras,

necessidades de movimento, saúde e vida relacional dos destinatários. Além disso, o animador deve ter a preocupação de, nos jogos de atividade física propostos, respeitar diversos princípios, há muito consagrados pela experiência e pela ciência: o princípio da *evolução*, ou seja, transitar do mais fácil para o mais difícil; da *alternância* do dispêndio energético, propondo regularmente atividades mais repousantes, que permitam a devida recuperação da normalidade funcional; da *segurança máxima*, prevendo e procurando evitar todas as possíveis situações de risco; da *relatividade*, aceitando as diferenças interindividuais; da *inclusão*, aceitando que todos, homens e mulheres, mais e menos idosos, mais e menos limitados têm o direito de participar e, mais importante ainda, de aspirar ao sucesso.

Dado que a sociedade moderna parece cultivar ao extremo a competição e o individualismo, o animador deve dar um especial relevo aos jogos socializantes e cooperativos, "temperando" a importância da competição. Nesta ótica, qualquer jogo existe para a totalidade dos intervenientes e não apenas para os melhores. Neste quadro, todos ganham com a prática, isto é, todos devem ter a noção de que saíram vencedores. Os exercícios lúdicos propostos devem ser realizados na perspetiva de que se joga com e não contra, proporcionando assim atividades descontraídas, menos suscetíveis de gerar tensão e agressividade.

Na animação sociocultural da terceira idade, o animador deve criar nas atividades um "clima" divertido, interagir de igual modo com todos os intervenientes, manter-se alegre e transmitir segurança, incentivar e encorajar, ficando atento às manifestações individuais de fadiga e introduzir rapidamente as alterações que as circunstâncias ditarem.

Uma adequada organização do programa de atividades pressupõe a prévia tomada de decisão sobre os jogos a realizar (tarefa que é facilitada pela existência dum ficheiro/arquivo de jogos) atendendo ao espaço, condições climatéricas e materiais necessários, assim como a previsão da gestão do tempo e a constituição dos grupos.

3 ¬ Conclusão

Vivemos num tempo em que o urbanismo, a tecnocracia e a mundialização da comunicação e da informação abrem horizontes mais amplos e rasgam novas vias ao desenvolvimento das sociedades. Porém, estas conquistas da civilização são um pau de dois bicos: afastam-nos da natureza, obrigando-nos (quantas

vezes!...) a agredi-la. Dão-nos uma visão transcontinental, mas retiram oportunidades para o convívio salutar tão presente nos antigos trabalhos coletivos e nos jogos tradicionais.

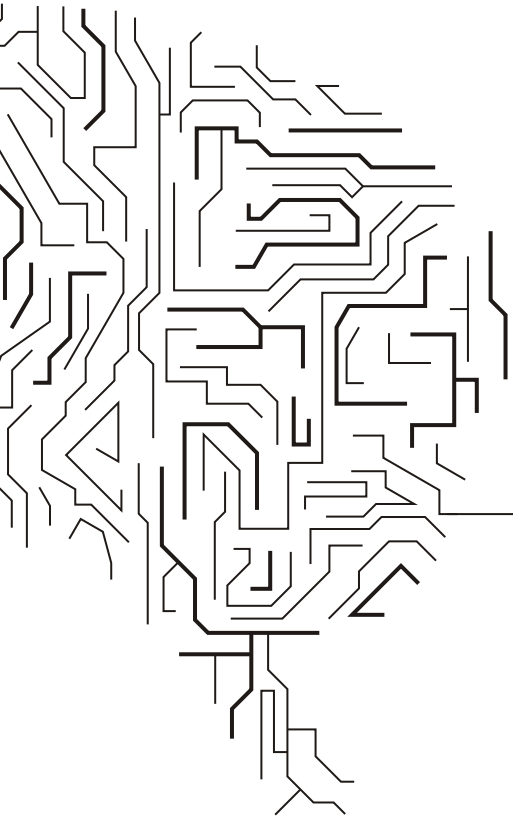
O jogo e a festa, para o residente nas metrópoles, são hoje atividades cada vez mais esporádicas e excecionais, pequenos espaços subtraídos à sua atividade profissional, rotineira, desgastante, geradora de angústia e de stress. As práticas lúdicas que caracterizam os tempos atuais são de dois tipos: os desportos visualizados, que satisfazem o *voyeurismo* de jovens e adultos e os jogos informáticos, os chamados jogos virtuais. Se os primeiros aprisionam ao sofá do imobilismo potenciais praticantes, transformando atores em meros consumidores visuais, os segundos são práticas já criadas, «pontas a usar». Ambos tornam despiciendo o esforço corporal e inviabilizam a interação grupal.

O afastamento que se nota entre a forma mais generalizada do desporto e os jogos tradicionais talvez justifique, a nosso ver, um regresso às raízes, às formas mais simples e naturais do divertimento e da festa, a uma gestão menos mecanicista do corpo, do tempo, do espaço e dos objetos.

Já referimos que grande parte dos exercícios lúdicos mantidos pela tradição foi entrando em desuso e, muitos deles, apenas são recordados pelos mais idosos. Porém, pelo seu elevado interesse cultural, deviam continuar a ser o objeto de estudos rigorosos e reconhecidos como dignos de figurarem no acervo dos museus e de terem um lugar de mérito nas escolas, nas coletividades e nas instituições de solidariedade social.

É certo que os jogos só poderão considerar-se verdadeiramente tradicionais quando realizados no seu contexto próprio, exigência que no tempo presente, salvo raríssimas exceções, se torna impossível de satisfazer. No entanto, como se passa em relação a outros elementos culturais, é possível, numa perspetiva recreativa, retirar os antigos jogos do seu contexto, modificando-os e adaptando-os às condições em que a intervenção sociocultural se processa. Tal é a missão das autarquias locais, das coletividades de cultura e recreio, da escola e das instituições privadas de solidariedade social.

A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, através de várias iniciativas já deu o "pontapé de saída" nessa tarefa ingente de conservação e reanimação dos jogos tradicionais.



JOÃO ALEXANDRE

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DOS JOGOS TRADICIONAIS

JOGOS TRADICIONAIS
Os desafios do presente

A Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais (FPJT) é a estrutura representativa a nível nacional na divulgação, promoção e salvaguarda dos Jogos Tradicionais. Foi criada em 2015, pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) conjuntamente com 14 estruturas descentralizadas (Associações Concelhias e Federações Distritais), com o objetivo de reforçar o trabalho que a Confederação vinha a desenvolver em prol da salvaguarda dos Jogos Tradicionais Portugueses.

As iniciativas realizadas quer pela Confederação quer pela FPJT têm tido uma grande procura por parte de escolas e de instituições ligadas aos seniores, assim como pelas autarquias locais, parceiros essenciais para a divulgação dos Jogos. Acrescentar que, nestes últimos anos, no seguimento do protocolo existente entre a CPCCRD e o IPDJ relativo ao Desporto para Todos, ouve um aumento significativo de participantes, traduzindo-se no ano passado em mais de 120.000. Estes números à primeira vista são muito animadores, mas muito ainda há para fazer para a afirmação dos Jogos Tradicionais.

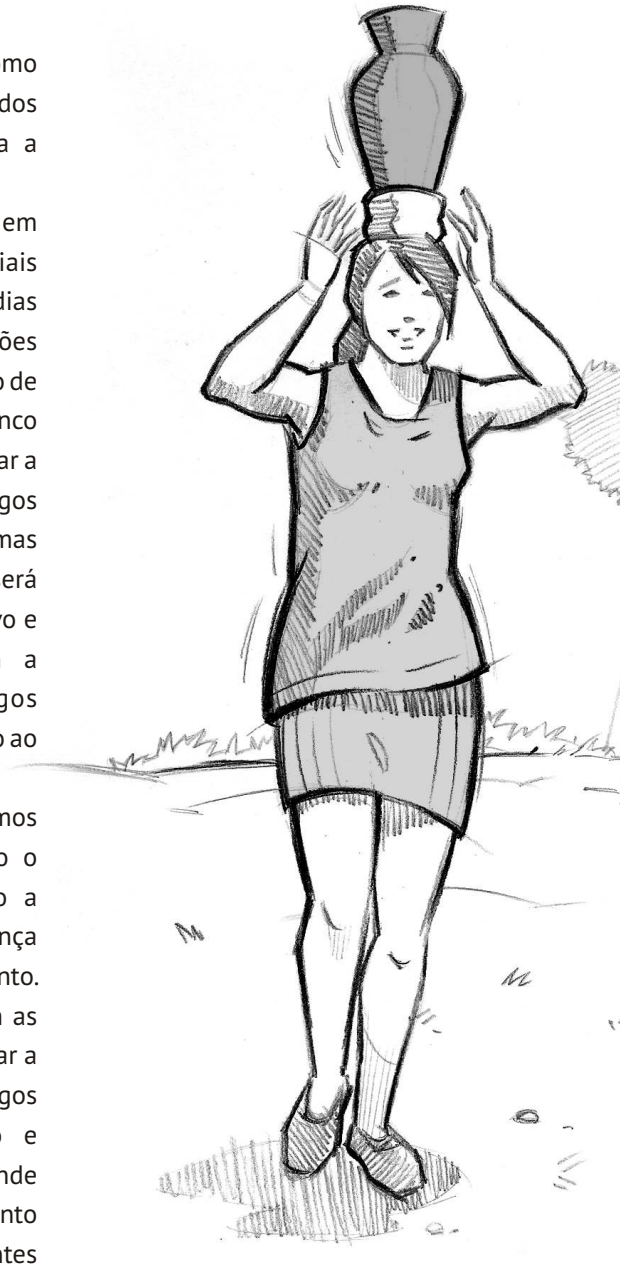
Ao nível do ensino oficial dão-se agora os primeiros passos, com a introdução dos Jogos Tradicionais em muitas escolas através de contratos programas assinados com alguns municípios. Com esses contratos as atividades extracurriculares passam a integrar os Jogos Tradicionais. Deste modo, os jogos de outras gerações são ensinados aos mais novos. Este será um dos caminhos fundamentais para que os Jogos Tradicionais passem a ser conhecidos e divulgados através dos mais pequenos.

É também necessário a curto prazo criar novos fatores de motivação para a prática dos Jogos Tradicionais, sendo fundamental a participação da Comunidade Académica com a sua vasta experiência nesta matéria, a celebração de protocolos de cooperação entre a FPJT e as Várias Universidades, Escolas Superiores e Politécnicos na área dos Jogos Tradicionais. Neste âmbito, merece destaque a Universidade de Coimbra com uma cadeira específica em Jogos tradicionais, assim como o trabalho desenvolvido pela escola Superior de Desporto de Rio Maior e pelo Politécnico da Guarda entre outros.

Destacamos ainda a cooperação existente com várias Associações e Federações da área dos Jogos Tradicionais de Espanha, que conjuntamente com a FPJT estão a desenvolver projetos de candidaturas regionais para a prática dos Jogos Tradicionais ao longo de toda a Raia de Sul a Norte de Portugal. Contamos com a vasta experiência de trabalho realizado pelas congéneres Espanholas na área dos Jogos Tradicionais e estamos a trabalhar na criação de museus regionais,

publicações de livros e revistas, assim como na realização conjunta da Candidatura dos Jogos Tradicionais da Península Ibérica a património imaterial da Unesco.

Portugal terá um grande desafio em 2020 com a realização dos Jogos Mundiais que decorrerão em Lisboa, durante sete dias e seis noites, com a presença de delegações de tudo o Mundo. Estima-se a participação de mais de 70.000 participantes dos cinco continentes, que connosco irão demonstrar a sua cultura através não só dos Jogos Tradicionais originários dos seus países, mas também pela danças típicas. Este evento será um grande teste ao nosso espirito criativo e de organização, mas será também a oportunidade de promover os Jogos Tradicionais à Escala Internacional devido ao interesse mediático do evento.



Conjuntamente com a CPCCRD iremos promover este grande evento em todo o território nacional, lançando o desafio a todas as comunidades, para a sua presença em Lisboa, aquando da realização do evento. No imediato a FPJT, conjuntamente com as suas filiadas a nível nacional, irá continuar a realizar ações de dinamização dos jogos tradicionais. O seu conselho técnico e científico terá, por seu lado, a grande responsabilidade de fazer um levantamento nacional de todas as competições existentes ao nível dos Jogos Tradicionais.

Uma palavra final sobre a Análise Associativa e o tema deste número. Temos a forte convicção de que são publicações como esta que podem cada vez mais a tornar os Jogos Tradicionais Portugueses jogos com Futuro, contribuindo para a preservação da nossa identidade como povo e nação.

1 CONGRESSO
O ASSOCIATIVISMO POPULAR
na Região Autónoma da Madeira

CENTRO CÍVICO DE
Santa Maria Maior

3 JUNHO
2017

09:00

UMA FORÇA SOCIAL
com futuro!

ORGANIZAÇÃO

FUNCHAL

Banda Recreio Camponês
desde 1910

gRAnde RePortaGeM

CONGRESSO DA MADEIRA

CONGRESSO DA MADEIRA

O associativismo popular na Região Autónoma da Madeira

1.º CONGRESSO
O ASSOCIATIVISMO POPULAR
Uma Força Social com Futuro!

Breve síntese da iniciativa

Realizou-se a 3 de junho de 2017 o 1º Congresso do Associativismo Popular da Região Autónoma da Madeira, sob o lema "O Associativismo Popular Uma Força com Futuro", organização da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto e da Banda Recreio Camponês, com o apoio da Câmara Municipal do Funchal e da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a presença de representante do Governo Regional.

A sessão de abertura foi presidida por Maria João Santos, Secretária da Mesa do Congresso da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto em representação do seu Presidente e contou com a presença do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Guido Gomes, do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Paulo Cafôfo e da Senhora Secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, Rubina Leal. Em representação da Direção da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto estava prevista a presença do Senhor Vice-Presidente e responsável pela Região Autónoma da Madeira, Sérgio Pratas, que por motivos imprevistos não pode comparecer, mas cujo texto de abertura foi lido.

Os trabalhos propriamente ditos começaram com uma conferência da responsabilidade de Augusto Flor Presidente da Direção da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Nesta conferência foram focados aspetos como as características do movimento associativo popular, os números referentes quer ao setor da economia social quer ao movimento associativo popular, bem como o facto de o associativismo ser também um poder local e dever ser parceiro. Refletiu-se ainda sobre a importância do conhecimento e divulgação de conhecimento e da proximidade entre pares e parceiros.

Ainda durante a manhã quadro dirigentes de associações da Madeira deram o seu testemunho num painel intitulado "O associativismo popular na Madeira. Contexto, dificuldades e especificidades". Foi possível conhecer melhor a ação de uma associação de defesa dos direitos das mulheres, a União das Mulheres Alternativa e Resposta, pela mão de Guida Vieira; conhecer a realidade da Casa do Povo da Camacha, com a intervenção de Ricardo Vasconcelos e a atividade de uma associação de moradores, a Olho-te que através do entusiasmo do seu presidente Hugo Andrade deu nota de como se operacionaliza a sua ação de intervenção social no bairro em que está inserida. Este painel, moderado pelo jornalista Ricardo Oliveira diretor do Diário de Notícias, contou ainda com a intervenção de João Paulo Santos, Conselheiro Nacional da Confederação e dirigente da Banda Recreio Camponês, intervenção que caracterizou, em traços gerais, o associativismo na Madeira.

O debate foi rico e dinâmico, servindo para contextualizar melhor a grande riqueza associativa da região.

Da parte da tarde estavam previstos dois painéis que, por apresentarem temas interligados, acabaram por ser aglutinados num só aumentando-se assim o tempo para o debate. Este painel único teve a moderação do jornalista Mário Gouveia correspondente da TVI na Madeira e a intervenção de Daniel Tarquinho Aguiar, dirigente do Grupo Desportivo Alma Lusa; José Júlio Curado, da Associação de Bridge da Madeira; Maria João Santos, Secretária da Mesa do Congresso da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; Francisco Rodrigues, Presidente da Confederação das Casas do Povo e Rafaela Fernandes, advogada.

As intervenções focaram-se na questão da legislação para o movimento associativo e nos direitos e responsabilidades dos dirigentes associativos. Este painel contou com duas intervenções mais localizadas, uma sobre a "Alma Lusa", associação local e a problemática do conteúdo dos estatutos das coletividades e outra sobre a prática do bridge e a sua organização enquanto modalidade federada e três intervenções mais genéricas sobre as normas que regem ou que deveriam reger a atividade do dirigente associativo. Foram ainda referidas algumas propostas, apresentadas pela Confederação, de revisão do enquadramento jurídico para o movimento associativo popular.

Também neste painel o debate foi interessante, tendo sido colocadas questões muito concretas sobre as duas matérias em apreço.

O Congresso foi encerrado com uma sessão presidida pelo Senhor Presidente da Mesa do Congresso da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, Francisco Barbosa da Costa e com as intervenções do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Guido Gomes; do Senhor Presidente da Direção da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, Augusto Flor e do Senhor Vereador da Câmara Municipal do Funchal, Domingos Rodrigues.

Como referido no texto de abertura da autoria de Sérgio Pratas este Congresso foi *"mais um momento marcante, muito significativo, na história do movimento associativo de raiz popular"* e sem qualquer dúvida o movimento associativo popular é *"uma força social com história, com passado, e com um papel importante na satisfação de necessidades coletivas.*
Mas é também um movimento social com visão e com futuro...
Futuro que estamos todos a construir, coletivamente".

Reportagem: Maria João Santos

CONGRESSO

O associativismo popular na Região Autónoma da Madeira.
Uma Força Social com Futuro!

Intervenção do Vice-Presidente da Direção da CPCCRD Sérgio Pratas
(lida por Maria João Santos)

3 De junho de 2017
SESSÃO DE ABERTURA

Senhora Secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais,
Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal,
Senhor Presidente da Mesa do Congresso da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto,
Senhor Presidente da Direção da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto,
Senhoras e Senhores Conferencistas,
Caras e caros convidados,

1 Estamos hoje a fazer história com a realização deste Congresso. Congresso que tem como lema: "O Associativismo Popular na Região Autónoma da Madeira. Uma força social com futuro!".

É importante recordar que o associativismo popular surge em Portugal (como na Europa Ocidental) no final do século XVIII, estreitamente relacionado com as condições de vida e trabalho das classes populares. E surge para dar resposta a graves problemas sociais: grandes limitações das estruturas de apoio social em relação à proteção na velhice e na doença; difíceis condições de trabalho; ausência de estruturas de promoção da cultura e do lazer; e um sistema de ensino muito deficitário.

É também importante recordar que o papel e dinâmica do associativismo popular foram entretanto evoluindo, sempre em estreita ligação com a estrutura, funções e características de cada tipo de Estado. Tivemos um associativismo popular no período da Monarquia Constitucional. Outro no período da 1.ª República. Outro ainda no tempo do Estado fascista. E passámos a viver uma nova realidade depois do 25 de Abril de 1974.

É também verdade que ao longo destes cerca de 200 anos de história houve momentos marcantes, únicos, fundacionais, que contribuíram para mudanças, evolução, crescimento.

Um bom exemplo desses momentos marcantes são os Congressos de associações, coletividades e clubes. Momentos de reunião, de reflexão, mas também de decisão e de viragem. E queria aqui destacar os três últimos Congressos, realizados depois do 25 de Abril de 1974: o Congresso de Almada, realizado em 1993; o Congresso de Loures, realizado em 2001; e o Congresso de Lisboa, de 2015. Falar na história do associativismo popular significa também falar nestes Congressos, nas mudanças que introduziram, no que aconteceu antes, durante e depois dos mesmos.

É por isso que podemos hoje afirmar que estamos aqui, no Funchal, a fazer história. Este Congresso da Madeira é mais um momento marcante, muito significativo, na história do movimento associativo de raiz popular. Será o quarto Congresso realizado depois do 25 de Abril. E será o primeiro a ser realizado numa Região Autónoma.

2 Estes Congressos não servem, todavia, para falar apenas do passado. Visam fundamentalmente refletir sobre a realidade atual e perspetivar o futuro. E é esse também o objetivo do presente Congresso.

Diria, sintetizando, que são três os principais objetivos deste Congresso:

1.º Refletir sobre a atualidade e importância do movimento associativo popular (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças).

2.º Conhecer melhor a realidade do associativismo popular na Região Autónoma da Madeira.

3.º Aproximar o continente e as Regiões Autónomas, combater a insularidade e a distância.

Para o efeito, e tendo presente tais objetivos, preparámos um Programa diversificado e que procurará abordar um conjunto de questões de grande atualidade.

Neste momento, e já como contributo para o debate, gostaria de apresentar três teses ou ideias, que submeto ao vosso total escrutínio e crítica.

3 A primeira ideia é para notar que este grande movimento associativo desempenha atualmente – como desempenhou no passado – um papel fundamental e insubstituível na sociedade portuguesa.

De acordo com a Conta Satélite da Economia Social existem atualmente em Portugal 57.196 associações, o que representa 93,4% das organizações da economia social. Um número impressionante. Outro número a reter é que a maioria das associações existentes (53,7%) são coletividades de cultura, recreio e desporto. Estamos a falar de quase 31.000 associações, ou seja, mais de metade das organizações da economia social.

Estas associações desempenham um papel essencial, quer no plano social, quer no plano económico, quer na qualidade da nossa democracia.

4 A segunda ideia é para sublinhar que, apesar destes dados e da importância do associativismo popular, a verdade é que não está tudo bem. Temos pontos fortes, mas temos também pontos fracos e vemo-nos confrontados (hoje) com novas ameaças, que condicionam o nosso trabalho.

Que pontos fracos?

Destacava três:

1.º A fraca interligação e coordenação entre associações. Falamos pouco uns com os outros, articulamos pouco, partilhamos pouco.

2.º Um segundo ponto fraco é o do conservadorismo. Tendemos para a repetição de experiências, mais do que para a inovação. Para a adaptação à sociedade, mais do que para a sua transformação.

3.º Terceiro ponto fraco. Ausência de apoios técnicos. O trabalho é todo realizado pelos dirigentes, que têm de ter resposta para problemas vários e complexos (desde a fiscalidade, o cumprimento da lei, a organização, gestão de arquivos, etc.).

Como ameaças, gostaria de destacar também três:

1.ª A precariedade laboral e a desregulação da organização e tempo de trabalho. É por isso que é hoje tão difícil recrutar novos dirigentes.

2.ª Existência de um quadro legal complexo, desajustado, anacrónico e insuficiente.

Este é aliás um tema que será objeto de reflexão autónoma neste Congresso, no 2.º Painel.

3.ª Terceira ameaça é a do preconceito que continua a existir em relação ao associativismo popular. Preconceito que vem de fora, mas que é muitas vezes reproduzido por nós próprios.

5 Importa, pois, pensar o futuro a partir da realidade presente, tendo por base os pontos fracos e os pontos fortes. As ameaças e as oportunidades.

Essa reflexão será um dos pontos altos deste Congresso.

É precisamente sobre o futuro a terceira ideia (ou tese) que aqui quero apresentar. Dizer que o caminho a percorrer pode (e deve) passar por sete áreas fundamentais, que importa cuidar, reforçar e aprofundar:

1.º Em primeiro lugar, deveremos continuar a apostar no conhecimento da nossa realidade, nos estudos, na reflexão, no debate. Quanto melhor nos conhecermos, melhor conseguiremos atuar, teremos melhores resultados e será certamente maior o reconhecimento do que fazemos.

2.º Em segundo lugar, podemos e devemos continuar a apostar na capacitação dos dirigentes. Com um efetivo investimento na capacitação dos dirigentes, teremos associações mais dinâmicas, mais inovadoras, mais eficazes e capazes de se adaptar a novos contextos.

3.º Em terceiro lugar, importa garantir uma profunda revisão da legislação associativa. Como disse, o quadro atual não serve, complica, dificulta.

A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto apresentou no dia 31 de maio passado, na Assembleia da República, um relatório com 33 propostas de alteração. Vamos agora falar com os grupos parlamentares e com o Governo. Esta é uma oportunidade única para introduzir mudanças que têm pouco impacto financeiro para o Estado e um enorme impacto social e económico.

4.º Em quarto lugar, deve igualmente apostar-se na existência de mais e melhor apoio técnico. Nas áreas jurídica, da contabilidade, da fiscalidade, das candidaturas, etc. Só assim

conseguiremos que os dirigentes façam bem, cumpram as regras e consigam aproveitar todos os recursos existentes. Nesta área, a Confederação e as autarquias locais têm uma palavra importante a dizer.

5.º Em quinto lugar, importará aprofundar as parcerias público-sociais, com reforço de acordos de colaboração entre o Estado central, os Governos Regionais e o movimento associativo. Neste momento, as relações existentes passam fundamentalmente pelas autarquias. Mas não é isso que diz a Constituição. Quer o Estado central, quer os Governos Regionais, devem assumir, também aqui, um outro protagonismo e outras responsabilidades.

6.º Sexto. Reforço das parcerias sociais-sociais. Ou seja, no seio do movimento associativo e com as restantes "famílias" da economia social.

7.º Sétimo. Reforço das parcerias privado-sociais. Também aqui há caminho a fazer. Sobretudo no plano da responsabilidade social das empresas.

É possível estabelecer parcerias com o setor empresarial em que todos ganham. As empresas, porque assumem um papel de responsabilidade em relação à comunidade onde estão inseridas. E o movimento associativo, porque assegura uma maior diversidade nas suas fontes de financiamento, garantindo uma maior autonomia e sustentabilidade.

São sete pistas que ficam aqui para a discussão neste 1.º Congresso do Associativismo Popular da Região Autónoma da Madeira.

6

Termino com três notas muito breves. Notas de agradecimento e de reconhecimento.

A primeira é para agradecer e valorizar a grande disponibilidade e empenho dos nossos parceiros, neste Congresso. Agradecer em primeiro lugar à Câmara Municipal do Funchal, nosso parceiro desde o primeiro dia, e que

acabou por assumir um papel de grande importância na organização do Congresso. Agradecer também à Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, pela cedência destas magníficas instalações e por todo o apoio logístico prestado.

A segunda nota é para reconhecer o trabalho competente de todos aqueles que se empenharam na organização deste Congresso. Estou a referir-me aos funcionários da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, sempre disponíveis em todos os momentos. E tenho que destacar, com toda a justiça, o papel da Banda Recreio Camponês, e dos seus dirigentes Cláudio Vieira e João Paulo Santos, incansáveis na preparação e organização deste Congresso.

A terceira nota é para agradecer a disponibilidade e participação dos oradores e moderadores. A reflexão a fazer será certamente viva, rica e plena de informação e visão. O vosso papel é aqui da maior importância.

Quero ainda agradecer a presença da Senhora Secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, que muito nos honra.

7 Terminava, lembrando que o movimento associativo popular é uma força social com história, com passado, e com um papel importante na satisfação de necessidades coletivas. Mas é também um movimento social com visão e com futuro… Futuro que estamos todos a construir, coletivamente – e hoje é um dia muito importante nesse caminho.

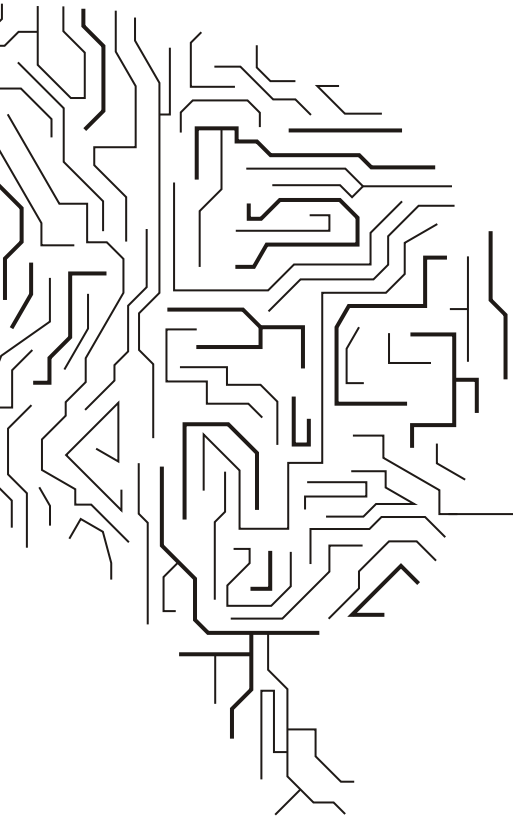
Viva o Movimento Associativo Popular!
Viva o Congresso da Madeira!

Estudos Universitários

GUILHERME DA FONSECA
JUIZ-CONSELHEIRO JUBILADO

LÚCIO MIGUEL CORREIA
DOCENTE UNIVERSITÁRIO E ADVOGADO
DA MGRA SOC. ADVOGADOS

JOSÉ DA CUNHA BARROS
PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
E INVESTIGADOR INTEGRADO
DO CAPP-ISCSP-ULISBOA



GUILHERME DA FONSECA

JUIZ-CONSELHEIRO JUBILADO

O ASSOCIATIVISMO SOCIOPROFISSIONAL DOS MILITARES NUMA PERSPECTIVA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL

O que aqui me traz[1] é apresentar-vos uma curta série de considerações que conduzam a uma reflexão que a leitura da Constituição da República Portuguesa (CRP) pode proporcionar.

Na primeira consideração vou falar no militar, enquanto cidadão, inserido na sociedade civil como qualquer cidadão, portador de direitos e deveres/obrigações.

É que, o militar, nessa veste de cidadão, na vida activa ou na reserva e reforma ou noutras situações, é ou pode ser pai/mãe de família, com todas as valências que isso arrasta, é ou pode ser professor ou aluno, em qualquer grau de ensino, é ou pode ser desportista, na qualidade de praticante, árbitro, sócio ou dirigente associativo, é ou pode ser cultor (activo ou passivo) em áreas ligadas, v.g., às artes visuais, musicais, de cinema, ou simplesmente de animação cultural, é ou pode ser político, ocupando lugares públicos de cariz politico (deputado à Assembleia da República, por exemplo), é ou pode ser empresário no sector privado, é ou pode ser juíz em tribunais criminais, em que há necessidade de intervenção de um juíz militar (na secção criminal do Supremo Tribunal de Justiça, por exemplo). Enfim, uma infindável exemplificação na vida corrente do militar, enquanto cidadão.

Se isto é assim, ele tem de beneficiar do estatuto de cidadania, cujo núcleo é um direito político geral, ao menos tendencialmente, é igualitário para uma universalidade de pessoas/cidadãos, incluindo os militares, que podem decidir no colectivo social, bem como, são aptas, não só para elegerem, como para serem eleitas.

E nesse estatuto descobrem-se, *inter alia*, uma multiplicidade de direitos, como sejam, o direito de eleger e de ser eleito, por via do direito de sufrágio, o direito de tomar parte na vida politica, um verdadeiro direito de participação directa e activa, o direito de petição singular ou colectivo, perante os poderes públicos ou quaisquer autoridades, o direito de apresentar queixas por acções e omissões dos poderes públicos ao Provedor de Justiça, o direito de ser esclarecido objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informado pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos (tudo isto reflectido nas normas dos artigos 267º e 268º da CRP) e, por último, o direito de resistência consagrado na norma do artigo 21º da CRP.

---

[1] Sessão comemorativa ou evocativa do 15º Aniversário das leis orgânicas relativas ao associativismo socioprofissional dos militares.

Uma segunda consideração tem a ver com o tal estatuto de cidadania que, aparentemente, a CRP não acolhe integralmente para os militares, pois a norma do artigo 270º prevê restrições ao exercício de direitos *"por militares e agente militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo"* (e essas restrições cabem na reserva absoluta da Assembleia da República, conforme prevê a norma do artigo 164º, o), com reserva de maioria).

Aquela norma do artigo 270º não pode, porém, desligar-se do quadro constitucional regulador da Defesa Nacional, constante das normas dos artigos 270.º a 276º, destacando-se aí a obediência das Forças Armadas *"aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei"* e o ditame de que elas são rigorosamente apartidárias e os seus elementos não podem aproveitar-se da sua arma, do seu posto ou da sua função para qualquer intervenção politica (nºs 3 e 4 da norma do artigo 275º).

E podem ainda convocar-se as normas dos artigos 211º, nº3, prevendo os juízes militares, 213º e 209º, nº4, reportando-se aos tribunais militares, previstos apenas durante a vigência de estado de guerra, 46º, nº 4, proibindo associações armadas ou de tipo militar, militarizadas ou paramilitares e 27º nº 3, d), prevendo a prisão militar imposta a militares, *"com garantia de recurso para o tribunal competente"*. Enfim, uma verdadeira constituição militar.

Por fim, a consideração centrada na norma do artigo 270º, curiosamente localizada no Título IX – Administração Pública, significando que as relações de serviço dos militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectico são as dos trabalhadores da Administração Pública e demais agentes do Estado e outras entidades públicas.

Sem querer entrar na discussão das normas constitucionais que podem ser atingidas por vícios de inconstitucionalidade material – e poder-se-ia dizer que era este o caso da norma do artigo 270º -, tudo está em saber até onde pode ir o legislador ordinário na regulação das restrições ao exercício de direitos, em cumprimento daquela norma da CRP.

Desde logo, essa regulação, que implica um procedimento legislativo reforçado, tem de respeitar os princípios constitucionais da justiça, da igualdade e, em especial, o princípio da proporcionalidade ou da proibição do excesso – *"na estrita medida das exigências próprias das respectivas funções"*, na formulação expressa da norma -, o que implica a observância das três dimensões daquele princípio: necessidade, exigibilidade e proporcionalidade. Dimensões que têm correspondência com a norma do artigo 18º, nº 2, embora com exigências ainda

maiores, quanto mais não seja porque se trata de restrições excepcionais que atingem determinadas categorias de militares (os elementos, militares e agentes militarizados, dos quadros permanentes em serviço efectivo, o que exclui os cidadãos a cumprir serviço militar obrigatório, e exclui todos os que estejam desligados do serviço por qualquer dos motivos legais, a aposentação a reserva, a disponibilidade, etc.).

E não se esqueça que a norma do artigo 270º – há também uma restrição no nº 4 do artigo 275º – não estabelece uma cláusula geral e aberta da restrição dos direitos daqueles militares, antes indica, taxativamente, os direitos fundamentais que podem ser objecto de restrições. Outro tipo de restrições, para além da enumeração taxativa, colide com o quadro constitucional (por exemplo, pode falar-se do direito de escolha do local de residência e de deslocação, que não permite restrições). Para além de que, no caso, as leis restritivas não podem ter efeito retroactivo, nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais – nº 3 do artigo 18º.

Chegados aqui, é bom de ver que as leis orgânicas restritivas de há 15 anos – e que agora nós estamos justamente a comemorar – cumprem, no essencial, e em meu entender, o ditame da norma do artigo 270º, da CRP, e parece-me também que estão ao abrigo dos princípios constitucionais atrás referidos, não brigando com o conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.

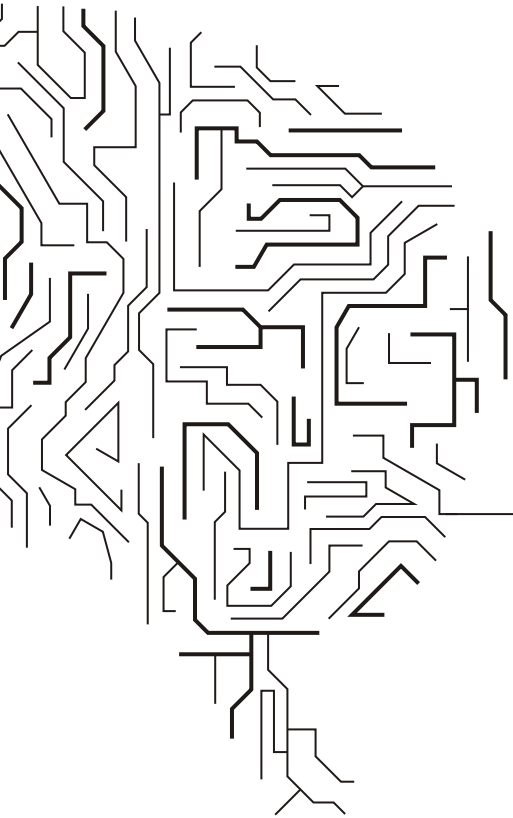
Um ou outro pormenor de cariz negativo pode, mesmo assim, adiantar-se:

- Os direitos de reunião e de manifestação que, à luz da norma do artigo 45º, considero absolutos, conhecem restrições que vão além dessa natureza absoluta, como sejam, as limitações estabelecidas para o exercício do direito de reunião no nº 3 do artigo 31º - B, da Lei nº 4/2001 e a cláusula da parte final do artigo 31º - C, da mesma Lei, quanto ao direito de manifestação (*"desde que não sejam postas em risco a coesão e a disciplina das Forças Armadas"*, como aí se lê).
- Depois, falta reconhecer o direito de representação e defesa dos militares, a cargo das associações, reconhecendo-lhes legitimidade processual para esse efeito, mas pode aditar-se uma alínea à norma do artigo 2.º da Lei nº 3/2001 (e tem um significado importante, na medida em que a justiça administrativa, sobretudo esta, tem uma larga aplicação na órbita dos militares, quando atingidos por acções e omissões das autoridades e entidades públicas, não só as militares). E é uma justiça que abrange acções e omissões relativas a comportamentos

das autoridades militares com violação das normas das Leis nºs 3/2001 e 4/2001. É uma vossa proposta que acho pertinente e oportuna (e já passaram 15 anos).

- Por fim, reconhecer na alínea b) do artigo 2º a capacidade de negociação das associações militares sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados. O que também está em falta nessa alínea.

De tudo o que foi dito ressalta a seguinte reflexão: estando, em geral, todos os militares sujeitos ao dever de obediência à constituição militar, a par da obediência genérica à Lei Fundamental, a concretização dela operada pelo legislador ordinário por via, entre muitos outras, das Leis nºs 3/2001 e 4/2001, tem de ser constantemente acompanhada para detectar violações, distorções ou omissões, seja nas suas normas, seja na aplicação prática delas, devendo ser usados pelos interessados todos os meios, graciosos e/ou contenciosos, para evitar ou remediar tais situações.



LÚCIO MIGUEL CORREIA

DOCENTE UNIVERSITÁRIO E ADVOGADO
DA MGRA SOC. ADVOGADOS

O PODER LOCAL E O DESPORTO

Uma Visão para o Futuro

O Desporto é um fenómeno milenário cuja importância social e económica atual constitui um fato incontestável e incontornável manifestando-se hoje em dia, nas mais diversas facetas[1].

A atividade desportiva surge-nos nos primórdios das manifestações humanas, e a sua prática iniciou-se por motivos relacionados com a religião, defesa pessoal, destreza física e educação. Como se sabe, o Desporto tem com provável berço a Grécia antiga, em que, já nessa altura, se organizavam os Jogos Olímpicos[2].

É incontornável que a definição e entendimento sobre o que é o Desporto variou ao longo dos tempos, tendo em conta a sua importância do ponto de vista social, político, económico e cultural, não tendo atualmente, e em pleno século XXI, o mesmo contexto e aceção sequer dos primórdios do século passado[3].

Pelo que, apesar da notória indiferença até então, foi nesta altura, que se iniciou o "namoro" entre o Desporto e o Direito nos vários países da Europa, daí resultando uma relação de proximidade com diferentes tipos de altercações pontuais, que jamais terminará.

Ora, perante a crescente importância, social e económica que o Desporto tem vindo a assumir desde meados do século XIX, o Direito, enquanto produto social milenário, não poderia, obviamente, alhear-se ou ficar indiferente[4].

---

[1] Segundo MALRAUX, «o século XX não se explica apenas com o Desporto, mas é muito pouco sem ele», *O século XX e o desporto*, Desporto, n.º3, 2000, pp. 48-50.

[2] Sobre as origens do Desporto veja-se LACERDA E MELO, F., *Legislação e doutrina,* in Antologia Desportiva, n.º 11, ed. Direcção Geral dos Desportos, Lisboa, 1978, p. 9 e segs.; PEREIRA BASTOS, J., *Desporto profissional,* in Desporto e Sociedade. Antologia de textos, ed. Direcção Geral dos Desportos, Lisboa, 1986, p. 43 e segs.; ALBOR SALCEDO, M., *Deporte y Derecho*, ed. Trillas, México, 1989, p. 25 e segs e REAL FERRER, Gabriel, Derecho Público del Deporte, Ed. Civitas, S.A. Madrid, 1991, p. 41 y ss e CARDENAL CARRO, Miguel, Deporte y Derecho: las relaciones laborales en el deporte profesional, Universidad de Murcia, 1996, p. 39 y ss.

[3] Sobre o percurso histórico do fenómeno desportivo desde as suas origens até aos nossos dias veja-se MANDEL, *Sport: A Cultural History*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1999, e LEVINSON & CHRISTENSEN (ed.), *Encyclopedia of World Sport : From Ancient Times to the Present*, 3 vols., ABC – CLIO, Santa Barbara – Denver – Oxford, 1996.

[4] Como constatou KÉBA MBAYE, "o desporto é certamente, nos dias de hoje, o fenómeno social com maior importância, em virtude dos factores políticos económicos e humanos que estão em jogo. Ele deve prestar-se á vigilância de regras de direito, sem as quais a coexistência dos que o compõem será impossível." *Intervention, IIIéme Congrés de l'Association Egyptienne des Juristes Francophones,* XXVIIéme Congrés de l'Institut International de Droit d'Expression et d'Inspiration Françaises, Sport et Droit, Bruxelles : Bruylant, 2000, p. 22.

Porque todo o poder na vida das sociedades afirma-se no Direito, o Desporto, desde os seus primórdios que, tem por isso, necessidade de uma organização normativa[5].

O Desporto em Portugal, sobretudo a partir de meados do séc. XX, ao assumir um importante fator de evolução económico-social assente em formas de associativismo muito específicas, é erguido a matéria de interesse público, fundamento esse, justificativo da intervenção do Estado na orientação, disciplina e enquadramento da atividade desportiva no ordenamento jurídico.

Este sistema desportivo português continuou muito centralizado no papel do Estado e nas federações desportivas extremamente dependentes do mesmo[6], não obstante o surgimento de outros diplomas[7]. Pelo que esta situação apenas se alterou com a Constituição da República de 1976 e após a queda do regime ditatorial até então vigente, em 1974.

Com a consagração constitucional do direito ao desporto (art.º 79º da CRP de 1976) como um direito fundamental, incumbindo o Estado no dever de promover, estimular, orientar e apoiar a prática e difusão do desporto, e principalmente, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Desportivo (LBSD), em 13 de Janeiro de 1990, originou uma profunda alteração no fenómeno desportivo nacional, e na forma como o Estado português, partir desse momento, começou a olhar para o Desporto[8].

A consagração de tão importante Direito fundamental determinou que o Estado ficasse incumbido no dever de promover, orientar, estimular e apoiar a prática de difusão do Desporto. Porém, esta incumbência não é solitária.

---

[5] CONSTANTINO FERNANDES, A. no Prefácio datado de 10 de Maio de 1945, à sua obra *O Direito e os Desportos (Breve estudo de direito desportivo)*, Lisboa : Procural Editora, 1946.

[6] Como refere ALEXANDRA PESSANHA "...a prática desportiva desenvolve-se no seio de quadros organizativos próprios, assentando em formas de associativismo muito específicas, apenas apoiada e fomentada pelo Estado atenta a sua utilidade social. Trata-se porém, de uma utilidade circunscrita a uma colectividade ou a um grupo de pessoas que não carece de ser satisfeita pelo Estado mas pelos próprios interessados [...] E por isso o Estado ocupa-se do desporto competição, enquadrando-o juridicamente mas não assumindo como própria a sua realização. Essa é deixada a cargo dos próprios interessados: as federações desportivas", *As Federações Desportivas (contributo para o estudo do ordenamento jurídico desportivo)*, Coimbra : Coimbra Editora, 2001, p. 30.

[7] Destaque-se o Decreto-Lei n.º 82/73, de 3 de Março que organizou a Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. Sobre o referido Decreto-Lei veja-se ALEXANDRA PESSANHA, *As Federações desportivas*...ob. cit., pp. 53-4.

[8] Como constata JOSÉ MANUEL MEIRIM, "O artigo 79º - onde se consagra o direito fundamental de todos ao desporto, em termos que não encontram paralelo nos países da União Europeia", in *A Federação Desportiva como Sujeito Público do Sistema Desportivo*, Coimbra: Coimbra Editora, 2002, p. 70.

Nos termos do art. 79º nº2 da CRP: «Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto».

Perante tal, o Estado recolhe pois, a competência necessária para intervir publicamente no fenómeno desportivo, recorrendo porém, ao desenvolvimento de uma complexa organização desportiva fundamental no sistema desportivo nacional para prosseguir os fins conferidos à Administração Pública, isto é, as Federações Desportivas.

É através das Federações Desportivas[9], cujo regime jurídico está definido no Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de Dezembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 93/2014 de 23 de junho (RJFD) que se concretiza a delegação de poderes de natureza pública do Estado no âmbito da gestão exclusiva da respetiva modalidade desportiva ou conjunto de modalidades afins[10] [11].

As Federações Desportivas portuguesas, enquanto titulares do estatuto de utilidade pública desportiva, têm competência exclusiva para o exercício dentro do respectivo âmbito, de poderes de natureza pública, bem como a titularidade de direitos especialmente previstos na lei, incumbindo-lhe a coordenação e orientação dos quadros competitivos da modalidade, e participar ativamente na

---

[9] Na atual Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD), aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro entende-se por Federação Desportiva (art. 14º): as pessoas coletivas constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos que, englobando clubes ou sociedades desportivas, associações de âmbito territorial, ligas profissionais, se as houver, praticantes, técnicos, juízes e árbitros, e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da respectiva modalidade, preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:
a) Se proponham, nos termos dos respectivos estatutos, prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos gerais:
i. Promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática de uma modalidade desportiva ou de um conjunto de modalidades afins ou associadas;
ii. Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
iii. Representar a sua modalidade desportiva, ou conjunto de modalidades afins ou associadas, junto das organizações desportivas internacionais, bem como assegurar a participação competitiva das selecções nacionais;
b) Obtenham o estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública desportiva.

[10] Sobre a importância das Federações Desportivas no atual quadro normativo do sistema desportivo nacional e no desenvolvimento do movimento associativo desportivo e do desporto em Portugal vide por todos ALEXANDRA PESSANHA, *As Federações Desportivas*…ob. cit.

[11] Para um estudo mais detalhado sobre o Novo Regime Jurídico das Federações Desportivas, veja-se LÚCIO MIGUEL CORREIA e LUÍS PAULO RELÓGIO, *O Novo Regime Jurídico das Federações Desportivas Anotado,* Lisboa, Vida Económica, 2ª Edição, 2017.

definição da política desportiva nacional devendo cumprir os objetivos de desenvolvimento e generalização da prática desportiva, garantir a representatividade e o funcionamento democrático internos, em especial através da limitação de mandatos, bem como assegurar a transparência e a regularidade da sua gestão (vide art.º 13º do RJFD).

Contudo, a grande verdade é que estas entidades federativas na prossecução dos seus direitos e deveres estipulados no referido regime jurídico recorrem inúmeras vezes ao Poder Local, para a concretização e execução dos seus planos de atividade, pelo que o papel essencial das autarquias e respetivos órgãos nesta matéria vai muito para além da mera prossecução de interesses próprios das populações respetivas, substituindo não poucas vezes o Estado na promoção, estímulo e apoio à prática de difusão do Desporto nacional.

Como se sabe, o Poder Local tem sido entendido como o poder que existe por força da Constituição da República Portuguesa (art. 235º e segs)[12] garantido pelas suas normas próprias e específicas, que completam e auxiliam o poder exercido pelos órgãos de soberania, e que, por essa razão, deve ser assegurado o seu enquadramento ao nível das políticas públicas.

Não obstante estamos perante um poder que faz parte integrante da organização do Estado, os órgãos representativos das comunidades locais, atendendo à sua função social no fenómeno desportivo, não podem ser por si ignorados ou arbitrariamente dissolvidos, pois os mesmos constituem uma forma de limitação do poder político num contexto pluralista de organização da Administração Pública.

Sem prejuízo do supra referido, a indubitável realidade do nosso País, demonstra que as autarquias locais são essenciais na execução das políticas públicas do Desporto nacional, sem que às mesmas lhes seja reconhecida a qualidade de parceiro estratégico fundamental, quer no domínio legislativo fundamental cuja ausência do art. 79º da CRP deveria, desde há muito deveria ter sido revista, quer no domínio legislativo ordinário em que existe margem significativa para dotar as autarquias de uma autonomia maior, não dignificam a sua inolvidável importância.

---

[12] De acordo com o art. 235º da CRP: 1. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais. 2. As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.

Como se sabe também, a afirmação da pluralidade do "desporto para todos", como princípio da prioridade pública encontra, para além do artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa, significado especial nas atribuições e competências das autarquias locais no domínio desportivo definidas na Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro[13].

Face ao exposto, continuar a ignorar a sua fulcral importância do Poder Local a nível social no âmbito e domínio desportivo é, pois, não constatar a realidade dos fatos e contradizer os interesses, necessidades e expectativas das populações, assim como, o interesse público nacional que nesta matéria lhe está subjacente.

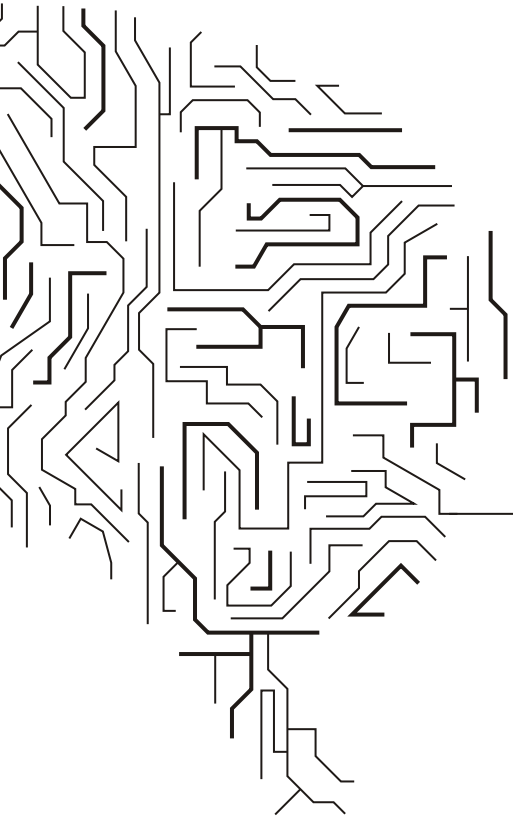
Passados mais de quarenta anos sobre a primeira consagração normativa constitucional do Direito ao Desporto, em que o Estado reconhece e admite legalmente, a sua incapacidade de gestão global no fenómeno desportivo, julgo que está mais do que na hora de se dotar as autarquias de um conjunto de competências legais, necessariamente articuladas com os direitos e deveres das federações desportivas dotadas de estatuto de utilidade pública desportiva, para que o princípio constitucional da descentralização administrativa tenha efeitos práticos significativos no desenvolvimento do Desporto português.

Só uma visão global do fenómeno desportivo no seu todo, alicerçado num reforço legislativo do Poder Local, em sintonia com as escolas, federações desportivas e clubes, permitirá o desenvolvimento do mesmo a nível nacional.

Aqui fica o meu modesto contributo nesse sentido.

---

[13] A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.



JOSÉ DA CUNHA BARROS

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
E INVESTIGADOR INTEGRADO
DO CAPP-ISCSP-ULISBOA

SOLIDARIEDADE COMUNITÁRIA E DINÂMICA ASSOCIATIVA NUM CONTEXTO TERMAL: A CURIA REVISITADA

Sumário:

Introdução

1 ¬ Considerações teórico-metodológicas

2 ¬ Os contextos regional, demográfico, social e cultural

3 ¬ A população local perante o trabalho

4 ¬ Solidariedade e coesão territorial e comunitária

5 ¬ As associações populares de Tamengos

6 ¬ Resultados do inquérito por questionário às associações locais

7 ¬ A dinâmica associativa em Tamengos na atualidade

Considerações Finais

Introdução

Com o presente trabalho pretende-se retomar um estudo anteriormente realizado sobre as termas da Curia, e revisitar as associações populares (voluntárias), da Freguesia de Tamengos (Anadia) com destaque para aquelas que prosseguem objetivos de caráter recreativo, cultural e desportivo, tendo sido selecionadas para efeitos de estudo duas coletividades que concretizavam então atividades regulares significativas, assunto esse que justificou a integração de um capítulo no trabalho. As referidas coletividades foram a Associação Recreativa e Cultural de Tamengos e o Centro Sócio-Cultural de Horta.

As associações populares têm um forte caráter local, resultantes que são da livre iniciativa e participação da população local, e integram contextos mais amplos, como são o regional e o nacional. Do exposto resulta que, na presente revisita à Curia, se procurou olhar para as associações no contexto em que se integram, e daí as múltiplas referências e considerações apresentas na presente análise que se referem ao contexto socio-demográfico, económico, social e cultural respeitante ao lugar e à região.

Embora tivéssemos interesse particular pelas atividades associativas ligadas à cultura e ao recreio não deixámos de considerar as que se referem ao desporto. Afinal, este tipo de associações, segundo Viegas, pode se classificado como sendo de "expressão mista", nelas cabendo, com maior ou menor expressão, segundo nossa interpretação, a cultura, o recreio e o desporto (cf. Viegas, 1986, p. 104).

O trabalho em referência teve um caráter paradoxalmente amplo e restrito, tratando-se de uma pesquisa monográfica sobre as termas da Curia. Na investigação realizada procurámos determinar quais as mudanças observadas na vida coletiva (comunitária) e na atividade termal. No caso, as termas deixaram de circunscrever a sua atividade ao aquismo, ou seja, às atividades essencialmente curativas, passando a predominar o turismo de saúde.

Na hipótese de partida foi considerado que a referida mudança de paradigma terá suscitado consequências, a nível das populações e das comunidades locais, dos agentes económicos, dos turistas e outras clientelas das termas.

A investigação culminou na apresentação e defesa, na Universidade Técnica de Lisboa, em finais dos anos 90 do século XX, de uma tese de doutoramento na área das Ciências Sociais. A pesquisa realizada baseou-se na

antropologia do turismo, mas procurámos adotar uma perspetiva multidisciplinar. O trabalho, subsequentemente, veio a ser publicado em livro (cf. Barros, 2002).

O objetivo genérico da referida pesquisa foi analisar a realidade em estudo, onde o termalismo assume um papel fundamental, tornando-se até um dos principais fatores identitários, considerando os diversos agentes envolvidos na atividade económica, social e cultural. Os destinatários da atividade termal e dos espaços de lazer circundantes foram também objeto de destaque, considerando as clientelas em geral e, em particular, os turistas, excursionistas e outro tipo de visitantes.

Às comunidades locais foi atribuída particular importância. No caso, introduzimos, entre outras, questões que se prendem com a manutenção das identidades e também com as mudanças observadas.

No que respeita às termas da Curia, as questões demográficas assumem particular relevância, como as que respeitam à sua evolução histórica. Embora o estudo fosse conduzido numa perspetiva sincrónica, não deixaram de se realizar também, quando necessário, abordagens de caráter diacrónico, designadamente no que respeita à população. É de notar que a população da Freguesia de Tamengos (que integra as termas da Curia), na sua evolução histórica, ter sido objeto de mudanças muito significativas, sendo algumas de caráter geográfico (expropriações de terrenos agrícolas), outras demográficas (fixação de pessoas), sociais (diversificação dos modos de vida da população local), e culturais (novos valores e referências culturais) (cf. Barros, 2002, p. 163).

Mais do que analisar a realidade em estudo de forma segmentada, procurou-se adotar uma visão holística que nos ajudasse a compreender a realidade em análise de forma integrada, observar as redes solidárias e de interação existentes e emergentes, e determinar a importância das termas como pólo de desenvolvimento e fator de mudança a nível regional e local.

No que respeita ao termalismo como fator de mudança, procurámos verificar, no caso da Curia, o que significou para a região e para as comunidades locais, a exploração das termas, a partir de 1902 (data da primeira concessão). No caso, numa perspetiva diacrónica, para além da fase inicial, pelas razões já referidas, dedicámos particular atenção à fase compreendida entre 1920 e 1950, em regra considerada como a do período áureo das termas da Curia.

Ainda no que respeita à comunidade local, foi atribuído particular destaque aos residentes no lugar da Mata, onde se localizam as fontes termais, assim como

aos residentes no lugares de Tamengos[1], Curia e Horta, populações essas localmente sedentarizadas desde longa data. Nesse âmbito, considerámos de interesse analisar aspetos relacionados com a sociabilidade, as relações de vizinhança e, também, respeitantes à relação e às interações entre a população local e os turistas, aquistas, e outros visitantes.

No que respeita aos aquistas, regista-se, em regra, uma elevada fidelidade à estância, principalmente por parte dos que frequentam as termas para tratar ou minimizar alguns problemas de saúde. No caso da Curia, a referida clientela tem de observar, durante a sua estadia, "protocolos" muito restritivos que se pautam pelo tratamento e pelo repouso, daí registar-se uma elevada sedentarização e permanência no local. Daí, os meios de acolhimento hoteleiro deverem proporcionar, aos seus clientes, espaços onde possam estar, descansar e conviver. Para além da hotelaria tradicional, a Curia oferece também meios complementares de acolhimento, a chamada "oferta paralela", a qual envolve diretamente alguns dos residentes que, para o efeito, adaptaram as suas residências. Assim, para além da hotelaria tradicional, considerámos o acolhimento aos aquistas proporcionado pela população local. No caso, foram criadas frequentemente relações de amizade entre os hospedeiros e os hóspedes.

O referido meio complementar de acolhimento foi também objeto de atenção particular, não só pelas suas particularidades, como pela importância que assume para a economia e a cultura locais. É um fenómeno que tem sido objeto de atenção por parte de diversos investigadores. No caso, Mendonsa (1982), a propósito deste tipo de acolhimento, numa pesquisa que realizou em Portugal, comprovou que *o aluguer de quartos e até de casas condiciona de diversas formas a vida nas comunidades e também nas famílias. Analisando o caso particular da Nazaré verificou que, como consequência da referida atividade, foi registada a emergência de novos símbolos de prestígio em resultado do dinheiro ganho com a atividade turística* (cf. Barros, 2002, p. 86).

1 ¬ Considerações teórico-metodológicas

Com a presente pesquisa pretende-se revisitar uma realidade que foi objeto de estudo (termas da Curia), neste caso não como objeto de estudo, mas

[1] No texto "Tamengos" surge com duas aceções: como termo genérico que designa uma das freguesias do Concelho de Anadia e como lugar integrante da referida freguesia.

para enquadrar a análise agora incrementada que incide agora, como foi referido, em particular sobre as associações locais (Tamengos) que prosseguem fins de caráter cultural, recreativo e desportivo, que se pretende destacar sobre o associativismo local, popular, de caráter cultural, recreativo e desportivo.

A pesquisa anteriormente realizada sobre as termas da Curia foi concretizada com recurso a uma multiplicidade de métodos e técnicas, tanto mais que se tratava de um universo restrito, mas complexo, e ter havido necessidade de contactar muitas entidades. Realizámos inicialmente uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental que incidiu sobre as múltiplas entidades que tutelam a atividade termal, designadamente nos domínios geológico, de saúde, e turístico.

Subsequentemente, no trabalho de terreno, recorremos à observação-participante, a entrevistas (semi-estruturadas), e a histórias de vida. Utilizámos também inquéritos por questionário que terão constituído um dos nossos principais instrumentos metodológicos. Os referidos inquéritos foram aplicados a múltiplos atores: população local; agentes e hotelaria tradicional; excursionistas; e associativismo local voluntário (associados, dirigentes e associações). Os resultados obtidos através deste instrumento foram validados através do cruzamento de dados e com recurso a métodos qualitativos.

Como foi referido, entendemos que as associações locais assumem uma relevância muito grande sobretudo tratando-se de pequenas comunidades. No trabalho realizado considerámos o associativismo como elemento essencial para melhor compreensão da realidade em análise. Tratava-se, no caso, do associativismo popular (voluntário), com destaque para as associações recreativas e culturais que integram um tipo de associativismo que embora em crescimento, pode contribuir de forma mais significativa para os indivíduos e grupos integrantes de comunidades locais. Lembra Viegas que "as questões referentes ao associativismo popular têm sido tratadas no caso português no âmbito da História Económica e Social e, particularmente, nos estudos referentes ao movimento operário".

Importa notar que se bem que nos estudos realizados se venha a privilegiar a dimensão política, com relevo para o estudo de associações de classe, cooperativas, de socorros mútuos, entre outras, o que é compreensível tendo em conta a génese do associativismo popular, não deixando de ser necessário e pertinente prestar também atenção a outro tipo de coletividades, designadamente aquelas que, segundo Viegas, estão "mais circunscritas a práticas ditas recreativas e culturais" (cf. Viegas, 1986, p. 103).

Quanto aos utilizadores das termas, com destaque para os aquistas,

utilizámos os resultados de um inquérito realizado, na época, por Claudino Ferreira, docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (cf. Claudino Ferreira, 1994).

O inquérito por questionário por nós realizado sobre as associações locais foi aplicado em 1996, com recurso aos respetivos dirigentes, inquérito esse que teve por objeto as associações integrantes da Freguesia de Tamengos, tendo nós considerado para o efeito as coletividades selecionadas por desenvolverem atividade relevante no âmbito da cultura e recreio e desporto. As referidas coletividades estão localizadas nos Lugares de Tamengos e da Horta. Como foi referido analisámos a Associação Recreativa e Cultural de Tamengos e o Centro Sócio-Cultural de Horta, os quais ainda hoje prosseguem a sua atividade.

O trabalho agora apresentado, como foi salientado, baseia-se na pesquisa que realizámos (anos 90 do século XX). O associativismo popular de Tamengos insere-se num contexto particular e, daí, não fazer sentido retomar o estudo então efetuado sobre as associações, sem fazer o necessário enquadramento.

No entanto, dado o espaço temporal já decorrido, considerámos útil efetuar uma atualização de alguns dados apurados anteriormente. Para o efeito, construímos agora um breve questionário que, no que respeita às referidas associações, nos permitisse, entre outros, verificar qual o número atual de associados, considerando também a frequência por sexos; as principais atividades presentemente privilegiadas (por iniciativa própria e em colaboração); as atividades introduzidas desde 1997 (e aquelas que caíram em desuso); a atual frequência e grau de participação nas diversas atividades; os dias e períodos com frequência mais significativa; e, também, as atividades realizadas no espaço público com destaque para aquelas que se referem ao turismo/aquismo.

Para atualização dos referidos dados e tendo em vista a aplicação do questionário, tal como já havia acontecido na pesquisa inicial, foi fundamental o contributo de alguns bons amigos que têm realizado investigação a nível regional e local do maior interesse e prestado contributos muito relevantes para o melhor conhecimento da realidade em análise, designadamente a nível histórico, social e cultural[2].

---

[2] Contámos com a colaboração prestimosa do Doutor Nuno Rosmaninho, professor da Universidade de Aveiro e Investigador consagrado com obra publicada muito relevante e que tem dedicado particular atenção à Anadia e sua região, e também do Dr. Rui Godinho que se tem dedicado à investigação produzindo estudos no âmbito da história local e publicado trabalhos de grande interesse.

Na atividade associativa a participação constitui uma questão importante cuja análise deve assentar em instrumentos adequados. Para o efeito revisitámos Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer (1993), que numa pesquisa realizada em Oliveira do Douro aplicaram uma classificação que lhes permitiu avaliar o envolvimento da população local na vida coletiva através da participação em associações locais. Os autores em referência determinaram cinco (5) níveis de envolvimento: não envolvidos; pertence sem grande participação; utiliza vantagens; apoia ou organiza; apoia e organiza (vide Rodrigues e Stoer, 1993, p. 182).

Para além dos autores em referência utilizámos agora, complementarmente, o modelo de análise introduzido por Klaus Heinemann (1999). Este autor desenvolveu um instrumento de análise que nos permite determinar algumas tipologias e formas de adesão dos membros de uma associação. Embora Heinemann tenha tratado do caso particular da atividade desportiva, o modelo que apresenta é operacional e aplicável a outras categorias, designadamente no caso das associações culturais e recreativas. É de notar que muitas associações que prosseguem fins de caráter cultural e recreativo integram também, frequentemente, entre os seus objetivos, atividades desportivas. Trata-se, no essencial e de acordo com Viegas, como já foi referido, de associações de "expressão mista", (cf. Viegas, 1986, p. 104).

QUADRO 1 · Modelo de Heinemann: Tipos de sócios segundo o grau de adesão

	[DIMENSÕES]	
Ativo	← **Grau de atividade** →	**Passivo**
Presente	← **Grau de presença** →	**Ausente**
Implicado	← **Grau de participação** →	**Não implicado**
Predisposto	← **Grau de colaboração** →	**Não predisposto**
Tipos	**C A** **D B**	

Fonte: K. Heinemann, 1999, p. 144

A tipologia apresentada por Heinemann contempla quatro dimensões que procuraremos transcrever de forma sintética. A primeira dimensão refere-se à adesão dos associados, isto é, "descreve o grau de atividade, ou seja em que medida o respetivo sócio pratica um desporto. Por um lado, estão aqueles sócios que fazem desporto com regularidade, digamos pelo menos uma vez por semana [...]. Por outro estão aqueles que praticamente nunca fazem desporto ativamente.

São os sócios passivos" (Heinemann, 1999, p. 144).

A segunda dimensão descreve "o aproveitamento das prestações adicionais e demais ofertas no clube. Trata-se, no essencial, do *grau de presença no clube*". A nível do grupo incluem-se prestações de serviços como festas e excursões, devendo diferenciar-se também, nesta dimensão, os membros que aproveitam as ofertas adicionais e aqueles que têm um papel passivo (Heinemann, 1999, p. 144).

A terceira dimensão "descreve *o grau de participação nas decisões democráticas do clube*. Segundo esta, de novo se deve estabelecer a distinção entre os sócios que de modo algum influenciam na tomada de decisões e os sócios ativos na política do clube" (Heinemann, 1999, p. 146).

A quarta dimensão "distingue com base no grau de colaboração voluntária e não remunerada. Com isso de novo se pretende distinguir se o sócio ocupa um cargo no clube ou se, sem estar vinculado a um cargo, está disposto a colaborar (de forma informal)" (Heinemann, 1999, p. 146).

2 ¬ Os contextos regional, demográfico, social e cultural

O estudo sobre as termas da Curia incidiu mais particularmente sobre os lugares integrados na Freguesia de Tamengos que entendemos terem uma relação mais estreita com o ambiente e a atividade termal, por questões de proximidade, identidade, e interesse económico. Como foi referido trata-se dos Lugares da Curia, Horta, Mata e Tamengos. Foram os referidos lugares que mereceram a nossa atenção particular e uma análise mais detalhada. Importa notar que o referido trabalho teve lugar num momento anterior ao da extinção da Freguesia de Tamengos, ocorrida em 2013. Foi então criada uma nova Freguesia em resultado da agregação da Freguesia de Tamengos às Freguesias de Aguim e Óis do Bairro, dando origem à "União das Freguesias de Tamengos, Aguim, e Óis do Bairro"[3].

Os lugares da Curia, Horta, Mata e Tamengos têm registado, ao longo do

[3] Sobre a questão da reorganização administrativa do território vide a Lei nº 11-A/2013 de 28 Janeiro (Reorganização administrativa do território das freguesias). Sob o ponto de vista histórico, como foi referido no trabalho anterior, a Freguesia de Tamengos foi criada na sequência da promulgação da Constituição de 1838, ficando integrada no Concelho da Mealhada, onde se manteve até 1853. Passou para o Concelho de Anadia, criado na sequência da reforma de 6/11/1836. É de notar ainda que a Freguesia de Tamengos integrou os Lugares de Tamengos, Curia, Horta, Aguim e Alpalhão e Peneireiro. Em 1989, com a criação da Freguesia de Aguim, os lugares de Aguim, Alpalhão e Peneireiro foram integrados nesta última freguesia.

tempo, algumas mudanças, mais ou menos evidentes, como as de caráter demográfico. Para o efeito, o período que foi objeto de análise, de forma mais detalhada, situa-se 1991 e 2001[4]. Verificou-se então uma tendência para o crescimento da população residente na Freguesia de Tamengos (vide Tabela 1). No caso dos lugares da Curia, Mata e Tamengos observou-se um crescimento efetivo no referido período (vide Tabela 1). No entanto, o lugar de Horta, considerado como o mais rural e periférico entre aqueles que estão "associados" às termas da Curia, constitui uma exceção pois registou um decréscimo populacional (vide Tabela 1).

TABELA 1 · População da Freguesia de Tamengos e de Lugares da Freguesia (1991/2001/2011)

Freguesia, Lugares, outros		População Residente 1991 (HM)	População Residente 2001 (HM)	População Residente 2011 (HM)
TAMENGOS	(Freguesia)	1422	1623	1602
CURIA	(Lugar)	292	337	362
HORTA	(Lugar)	274	261	249
MATA	(Lugar)	496	514	545
TAMENGOS	(Lugar)	301	335	363
ÓIS DO BAIRRO	(Lugar)	—	17	21
RIBAFORNOS	(Lugar)	—	7	19
ISOLADOS		59	76	
RESIDUAL		—	76	43

Fonte: Censos da População de 1991, 2001, e 2011

Embora se tenha registado, na generalidade, um crescimento da população local, pode dizer-se que tem sido um crescimento moderado, o que significa que a Curia tem tido um fraco poder de atratividade, processo esse que é acompanhado pelo envelhecimento da população local.

3 ¬ A população local perante o trabalho

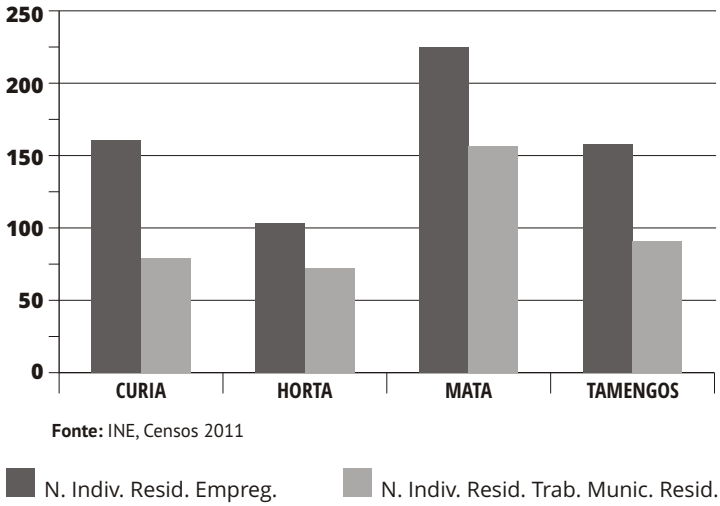
Com referência a 2011, com base no Censo então realizado, constatou-se que os lugares da freguesia de Tamengos objeto de análise, registaram um número

[4] Os Censos populacionais constituíram um elemento de apoio essencial ao desenvolvimento da pesquisa.

significativo de residentes exercendo então atividade económica (população empregada). Como os censos populacionais anteriores a 2011 não contemplaram o referido indicador (atividade laboral) não será possível estabelecer comparações com períodos anteriores com base no referido instrumento estatístico. No entanto, como as mudanças a nível local se têm processado de forma bastante discreta tal sugere que não se terá observado anteriormente uma situação muito diferente.

Considerando os lugares da Freguesia de Tamengos, constatou-se também que, do total de residentes empregados, um número significativo exerce a sua atividade no âmbito do município de residência. Os lugares de Tamengos e da Horta, onde se situam as duas associações em análise, enquadram-se no caso referido. A questão da mobilidade entre o local de residência e de trabalho, movimentos "pendulares", constitui um instrumento importante para se avaliar das condições de vida da população ativa (vide gráfico 1).

GRÁFICO 1 · Indivíduos residentes empregados e Indivíduos residentes a trabalhar no município de residência (2011)



Fonte: INE, Censos 2011

A mobilidade por parte da população local e a distância percorrida são, entre outros, indicadores das mudanças observadas quanto aos novos símbolos identitários que passam a ter um caráter dominante. A tal respeito, Remy e Voyé comprovam os efeitos dos processo de urbanização e inventariam algumas razões

justificativas da crescente perda de centralidade das pequenas comunidades periféricas e do mundo rural:

> "En effet, allors qu`auparavant c`était l`espace social intérieur (le village ou la maison) qui était connoté positivement comme lieu privilégié de déroulemet de l`essenciel de la vie sociale, on assiste à une inversion de la connotation en ce sens qu`aujourd`hui, rester enfermé dans son village ou dans sa maison est considéré comme le signe d`un horizont étroit et d`une rupture par rapport aux lieux où se passent les choses importantes, tandis que les déplacements et la mobilité sont lus en termes d`accroissement, au moins potentiel, d`autonomie et d`élargissement des expériences". (cf. Rémy e Voyé, 1981, p. 27.

Não obstante se ter registado na região em análise uma taxa de atividade significativa, observou-se, em contrapartida, um índice de dependência geral muito elevado. O referido índice constitui um instrumento de análise que nos permite estabelecer uma relação entre a população em idade ativa (15 aos 64 anos) e a população dependente, seja com menos de 15 anos e com 65 e mais anos.

Os dados recolhidos a nível de freguesia (Tamengos) permitiram-nos confirmar que o índice de dependência geral para a freguesia foi de 59.89 em 1981 e de 56.09 em 1991. A população portuguesa apresentou um índice de dependência geral de 58.6 em 1981 e de 50.6 em 1991.

Não foram apresentados índices de dependência de jovens e de idosos. No entanto, tratando-se de uma população envelhecida tudo indica que o peso mais significativo se refira aos idosos.

4 ¬ Solidariedade e coesão territorial e comunitária

Foi anteriormente comprovado, sobretudo em resultado da realização de entrevistas em profundidade e de histórias de vida, que os residentes na Freguesia de Tamengos têm preservado muitas caraterísticas identificadoras da comunidade, como sejam a entreajuda, a cooperação, as relações de vizinhança, a solidariedade, e o interconhecimento. No caso, os informantes qualificados confirmaram a importância da família, na comunidade local e, também, a

relevância que ainda se observa no processo de transmissão oral, intergeracional, dos valores e tradições (cf. Barros, 2002, p. 168).

Em contrapartida, foram também detetadas situações que se configuram como de tensão e conflito, manifestas e latentes, em particular nas relações entre os residentes dos diversos lugares da freguesia. No entanto, deve notar-se que, paradoxalmente, os conflitos e antagonismos podem ter efeitos positivos, contribuindo até para a coesão dos grupos. A tal propósito, Gilmore, apresenta algumas considerações pertinentes, baseado entre outros nas análises de Simmel. No caso, merecem destaque ideias como aquela que nos diz que os grupos antagónicos se unem para lutar e, também, do compromisso mútuo resultar das ligações afetivas e da rivalidade. No essencial, "Simmel sentia, en particular, que los lazos sociales se componen non sólo de afecto o de una parsoniana afinidade de roles, sino que están cimentados también en la competición, el conflicto, la envidia y la oposicion de roles"(cf. Gilmore, 1994, p. 59).

Pode dizer-se que a entreajuda, a cooperação, as relações de vizinhança, para serem levados à prática dependem, entre outros, da existência de redes e ligações sociais que permitam que os indivíduos possam não só preservar como incrementar a sociabilidade. Nesse processo as associações podem ter um papel fundamental, como é salientado por Roger Sue ao sublinhar a importância do associativismo nas ligações sociais:

> "A recomposição da ligação social em torno da associação e dos seus valores ultrapassa amplamente o quadro informal das relações interpessoais e da esfera privada. A ligação de associação tende logicamente a difundir-se e a impregnar progressivamente o conjunto das relações sociais. Ao lado das ligações comunitárias e contratuais, mas também contra elas, a ligação de associação difunde-se progressivamente da base para o topo" (Sue, 2004, p. 123).

Portanto, pode dizer-se também que a referida preservação e revitalização dos valores da cultura e das tradições locais passa por estratégias e ações muito diversificadas, assim como por uma multiplicidade de atores individuais e coletivos, como é o caso de associações locais, da imprensa regional e local, das revistas científicas de âmbito regional e local, os quais frequentemente contribuem também para a preservação e ativação da memória coletiva.

5 ¬ As associações populares de Tamengos

Como foi referido, o inquérito realizado em 1996 centrou-se na análise de duas associações populares da freguesia de Tamengos que se considerou como tendo atividade relevante, inquérito esse que incidiu em particular sobre os seus associados, considerando o tipo e a intensidade da participação. A Associação Recreativa e Cultural de Tamengos foi fundada em 7 de Abril de 1979 e, à época, possuía um total de 129 associados. O Centro Sócio-Cultural de Horta foi criado em 17 de Fevereiro de 1992 (início de atividade em 1 de Janeiro de 1993) possuindo então 222 associados. Embora o questionário tenha incidido sobre os associados das referidas associações, na pesquisa foram também considerados os utentes não associados.

Para além das referidas associações locais existiram outras que, no entanto, cessaram as suas atividades. No entanto, uma delas, a Sociedade Columbófila, embora tenha deixado de exercer atividade mantinha, no entanto, à época do estudo, o respetivo espaço físico.

As associações locais de caráter popular locais e a dinâmica associativa constituem fatores de fundamental importância como facilitadores da agregação e da participação cidadã sobretudo nas sociedades modernas, as quais se apresentam com caraterísticas cada vez mais multiculturais e, em particular, cujas comunidades locais vão perdendo as suas referências. Não é o caso das comunidades em estudo que à data da pesquisa não se caraterizavam pela heterogeneidade, no que respeita à população, nem revestiram um caráter multicultural, o que não invalidou que viessem também a perder o seu caráter polarizador em termos de promoção de atividades e de atração de pessoas. A importância das coletividades como fator aglutinador é destacado por Rodrigues e Stoer (1993) :

> "Em comunidades onde rareiam os fatores internos de atração da população local, designadamente no que respeita à animação ou ao lazer, as coletividades cuja criação resulta da vontade manifesta e voluntária por parte de elementos de população podem assumir uma função relevante como fatores de promoção de atividades coletivas e de aglutinação da comunidade" (cf. Barros, 2002, pp. 178-179).

Portanto, tem-se vindo a confirmar que as associações locais, sobretudo quando resultem da vontade popular, podem e devem assumir um papel mobilizador e agregador dos indivíduos, grupos, comunidade, como facilitadores da participação dos indivíduos e grupos na sociedade.

6 ¬ Resultados do inquérito por questionário às associações locais

Um dos indicadores que foi analisado refere-se à distribuição dos associados por classes etárias. À data da realização do inquérito por questionário constatou-se que a idade dos associados ligados às duas associações era bastante diversificada. No entanto, no caso do Centro Sócio-Cultural da Horta, observava-se então um predomínio de associados cujas classes etárias se situavam predominantemente no intervalo 25-44 anos (43,2%), enquanto, no caso da Associação de Tamengos havia um predomínio dos associados com idades entre os 18 e os 44 anos (56,8%). Neste caso, também se observou um número significativo de associados com idade igual ou superior aos 45 anos (43,2%). Nos dois casos, não foi confirmada a existência de associados com idades inferiores aos 18 anos. Observando apenas o caso particular do Centro Sócio-Cultural de Horta[5] foi possível confirmar a seguinte distribuição global dos respetivos associados por classes etárias:

TABELA 2 · Distribuição por classes etárias: Centro Sócio-Cultural de Horta (1996)

CLASSES ETÁRIAS	FREQUÊNCIA	%
18-24	30	13,5
25-34	50	22,5
35-44	46	20,7
45-54	40	18,0
55-64	37	16,6
<65	19	8,5
TOTAL	222	100

Fonte: J.C.Barros, 2002 (Inquérito SDO/96: elaboração atual)

[5] Foi apresentado apenas o caso da Associação de Horta (Tabela 2), sob a forma de tabela, por se tratar de um caso singular, ou seja, uma coletividade com número mais elevado de associados não obstante estar situada numa freguesia que regista um declínio em termos populacionais.

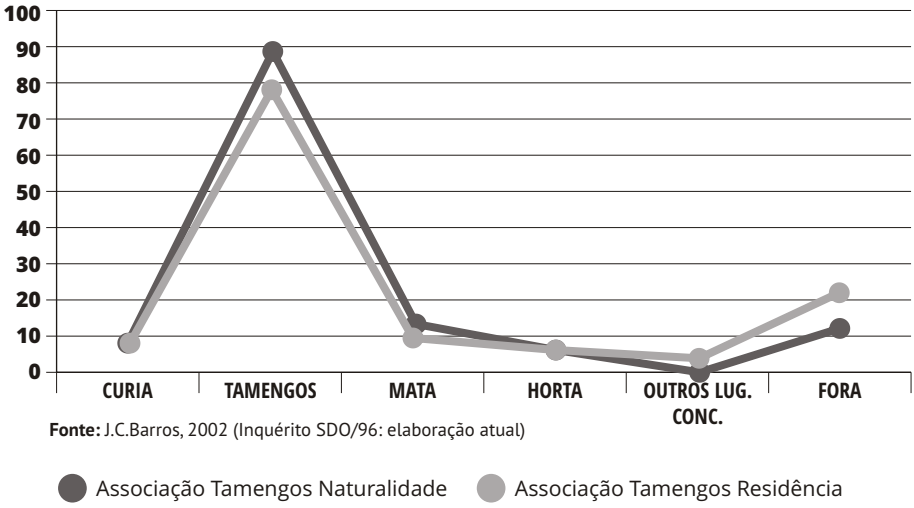
A questão da participação constituiu outro indicador que, pela sua importância, mereceu particular realce. No caso, seguimos para o efeito a classificação de Rodrigues e Stoer (1993) e o modelo (tipologia) de Heinemann (1999), anteriormente apresentados, de forma sucinta. Nas duas associações em análise (Associação de Tamengos e Centro Sócio-Cultural de Horta) que, como foi então comprovado, realizavam então atividades com caráter regular, mas predominava no entanto, quanto à participação dos seus associados, uma situação que pode ser classificada como de "pertença sem grande participação". Constatou-se então, em resultado da aplicação do questionário, que apesar das duas associações proporcionarem um conjunto diversificado de atividades, com caráter regular, tal não correspondia a um nível de participação significativo por parte dos respetivos associados.

Outro indicador que pela sua relevância foi objeto de análise diz respeito à questão da naturalidade e da residência dos sócios das duas coletividades (vide. Gráficos 2 e 3).

A primeira constatação é que, para as duas associações, com ressalva das respetivas particularidades, as curvas relativas à naturalidade e à residência são praticamente sobrepostas.

No gráfico 2, relativo à Associação Recreativa de Tamengos, é apresentada a distribuição da frequência dos seus associados por naturalidade e residência.

GRÁFICO 2 · Associação Recreativa de Tamengos: naturalidade e residência dos associados

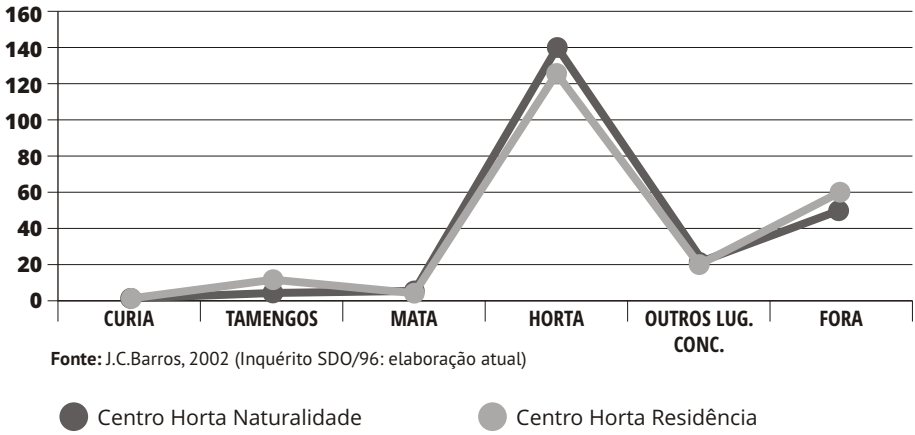


Fonte: J.C.Barros, 2002 (Inquérito SDO/96: elaboração atual)

Na análise efetuada aos resultados foi confirmado que a maioria significativa dos associados da referida Associação é não só natural do lugar onde se situa a referida associação (Tamengos), como reside no mesmo (vide Gráfico 2). Quanto aos restantes associados, naturais e residentes na Freguesia (Tamengos), encontramos uma frequência relevante mas não muito significativa quanto aos associados dos lugares da Curia e Mata, comparativamente ao lugar de Horta, o que sugere ter prevalecido o critério de proximidade. No entanto, também merecem algum destaque os associados que nasceram e residem fora da freguesia.

No gráfico 3, relativo ao Centro Sócio-Cultural de Horta é apresentada a respetiva distribuição da frequência dos seus associados por naturalidade e residência.

GRÁFICO 3 · Centro Sócio-Cultural de Horta: naturalidade e residência dos associados



Fonte: J.C.Barros, 2002 (Inquérito SDO/96: elaboração atual)

Constata-se também neste caso que as duas curvas (naturalidade e residência) quase se sobrepõem. Tal como no caso da Associação Recreativa e Cultural de Tamengos, a maioria significativa dos associados desta coletividade é não só natural do lugar onde se situa a coletividade (Horta) como reside no mesmo. Quanto aos restantes associados, naturais e residentes na Freguesia (Tamengos), encontramos alguma expressão quanto aos associados dos lugares de Tamengos, Curia e Mata, não sendo tão evidente o critério da proximidade. Também devemos assinalar a importância relativa dos associados que nasceram e residem fora da freguesia.

As associações em referência incrementavam as suas atividades, à data da realização do inquérito, com mais frequência, aos fins de semana e à noite (quinzenalmente), facto esse que se considerou então como sendo resultante do tipo predominante de associados, ou seja, integrantes da população ativa (cf. Barros, 2002, p. 182). Foi também assinalado que as atividades decorriam, predominantemente, fora da época termal. Como se apurou, uma das principais razões assinaladas foi a existência de uma maior disponibilidade dos associados (189).

Quanto às atividades incrementadas pelas duas associações constatou-se que predominava um conjunto de atividades que podemos classificar como "populares", como o caso de festas de aniversário (com almoços), torneios de cartas, passeios de cicloturismo (como deslocações à praia de Mira), jogos e torneios de malha, sendo também frequente a promoção de atividades que visavam a angariação de fundos. No entanto, deve salientar-se que as atividades então privilegiadas eram redutoras relativamente aos objetivos previstos pelas respetivas associações, ou seja, estatutários. No caso, as duas associações previam a realização de atividades de caráter cultural, desportivo e recreativo, assim como outras atividades de caráter social e de tempos livres.

No entanto, as referidas atividades assumem também uma importância significativa como fatores de agregação e de coesão social e grupal. Numa pesquisa relativa ao universo associativo do Concelho de Cascais, João Pinheiro e Rui Telmo Gomes, sustentam que "as atividades conotadas com manifestações populares – Festas, Bailes, Jogos Tradicionais, Jogos de Salão, Grupo Carnavalesco, Marchas Populares – continuam a ter um peso considerável na vida associativa, podendo ser consideradas como fatores de agregação identitária, pilares que resistem à passagem do tempo" (Pinheiro e Gomes, 2005, p. 61). As referidas afirmações têm pertinência para outros contextos regionais e locais. Do mesmo modo, aqueles autores não deixam de salientar que algumas das referidas atividades persistem, não obstante não suscitarem interesse significativo à maioria dos associados. No caso, referem eles que "algumas [atividades] mantêm-se apenas por questões sentimentais, pelo apego que lhes têm os associados mais velhos e que as direções, mesmo as mais novas, não abandonam ainda que não suscitem a adesão de outros tempos" (Pinheiro e Gomes, 2005, p. 61).

As termas da Curia estão abertas todo o ano. Embora se tenha vindo a diversificar o tipo de clientelas, a observar-se a atração de uma clientela mais jovem, facto esse associado ao incremento do turismo de saúde e, também, de

lazer, a frequência das termas da Curia assume um caráter sazonal. De qualquer forma, as coletividades em análise não utilizam o espaço termal, designadamente o Parque com os seus 14 hectares. Para além das respetivas sedes, privilegiavam também, para realização de atividades, as ruas das "aldeias", a praia de Mira e o campo de futebol (cf. Barros, 2002, p. 185).

Embora as atividades incrementadas tivessem como principais destinatários os respetivos associados, constatou-se, no caso do Centro Sócio-Cultural de Horta, que a referida associação criou atividades que tinham também como destinatários os utentes das termas, sejam aquistas e veraneantes. No entanto, constatou-se que tais iniciativas não tiveram então resultados significativos.

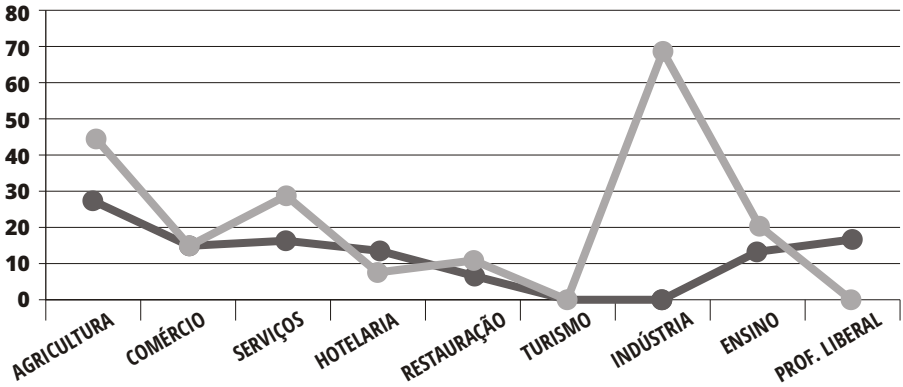
Procurámos estabelecer comparações entre indicadores relativos às populações locais e aos associados das respetivas coletividades. No caso, o peso dos ativos no número de associados das "coletividades" locais, à data da realização da pesquisa, tinha maior expressão, do que se registava então para a população local. No caso, as duas associações em análise tinham uma maioria muito significativa de associados (cerca de 90%) que exerciam atividade profissional, sendo os restantes associados constituídos predominantemente por aposentados (cf. Barros, 2002, p. 189).

Quanto às atividades económicas foram encontradas situações diferenciadas nas duas associações (vide Gráfico 4). No caso da Associação Recreativa de Tamengos constatou-se que a agricultura ainda apresentava um peso significativo, facto esse pouco previsível por se tratar de uma área bastante urbanizada e mais próxima da sede do Concelho. Em contrapartida, constatou-se então que a referida associação não atraiu profissionais da indústria em número muito significativo.

No que respeita ao Centro Sócio-Cultural de Horta verificou-se uma situação diversa da observada na Associação Recreativa de Tamengos. Naquele caso, constatou-se que, entre os seus associados, se registava uma predominância de pessoas pertencentes à população ativa e ligados à indústria. No entanto, a agricultura ainda apresentava alguma relevância (vide Gráfico 4).

É de notar que, no caso do lugar da Horta, em resultado do inquérito por questionário realizado, uma parte significativa dos associados do Centro Sócio-Cultural que integravam a população ativa ainda mantinham a sua ligação à terra, pela exploração de pequenas propriedades agrícolas. Não sendo uma atividade rentável tal prática era exercida como atividade complementar ou, até, por lazer.

GRÁFICO 4 · Atividades Profissionais dos sócios da Assoc. Recreativa e Cultural de Tamengos e do Centro Sócio-Cultural de Horta



Fonte: J.C.Barros, 2002 (Inquérito SDO/96: elaboração atual)

Associação Tamengos Centro Horta

7 ¬ A dinâmica associativa em Tamengos na atualidade

A pesquisa oportunamente realizada teve lugar num tempo histórico determinado, o dos anos 90 do século XX. Portanto, foi considerado oportuno e interessante revisitar as duas associações e verificar se, no âmbito da Freguesia (circunscrita aos limites da época do estudo inicial), tinham surgido novas associações, o que se veio a confirmar não ter ocorrido.

As duas associações que foram objeto de análise, a Associação Recreativa de Tamengos e o Centro Sócio-Cultural de Horta, têm-se mantido em atividade pelo que se tornou possível avaliar a respetiva evolução.

As associações populares apresentam caraterísticas que podemos entender como comuns. No entanto, há particularidades que devem ser determinadas quando da realização de estudos de caráter sócio-cultural. No caso das duas associações, com destaque para o Centro Sócio-Cultural de Horta, as associações não só resultaram da iniciativa da população local, como estão profundamente ligadas aos respetivos lugares. No "site" do Centro Sócio-Cultural de Horta é referido na apresentação da coletividade que a mesma não tem fins lucrativos e, como objetivos, destaca-se o seguinte: "dinamização da povoação de Horta, promover o convívio entre as gentes e promover a cultura entre várias

atividades". Outra caraterística prende-se com o grau de abertura, sabendo-se que, para além das atividades promovidas, é referido que a coletividade está disponível a iniciativas particulares. As festas de aniversário são participadas não só pelos associados como também pelos "amigos" da associação.

Como foi referido anteriormente, utilizámos agora um questionário muito sucinto para identificar possíveis mudanças registadas, tendo os contactos com as coletividades sido facilitados pelos elementos de mediação já referidos.

No caso da Associação de Tamengos constatou-se que desenvolve atualmente atividades muito limitadas. Foi assinalado que as atividades promovidas têm estado circunscritas à abertura do café e à realização de jogos de cartas e dominó. Acresce ainda a realização, com caráter ocasional, de outras atividades, como aulas de zumba e jantares, como os que visam a angariação de fundos.

Como é óbvio, nada indica que a referida associação continue a incrementar atividades de forma tão irregular como no presente. A dinâmica e a atividade associativa processam-se muitas vezes de forma cíclica, dependendo a frequência e regularidade das atividades incrementadas, fundamentalmente, dos seus dirigentes e, também, dos seus associados e demais "clientelas".

Por seu turno, o Centro Sócio-Cultural de Horta tem tido uma atividade bem mais relevante. Constatou-se que a coletividade aumentou o número de sócios de forma significativa, estando atualmente inscritos no mesmo cerca de 300 associados. No entanto, apenas uma parte dos associados tem pago quotas (um total de 137). Entre os associados que pagam quotas, foi registado um total de 86 homens e 51 mulheres.

Procurou-se também saber quais as principais atividades realizadas na coletividade. No caso, são muito diversificadas, sendo de notar que algumas delas têm que ver com o reforço da identidade associativa. Assim, em Fevereiro de cada ano realiza-se a Festa de aniversário. Foram também identificadas outras atividades como o "Karaoke" (ocasional); caminhadas pelos pontos históricos da aldeia (Maio); participação na Feira da Vinha e do Vinho (Junho); Sardinhada (Julho); Festival do Leitão (Agosto); Festa de Verão – churrascada (Agosto); Sarrabulho (Setembro ou Outubro); Festa de S. Martinho – Castanhada (Novembro); Festa de Natal (Dezembro). Algumas da referidas atividades são promovidas pelo Centro Sócio-Cultural e outras em colaboração.

Portanto, pode dizer-se que a referida associação promove atividades com regularidade e estas se realizam ao longo do ano. Também tem promovido

atividades em parceria, sobretudo quando as mesmas ultrapassam o âmbito da coletividade.

Pode dizer-se que a referida coletividade introduziu no seu programa uma série de novas atividades, a partir de 1997, com destaque para a "caminhada pelos pontos históricos da aldeia (Maio)" e a participação na "Feira da Vinha e do Vinho".

Se foram introduzidas novas atividades, em contrapartida, não há registo de atividades caídas em desuso.

Foi ainda confirmado que se tem vindo a acentuar o grau de participação dos associados nas diversas atividades. Tal ocorre tanto nas atividades promovidas pela coletividade como naquelas que são realizadas em colaboração. Ainda quanto ao incremento do grau de participação foi salientado que a maior parte das atividades ronda a centena de participantes, ou então ultrapassa esse número. Foi também referido que em algumas atividades o número de participantes tem que ser limitado, por falta de espaço para mais. Procurou-se ainda determinar quais os dias da semana com atividade mais intensa. No caso, foi sublinhado que os dias de semana com atividade mais intensa são a 6ª feira à noite, os sábados e domingos. Foi também referido que algumas das atividades são organizadas de forma a ocorrerem aos domingos. Entre as atividades realizadas no espaço público com relevância para os turistas e outros utentes das termas, conta-se a "caminhada pelos pontos históricos da aldeia". No caso, pretende-se realçar a importância do Rio de Horta para o abastecimento do Lago na Curia. Acresce ainda pretender-se também assinalar a existência de umas minas de água, que foram o primeiro ponto de abastecimento doméstico à Curia.

Do exposto resulta que o Centro Sócio-Cultural de Horta não só aumentou o número de sócios, de forma significativa, como tem promovido múltiplas atividades que se constata decorrerem ao longo do ano. A introdução de atividades que estão associadas à cultura e à história local, caso da caminhada pelos pontos históricos da aldeia e a referência às minas de água que foram fontes de abastecimento inicial, são singularidades que importa destacar.

Considerações Finais

Mais do que tirar conclusões, importa apresentar um conjunto de constatações, evidências, reflexões finais e hipóteses interpretativas, estas a confirmar em estudos posteriores. As principais questões que se colocaram no

desenvolvimento da pesquisa e, em particular, quanto ao associativismo popular local, prendem-se com o papel e a importância deste tipo de atividade associativa importando, no caso dos lugares de Tamengos e Horta, verificar qual o contributo efetivo das duas associações que foram objeto de análise para o seus associados, para as populações dos respetivos lugares, para a dinâmica e coesão comunitária, e ainda para a participação dos sujeitos na vida coletiva. Importa ainda encontrar respostas para questões que se prendem com a participação em atividades relacionadas com o lazer nos espaços termais e, também, avaliar dos eventuais contributos prestados às clientelas das termas.

As duas associações, criadas em 1979 e 1992, não têm grande profundidade histórica mas, de forma diferenciada, têm assumido um papel importante junto das comunidades locais, facilitando a reunião, a ação coletiva, a interação entre os seus membros e, também, proporcionando uma oferta integrando atividades/modalidades mais ou menos ativas, de caráter cultural, recreativo e desportivo.

A nível local constata-se que as populações locais estão envelhecidas, possuem uma taxa de dependência elevada e, com exceção de Horta, que tem perdido população, lugares da freguesia como Mata, Curia e Tamengos apresentam um crescimento de população muito modesto. Portanto, neste quadro importa contrariar a referida situação, sendo de notar que se entende que as associações locais podem ter uma papel importante, designadamente como promotoras de atividades que possam atrair mais visitantes e, até, suscitar a fixação de mais pessoas.

As associações populares em análise têm uma forte implantação a nível local, o que decorre do seu caráter popular, resultante da iniciativa dos residentes nos lugares de Tamengos e Horta que se organizaram de forma voluntária.

A maioria significativa dos associados das duas coletividades são naturais e residentes nos lugares onde se situam as sedes das associações a que pertencem, o que significa que as atividades incrementadas pelas referidas coletividades implicam a participação de muitos membros da população local, enquanto associados, sendo também a população local, em primeira instância, a destinatária das ações realizadas, principalmente das que suscitem o envolvimento e participação da própria comunidade.

As duas comunidades, em especial a do lugar de Horta, ainda apresentam um caráter relativamente fechado. No entanto, pode dizer-se que as associações em análise têm propiciado aos seus associados e, indiretamente às respetivas

comunidades locais, uma maior abertura. As referidas coletividades têm promovido atividades em cooperação, atividades essas que têm permitido alargar o seu âmbito de ação, aumentar a escala das atividades incrementadas e, também, expandir as redes de sociabilidade.

Portanto, pode dizer-se que as atividades incrementadas não se circunscrevem ao âmbito dos lugares, considerando as ações promovidas a nível da freguesia e do concelho e as ações realizadas em cooperação.

O lugar da Horta apresentava e apresenta caraterísticas que sugerem que se caraterize por uma maior homogeneidade, considerando a população e estilos de vida, face ao lugar de Tamengos. A referida caraterística terá contribuído para o incremento da atividade associativa e para uma participação mais ativa de uma população que se confronta com uma escassez de espaços públicos, equipamentos comunitários em número significativo e, também, com uma oferta restrita no campo do lazer e da ocupação dos tempos livres,

Para além da não utilização do parque termal da Curia, não foi confirmado que os turistas, aquistas e outros visitantes, tenham beneficiado até ao presente das instalações, equipamentos e atividades promovidas pelas referidas associações.

Bibliografia

ARAGÓN RIVERA, Álvaro (2015), *Ciudadania. La lucha por la inclusión y los derechos*, Barcelona, Gedisa

BARROS, José da Cunha (2002), *Realidade e Ilusão no Turismo Português. Das Práticas do termalismo à Reinvenção do Turismo de Saúde,* Lisboa, ISCSP

FERREIRA, Claudino (1994), *Os usos Sociais do Termalismo. Práticas, representações e identidades sociais dos frequentadores das termas da* Curia, Provas de Aptidão Pedagógica, Relatório de Síntese, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

GILMORE, David D. (1995), *Agressividad y comunidad*, Biblioteca de Etnologia, Granada, Diputacion Provincial de Granada

HEINEMAN, Klaus (1999), *Sociologia de las Organizaciones Voluntarias. El ejemplo del club deportivo,* Estudios de Economia y Sociologia, Valencia, Tirant lo Blanch

PINHEIRO, João e GOMES, Rui Telmo (2005), *Associativismo Cultural em Cascais,* Lisboa, Observatório das Atividades Culturais

REMY, Jean e VOYÉ, Liliane (1981), *Ville, ordre et violence*, Paris, PUF

RODRIGUES, Fernanda e STOER, Stephen R. (1993), *Acção Local e Mudança Social em Portugal,* Lisboa, Coleção Estudos Locais, Fim de Século

ROSMANINHO, Nuno (1993), *Anadia durante a Primeira República (1910-19326). O Poder Local,* Anadia, Edição da Casa Rodrigues Lapa

SUE, Roger (2004), *Renovar a Ligação Social. Liberdade, Igualdade, Associação*, Porto, Campo das Letras

VIEGAS, José Manuel Leite (1986), "Associativismo e Dinâmica Cultural", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, ISCTE

Anexos:

Indivíduos residentes em lugares da Freguesia de Tamengos perante o trabalho em 2011

	INDIVÍDUOS RESIDENTES							
	Empregados				Pens. ou Reform.	Sem ativ. Eco.	Desempregados	
	Total	Set. Primário	Set. Primário	Set. Primário			Procura 1º Emp.	Procura novo Emp.
	DQ	DT	DU	DV	DR	DS	DO	DP
Tamengos (FR)	689	18	214	457	394	628	12	59
Curia (Lugar)	161	4	40	117	78	129	4	14
Horta (Lugar)	103	5	34	64	68	105	1	6
Mata (Lugar)	225	3	72	150	135	221	7	22
Tamengos (Lugar)	158	2	53	103	100	152	0	11

Fonte: Censos da População, INE, . 2011

Indivíduos residentes empregados e a a trabalharem no município de residência

	INDIVÍDUOS RESIDENTES		
	Indivíduos residentes empregados	Indivíduos residentes a trabalharem no município de residência	
Tamengos (FR)	689	426	51,8 %
Curia	161	79	19,0 %
Horta	103	72	69,9%
Mata	225	156	69,3%
Tamengos	158	91	57,6%

Fonte: Censos da População, INE, . 2011

Legislação e Jurisprudência

SÉRGIO PRATAS

DIRETOR DA ANÁLISE ASSOCIATIVA
E VICE-PRESIDENTE DA CPCCRD

MARIA JOÃO PAIVA DOS SANTOS

SECRETÁRIA SUPLENTE
DA MESA DO CONGRESSO

REVISÃO DA LEGISLAÇÃO ASSOCIATIVA
RELATÓRIO FINAL

Sumário:

1 ¬ Enquadramento geral
1.1 _ Antecedentes
1.2 _ Um outro olhar sobre o associativismo popular
1.3 _ A revisão do estatuto fiscal

2 ¬ O processo de auscultação dos dirigentes
2.1 _ Sessões e participação
2.2 _ Propostas e sugestões

3 ¬ Propostas
3.1 _ Enquadramento
3.2 _ Reforço da participação do associativismo popular
3.3 _ Reforço das parcerias público-sociais com o Estado
3.4 _ Simplificação legislativa e procedimental
3.5 _ Código Civil
3.6 _ Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário
3.7 _ Gestão coletiva de direitos de autor e de direitos conexos
3.8 _ Estatuto de Utilidade Pública

4 ¬ Notas finais

1 ¬ Enquadramento geral

1.1 _Antecedentes

O presente processo de revisão da legislação associativa – da iniciativa da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) – teve início imediatamente após a entrada em vigor da Lei de Bases da Economia Social (LBES): Lei n.º 30/2013, de 8 de maio. É a própria LBES que determina a necessidade de revisão da legislação associativa, acrescentando o prazo em que tal deve ser concretizado:

"Artigo 13.º

Desenvolvimento legislativo

1 – No prazo de 180 dias a contar da entrada em vigor da presente lei são aprovados os diplomas legislativos que concretizam a reforma do setor da economia social, à luz do disposto na presente lei e, em especial, dos princípios estabelecidos no artigo 5.º.

2 – A reforma legislativa a que se refere o número anterior envolve, nomeadamente

a) A revisão dos regimes jurídicos aplicáveis às entidades referidas no artigo 4.º;

b) A revisão do Estatuto do Mecenato e do Estatuto de Utilidade Pública".

O objetivo do envolvimento direto da CPCCRD neste processo ficou claro desde o início: era fundamental envolver neste processo de produção legislativa quem melhor conhece a realidade, os problemas e as insuficiências da lei – as associações e as suas estruturas representativas. De outro modo, corríamos o risco sério de serem tomadas decisões pouco amadurecidas, pouco refletidas e que poderiam ter um impacto pouco significativo ou mesmo negativo na vida e atividade das associações.

O primeiro passo ou primeiro momento do processo foi concretizado pelo Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), ao criar vários grupos de trabalho com a missão de preparar a revisão da legislação aplicável às várias "famílias" da economia social. A CPCCRD foi convidada a integrar esses grupos de trabalho e indicou dois dirigentes:

— Sérgio Pratas (CPCCRD) e Maria João Santos (CPCCRD).

Foi então iniciado um amplo processo de reflexão e auscultação das associações e estruturas, com vista à preparação e fundamentação das nossas propostas. Percebeu-se de imediato que não havia muita reflexão teórica sobre esta temática, não havia doutrina especializada e a jurisprudência era também incipiente. Importava pois:

a) Auscultar as associações e estruturas para perceber as dificuldades sentidas;
b) Desenvolver um processo de reflexão sobre essas dificuldades, procurando vislumbrar soluções para os problemas;
c) Desenvolver um corpo teórico sobre a legislação associativa, permitindo um maior aprofundamento e uma melhor sistematização e fundamentação das propostas.

Foi esse o caminho percorrido por esta CPCCRD, desde 2013. Em 2014 participámos no referido grupo de trabalho criado no âmbito do CNES, em que fomos integrados. Após ampla auscultação às associações, estruturas descentralizadas e órgãos sociais da CPCCRD, apresentámos um conjunto de propostas ao grupo de trabalho. Essas propostas foram objeto de apreciação e globalmente validadas pelo grupo de trabalho. Apresentámos também contributos e sugestões relativamente ao regime jurídico de outras "famílias" da economia social.

O trabalho realizado no âmbito do CNES viria a revelar-se parcialmente profícuo: foi alterado o estatuto das IPSS e foi aprovado um novo Código Cooperativo. No entanto, ficou muito aquém do exigido pela LBES e do desejado. Não foi alterado o estatuto fiscal das entidades da economia social, não foi alterado o estatuto de utilidade pública e nada se fez em matéria de legislação associativa. Isto só para dar alguns exemplos.

Mas o trabalho da CPCCRD não se ficaria por aqui. No ano de 2015, realizou-se um importante Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes, em Lisboa. Nesse Congresso Nacional foi aprovado o Manifesto Associativo 2015. Recomendações Estratégicas, que integra várias propostas referentes à legislação associativa.

Este Congresso teve ainda a vantagem de envolver, quer na sua organização quer na reflexão empreendida, diversas estruturas representativas do movimento associativo; e não apenas a CPCCRD. Esse envolvimento veio a revelar-se da maior importância. Alargou-se a auscultação e aprofundou-se a

reflexão em torno das soluções para os problemas identificados. O resultado é francamente positivo.

Faltava ainda um terceiro passo. O aprofundamento teórico das várias temáticas, com vista a uma outra sistematização e aprofundamento das propostas. Trabalho que viria a ser desenvolvido por Sérgio Pratas, dirigente da CPCCRD, durante os anos de 2015 e 2016, e que culminaria com a elaboração e publicação de uma obra com o título: "Um outro olhar sobre o associativismo popular". Obra publicada e apresentada publicamente pela CPCCRD em novembro de 2016 e que teve o apoio e precioso patrocínio da Fundação Montepio.

1.2 _ Um outro olhar sobre o associativismo popular

A obra em referência insere-se num esforço de produção e divulgação de conhecimento sobre o associativismo popular. Pretendeu-se refletir sobre o papel assumido, hoje, em Portugal, pelo associativismo popular ao nível do desenvolvimento das políticas sociais para as áreas da cultura, desporto e lazer e no funcionamento da própria democracia. São sobejamente conhecidas as funções e a importância do associativismo popular ao nível da integração social e da prevenção de problemas sociais graves. Essas são funções fundamentais, que merecem todo o destaque. No entanto, há outras funções, muito menos conhecidas (e estudadas), que assumem, atualmente, uma importância crescente. Pretendeu-se refletir e conhecer melhor essas outras funções. Apresentá-las, caracterizar a intervenção do associativismo popular a esse nível, perceber qual o seu contributo específico.

Pretendeu-se, em segundo lugar, apresentar, nos seus traços fundamentais, o quadro legal aplicável ao associativismo popular. Associado a este objetivo, procurou-se, igualmente, identificar um conjunto de problemas que resultam da legislação vigente, ou são fortemente ditados por essa legislação. São analisados nesta obra diplomas centrais, como é o caso do Código Civil e da Lei de Bases da Economia Social. Mas são igualmente referidos, e com algum detalhe, diplomas específicos, como é o caso do estatuto de utilidade pública ou do estatuto do dirigente associativo voluntário.

O trabalho em apreço não se ficou, todavia, pela identificação dos problemas. São avançadas propostas de solução para esses problemas. Propostas que são devidamente defendidas e fundamentadas. Essas propostas são, depois, estruturadas num conjunto coerente – identificação dos diplomas a rever,

alterações a introduzir, soluções a adotar. Esse é o terceiro objetivo deste trabalho.

A partir desses objetivos, o autor optou por definir desde o início um percurso, ou estratégia metodológica, muito claros, concretizados em três momentos ou passos essenciais:

1.º Passo. Num primeiro momento, foram identificados os principais diplomas aplicáveis ao associativismo popular – diplomas fundamentais. Cada capítulo tem como título principal o diploma que será objeto de análise. Apenas ficou de fora o estatuto fiscal, por se tratar de matéria objeto já de detalhada avaliação e comentário no denominado *Manifesto Associativo 2015. Recomendações Estratégicas*.

2.º Passo. Não obstante, optou-se por não seguir a via tradicional da exegese jurídica, ponto por ponto, artigo por artigo. Selecionou-se uma abordagem específica, um tema de análise a tratar, e foi a partir daí que se avançou para o comentário do diploma em apreço. Pretendeu-se com esta opção ir mais fundo, tratar as questões essenciais, deixando deliberadamente de fora aspetos secundários, ou menos relevantes do regime em vigor. Cada capítulo tem, assim, um segundo título, ditado pelo tema ou abordagem adotados.

3.º Passo. Definiu-se, também, que em cada capítulo deveria ser desenhado um conjunto de propostas de alteração à lei, devidamente fundamentadas. Assim, após identificação dos problemas, são apresentadas soluções. No final, tais propostas ou soluções são agrupadas e apresentadas de forma integrada e coerente (como um todo). É esse o contributo do presente trabalho para a referida reforma do regime jurídico do associativismo popular.

1.3 _ A revisão do estatuto fiscal

Os trabalhos preparatórios deste processo de revisão da legislação associativa acabaram por ser divididos em dois blocos fundamentais: a revisão do estatuto fiscal; e a revisão da restante legislação associativa.

Já em 2017, foi criado um novo grupo de trabalho no âmbito do CNES, para preparar a revisão do estatuto fiscal da economia social: o denominado grupo de trabalho para o estatuto fiscal do setor da economia social. Em representação da CPCCRD e do CNAP (Conselho Nacional do Associativismo Popular), foram indicados os seguintes nomes:

— Artur Martins (CPCCRD) e Paulo Sousa (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal).

E em abril de 2017 foram apresentadas um conjunto de propostas neste âmbito.

A par desse trabalho, conduzido pelos dirigentes Artur Martins e Paulo Sousa, decidiu a Direção Nacional da CPCCRD dar início a um processo de auscultação do movimento associativo popular e dos seus dirigentes relativamente às propostas apresentadas na obra *"Um outro olhar sobre o associativismo popular"*. O objetivo dessa auscultação foi traçado desde o início:

a) Enriquecer a reflexão já produzida;
b) Consolidar o caminho e as propostas apresentadas, submetendo-as à crítica e à discussão.

O presente relatório tem precisamente como objetivo dar nota do resultado dessa auscultação:

a) No ponto 2 será apresentado um relato sintético dos trabalhos e da reflexão produzida nas diversas sessões de auscultação, realizadas por todo o país;
b) No ponto 3 serão apresentadas as propostas de revisão da legislação associativa – com exceção do estatuto fiscal – e que integram já os contributos das sessões realizadas.

2 ¬ O processo de auscultação dos dirigentes

2.1 _ Sessões e participação

Foram realizadas, entre janeiro e abril de 2017, 11 sessões de apresentação do livro *"Um outro olhar sobre o associativismo popular"* (e de discussão das propostas nele vertidas):

— Lisboa,
— Porto,
— Santarém,
— Sines,
— Loures (Lousa),
— Barreiro,
— Seixal,

— Marinha Grande,
— Tomar,
— Bombarral (Delgada),
— Almada.

As sessões foram conduzidas por Sérgio Pratas e Maria João Santos, da CPCCRD, e tiveram uma boa adesão e um elevado nível de participação e reflexão. Participaram nas 11 sessões, 460 dirigentes associativos. E foram apresentadas 149 intervenções.

Importa aqui valorizar o excelente trabalho de organização e promoção destas sessões, realizadas em conjunto pela CPCCRD e um conjunto de outras entidades: estruturas descentralizadas da CPCCRD, juntas de freguesia, câmaras municipais e coletividades.

2.2 _ Propostas e sugestões

Em traços muito gerais, pode dizer-se que o assunto em discussão suscitou grande interesse por parte dos participantes. Notou-se, por outro lado, uma adesão geral à esmagadora maioria das propostas apresentadas e vertidas na obra referida.

Houve no entanto duas matérias que suscitaram muita discussão e nem sempre o consenso dos participantes:

a) O estatuto de utilidade pública

É pacífico que as exigências para a aquisição do estatuto são excessivas e que os benefícios são diminutos e devem ser valorizados.

Não houve, todavia, consenso em torno dos requisitos a considerar para a aquisição do estatuto de utilidade pública. Sendo defendidas posições mais radicais: ser adquirido o estatuto automaticamente com a constituição da associação. E posições menos radicais: eliminar e alterar alguns dos atuais requisitos.

Optou-se por apresentar uma proposta de "meio termo" (ver ponto 3).

b) O estatuto do dirigente associativo voluntário

Foram analisados e discutidos dois caminhos distintos para o futuro do estatuto do dirigente associativo voluntário.

Um primeiro caminho passa pelo reforço dos direitos do dirigente e que facilitam o trabalho associativo. É o caminho defendido no livro "Um outro olhar sobre o associativismo popular".

Foi também apresentado um outro caminho, diferente. O do reforço desses direitos, acompanhado da atribuição de alguns benefícios aos dirigentes: por exemplo, contagem do tempo para efeitos de reforma, benefícios fiscais, etc.

Este caminho foi defendido numa lógica de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos dirigentes e do seu valor económico.

A discussão foi muito acesa, com formulação de vários argumentos em defesa de uma e outra tese.

A opção dos autores do presente relatório foi, também aqui, a de um caminho intermédio (ver ponto 3).

Importa aqui referir também algumas questões e ideias sobre a realidade atual e que merecem um maior destaque:

a) Importância da consolidação de uma relação de parceria e de subsidiariedade entre as associações, o poder central e o poder local (SANTARÉM);
b) Importância do reforço da união e colaboração das associações, das parcerias interassociativas (SINES);
c) *"Com o regime em vigor, cada coletividade precisa de ter um jurista"* (LOUSA);
d) *"Tudo o que é público ou utiliza dinheiros públicos tem que ser bem gerido e deve ser transparente"* (BARREIRO);
e) *"O Estado central não cumpre as suas responsabilidades inscritas na Constituição"* (SEIXAL);
f) *"O associativismo e os valores associativos deveriam ser apresentados e discutidos na escola"* (MARINHA GRANDE);
g) *"Esperámos sete anos para ter o estatuto de utilidade pública e depois, afinal, percebemos que não serve para nada"* (TOMAR);
h) *"Se não nos complicassem a vida já nos davam uma grande ajuda"* (DELGADA);
i) *"As coletividades são tratadas como se fossem empresas, mas não são empresas"* (ALMADA).

Em síntese, pode agora afirmar-se que o processo de auscultação produziu resultados positivos, validando a maioria das propostas apresentadas e ajudando a aprofundar e criar consensos relativamente a outras. Aprofundou-se a reflexão,

discutiu-se o impacto das medidas na vida das associações e enriqueceu-se o debate com novas ideias.

3 ¬ Propostas

3.1 _ Enquadramento

Optou-se por não apresentar neste relatório, com detalhe, a fundamentação de cada proposta de alteração. A fundamentação está desenvolvida na obra "Um outro olhar sobre o associativismo popular"; fundamentação que se subscreve. Optou-se isso sim por apresentar aqui os pressupostos e objetivos dessa revisão, com vista a um melhor entendimento de todo o processo.

A atual legislação associativa é excessivamente complexa, desarticulada, muitas vezes incoerente, por vezes anacrónica, nuns casos insuficiente e noutros excessiva. Para além disso, não cumpre nem a Constituição, nem a Lei de Bases da Economia Social. Impõe-se pois uma profunda reforma, com vários objetivos:

a) Assegurar o cumprimento da Constituição da República Portuguesa e da LBES (diplomas orientadores e enquadradores do quadro legal ordinário);
b) Adaptar a legislação à realidade do movimento associativo atual, considerando e respeitando a sua especificidade;
c) "Descomplicar" a vida das associações, valorizando o trabalho e a sua atividade na vida das comunidades onde estão inseridas;
d) Reconhecer a importância dos dirigentes associativos, voluntários e benévolos e o valor do trabalho que desenvolvem;
e) Contribuir para uma maior eficácia e eficiência do trabalho associativo, potenciando ao máximo o impacto do trabalho desenvolvido pelas associações, seja no campo da ação social, seja nas áreas da cultura, recreio, desporto, etc.

Deste modo, e para se entender cabalmente o quadro de alterações que se apresenta de seguida, deve considerar-se o exposto no presente relatório, bem como a fundamentação apresentada e formulada no livro já referido: "Um outro olhar sobre o associativismo popular".

Duas notas finais:

a) As propostas serão divididas por grandes áreas temáticas; indicando-se também qual ou quais os órgãos do Estado com competência para decidir e promover as alterações;

b) Temos a noção clara que algumas das propostas têm impacto na despesa pública. E isso é importante, sobretudo numa fase em que o país continua a braços com uma importante crise económica e financeira.

   Optou-se por isso por qualificar a proposta do ponto de vista do impacto financeiro para o Estado, numa escala de 0 a 5 (em que 0 significa nenhum impacto e 5 o máximo impacto).

   Essa preocupação será no entanto acompanhada de uma outra avaliação, relativa ao impacto social e económico da alteração, ou seja, os benefícios que a mesma trará quer para as populações, quer para a nossa economia.

   A escala será aqui também de 0 a 5.

3.2 _ Reforço da participação do associativismo popular

PROPOSTA	IMPACTO FINANCEIRO	IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO
Assegurar a participação da CPCCRD no Conselho Nacional de Cultura	0	3
Assegurar a participação da CPCCRD no Conselho Económico e Social	0	3
Obrigatoriedade de auscultação do movimento associativo na definição de políticas municipais para as áreas da cultura, desporto e ação social	0	3
Acesso da CPCCRD ao direito de antena	0	3

ÓRGÃOS COMPETENTES: Assembleia da República e Governo.

3.3 _ Reforço das parcerias público-sociais com o Estado

PROPOSTA	IMPACTO FINANCEIRO	IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO
Rever o papel e atribuições da Fundação INATEL em matéria de promoção da cultura e desporto populares	0	3
Alocar uma percentagem da receita dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia à celebração de parcerias público-sociais com o associativismo popular	0	5

ÓRGÃOS COMPETENTES: O Governo.

3.4 _ Simplificação legislativa e procedimental

PROPOSTA	IMPACTO FINANCEIRO	IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO
Criação de um SIMPLEX para o associativismo popular (objetivo: reduzir o número de licenças e autorizações, simplificar os procedimentos, concentrar)	0	4

ÓRGÃOS COMPETENTES: O Governo.

3.5 _ Código Civil

PROPOSTA	IMPACTO FINANCEIRO	IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO
Alteração do n.º 1 do artigo 173.º (convocação das assembleias pela mesa da Assembleia e não pela Administração)	0	3
Introdução de um artigo sobre responsabilidade civil pela administração e fiscalização da associação (replicando, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 71.º e seguintes do Código Cooperativo)	0	4

ÓRGÃOS COMPETENTES: Assembleia da República.

3.6 _ Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário

PROPOSTA	IMPACTO FINANCEIRO	IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO
Assegurar que não há qualquer diferença no que respeita ao crédito de horas entre o setor público e o setor privado	0	3
Previsão de sanções (contraordenações) a aplicar em caso de violação dos direitos	0	3
Definição de um regime específico para dirigentes que sejam estudantes	0	3
Possibilidade de repartição do crédito de horas por vários dirigentes	0	3
Acrescentar o direito a faltas justificadas, a utilizar cumulativamente com o crédito de horas	0	1
Incluir norma que atribua ao Estado a responsabilidade de apoiar a formação permanente dos dirigentes associativos, bem como o apoio jurídico aos mesmos	1	4
Atribuição de um cartão de dirigente a todos os membros da direção das associações de utilidade pública ou interesse municipal, que deve ser elaborado pelas freguesias onde a associação esteja sediada, e ao qual passarão a estar associados alguns direitos: - Redução em 50% das taxas moderadoras cobradas pelos serviços de saúde do SNS; - Outros direitos, a fixar anualmente pelas autarquias locais.	3	5

ÓRGÃOS COMPETENTES: Assembleia da República, Governo, Municípios e Freguesias.

3.7 _ Gestão coletiva de direitos de autor e de direitos conexos

PROPOSTA	IMPACTO FINANCEIRO	IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO
Fixar percentagens concretas de redução dos valores a pagar pelas pessoas coletivas sem fins lucrativos	0	5
Fixar mecanismos que permitam considerar o número de obras a utilizar, e que minimizem o efeito da duplicação de tarifas a aplicar à mesma iniciativa	0	3

ÓRGÃOS COMPETENTES: Assembleia da República.

3.8 _ Estatuto de utilidade pública

PROPOSTA	IMPACTO FINANCEIRO	IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO
Rever e alterar as condições gerais de declaração de utilidade pública, alterando os requisitos necessários para a obtenção do estatuto (as associações devem adquirir o estatuto desde que demonstrem possuir três anos de atividade, desenvolvam trabalho em prol da comunidade e colaborem com as autoridades públicas, designadamente as autarquias locais)	3	5
Conferir às pessoas coletivas de utilidade pública um conjunto de novos benefícios e um estatuto fiscal (ainda) mais favorável	3	5
Permitir às pessoas coletivas que tenham perdido o estatuto por força de violação séria ou reiterada dos respetivos deveres a possibilidade de o recuperarem, uma vez preenchidos determinados pressupostos	1	3
Prever a atribuição automática do estatuto de interesse municipal às associações que obtenham o estatuto de utilidade pública. E remeter para regulamento autárquico a definição dos benefícios associados ao estatuto de interesse municipal	2	5

ÓRGÃOS COMPETENTES: Governo, Municípios e Freguesias.

4 ¬ Notas finais

Pode assim concluir-se, e em síntese, que a reforma da legislação associativa aqui proposta – e que resulta de um amplo processo de reflexão e participação – aponta um caminho de progresso, de valorização do enorme potencial de ação e de transformação do movimento associativo português, com forte impacto quer social quer económico. E representa um esforço relativamente reduzido em termos de despesa pública. Todas as propostas têm um significativo impacto social e um limitado ou nulo impacto financeiro para o Estado.

Apesar do amplo processo de auscultação que precedeu a elaboração do presente relatório, entendeu-se que a sua aprovação em reunião de Direção Nacional da CPCCRD deveria ser também precedida de um processo de consulta a todas as estruturas descentralizadas e órgãos sociais da CPCCRD. Processo que acabaria por ocorrer no início de maio de 2017.

Mais se propõe que, antes da apresentação pública do relatório e das suas conclusões, no dia 31 de maio de 2017, na Assembleia da República, se proceda à apresentação do mesmo ao CNAP (Conselho Nacional do Associativismo Popular).

Depois da apresentação pública, no dia 31 de maio de 2017, e se possível logo no decurso dos meses de junho e julho, propõe-se:

a) O envio do relatório para todas as associadas da CPCCRD;
b) O envio do relatório para todas as estruturas descentralizadas e órgãos sociais da CPCCRD;
c) O agendamento de reuniões com todos os grupos parlamentares e o deputado do PAN, na Assembleia da República;
d) Apresentação do relatório no âmbito do CNES;
e) Apresentação do relatório ao Governo;
f) Apresentação do relatório à Associação Nacional dos Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias.

Lisboa, 10 de maio de 2017.
Sérgio Pratas
Maria João Santos

CONDIÇÕESPARA**SUBMISSÃO**

1 ¬ *"Tema em destaque" e "Estudos"*

Podem ser apresentados estudos para publicação em qualquer das seguintes secções: *"Tema em destaque"* e *"Estudos"*.
Próximo tema em destaque (*Análise Associativa* de 2018, a publicar em novembro de 2018): A CAPACITAÇÃO DOS DIRIGENTES ASSOCIATIVOS

2 ¬ Normas para os autores

1 · Os artigos deverão ser escritos em língua portuguesa.
2 · A contribuição deve ser original e inédita.
3 · O artigo deverá principiar por um sumário contendo as divisões e subdivisões.
4 · O texto deverá ser apresentado em formato *word*, fonte *Times New Roman*, letra 12, espaçamento 1,5.
5 · As notas de rodapé serão igualmente em fonte *Times New Roman*, letra 10, espaçamento simples.
6 · As figuras e tabelas deverão ser inseridas no texto e não no final do documento, como anexos.
7 · Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos conferem à *Análise Associativa* o exclusivo do direito de publicação sob qualquer forma e receberão cinco exemplares da Revista.

3 ¬ Contactos para submissão

geral@cpccrd.pt
ou smpratas@gmail.com

A *Análise Associativa* terá, assim, dois objetivos centrais, já (de algum modo) enunciados. Pretende-se contribuir para uma maior visibilidade do movimento associativo "de integração social" e do trabalho por este produzido, sobretudo em Portugal. Esse é um primeiro objetivo assumido. Pretende-se, em segundo lugar, contribuir para a produção e divulgação de conhecimento científico sobre as associações "de integração social".

Sérgio Pratas

Edição patrocinada por

Montepio

ipdj
INSTITUTO PORTUGUÊS
DO **DESPORTO**
E **JUVENTUDE**, I. P.